

O PCP no início de um novo ano

Uma palavra de confiança

«A Comissão Política do PCP, sem deixar de ajuizar com sentido de rigor os nefastos efeitos da política de direita que certamente se continuarão a fazer sentir enquanto ao PSD não forem democraticamente retirados a maioria parlamentar e o Governo, aponta aos trabalhadores e ao povo português não só a necessidade, como a comprovada possibilidade, pelo desenvolvimento da resistência e da luta, de ser travado, diminuído o alcance e até impedida a concretização de importantes aspectos dessa política. É tal perspectiva que autoriza e sustenta uma palavra de confiança que dirigimos aos portugueses no início deste novo ano.»

Nota da Comissão Política do PCP

Pág. 3

**João Amaral
na Assembleia da República:**

**«Ameaças ao Poder Local
são ameaça à democracia»**

Pág. 15

**De Maastricht
a Edimburgo...
passando
por Birmingham**

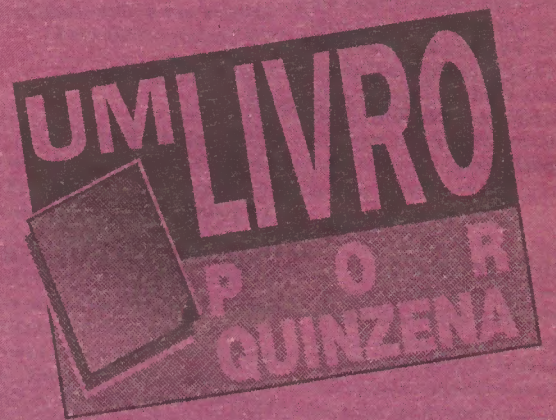
— *artigo
de Octávio
Teixeira*

Pág. 14

**Sobre
remuneração
equitativa**

— *artigo
de Sérgio
Ribeiro*

Págs. 12 e 13



Pág. 19

**A religião
do mercado
e o império
das
transnacionais**

— *artigo
de Miguel
Urbano
Rodrigues*

Pág. 16

Um novo ano de luta

das de que o Governo do PSD lhes prepara um ano duro e difícil. A luta e o protesto são a única forma de amenizá-lo.

Este sentimento surge vivamente traduzido num documento do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que chegou à nossa Redacção, quando anuncia que, «na semana de 11 a 15 de Janeiro, os sindicatos de todas as frentes sindicais da Administração Pública fazem uma semana de luto e de luta que culminará com a greve do dia 15». Fazem-no, como se salienta no comunicado, «na convicção de que é possível - embora difícil - obrigar o Governo a alterar a sua política salarial e de emprego para a Função Pública».

Na verdade, é dificilmente sustentável o decretado aumento efectivo de 3 por cento (descontados, aos 5 por cento fixados, os 2 por cento do adicional de 1992). Mesmo em relação à mirífica taxa de inflação propagandeada pelo Governo, este aumento ridículo representa uma quebra significativa do vencimento real. Mais do que isso, aparece como uma escandalosa vingança do Governo, que quer retirar este ano o que foi obrigado a dar no ano passado.

Esta mesquinhez governamental é ainda mais chocante quando se conhece a liberalidade com que se prepara no PSD o aumento dos

Os portugueses não têm dúvidas de que o Governo do PSD lhes prepara um ano duro e difícil. A luta e o protesto são a única forma de amenizá-lo.

ministros e outros titulares de cargos políticos.

As recentes declarações do Presidente da Assembleia da República a este respeito são muito reveladoras. Disse ele: «Os membros do Governo ganham pouquíssimo.» E, depois, já prevenido o escândalo: «Há um dia um grande barulho mas no dia seguinte as pessoas dizem ah!, se calhar está certo.»

Trata-se de propostas particularmente escandalosas por surgirem numa altura em que Cavaco Silva não se cansa de exigir e de impor sacrifícios aos portugueses. Constituem mais uma demonstração de falta de moralidade dos governantes do PSD para acusarem de «despesismo» as autarquias ou o comum dos portugueses, quando o «despesismo» e o malbaratar dos dinheiros e do património públicos são a prática corrente do Governo.

Quem considera que «os membros do Governo ganham pouquíssimo», o que pensará das pensões e das reformas da grande maioria dos nossos idosos? Ou do salário mínimo nacional? Ou do aumento de 3 por cento para a Função Pública? Ou do tecto salarial de 6 por cento?

Todos os trabalhadores e os reformados e pensionistas têm uma

grande força moral para exigir aumentos acima da inflação.

Não é apenas a situação económica e social que turva o horizonte e torna imperioso o recurso ao protesto, à resistência e à luta. Passa-se outro tanto no plano político.

A operação visando uma revisão de carácter antidemocrático de toda a legislação eleitoral avançou alguma coisa nos últimos dias do passado ano, com a aprovação pelo PSD e baixa à Comissão dos seus próprios projectos.

Além da decantada questão do voto dos emigrantes nas Presidenciais, que nos termos propostos pelo PSD é acima de tudo o alargamento ilimitado do voto por correspondência a cidadãos não residentes no território nacional e que, em muitos casos, podem ser de duvidosa nacionalidade portuguesa, está em causa, com especial importância, o princípio da proporcionalidade nas eleições para a Assembleia da República e nas eleições para as autarquias locais.

Pela sua proximidade, o PSD parece estar particularmente interessado nestas últimas procurando, por via da lei, prevenir uma derrota semelhante à que sofreu em 1989. O interesse laranja parece privilegiar os dispositivos escandalosamente anticonstitucionais que permitiriam transformar artificialmente as maiorias relativas em maiorias absolutas.

É do interesse de todas as forças democráticas, incluindo o PS, fazerem frente comum de oposição para contrariar e combater as grandes manobras do PSD em torno da legislação eleitoral.

Apesar de declarações de dirigentes do PS neste sentido, há razões para duvidar da firmeza e até da sinceridade com que foram produzidas.

O fascínio que a bipolarização exerce no PS, para seu próprio mal, não pode dar nenhuma tranquilidade à opinião democrática.

Entre as grandes lutas políticas do ano em curso, têm um lugar muito destacado as eleições para as autarquias locais. Além da sua importância específica, estas eleições que terão lugar a meio do mandato governamental, revestem um evidente alcance político geral.

Neste sentido, a verdadeira oposição à política da direita tem que exprimir-se com o voto na CDU e não pode exprimir-se com o voto no PS, que em muitas questões capitais se confunde com as posições da direita e que, no próprio terreno das eleições autárquicas, não é capaz de optar pela aliança com o PCP para derrotar a direita nos 18 municípios onde seria possível fazê-lo.

Como sublinhou a Comissão Política na conferência de imprensa conduzida pelo camarada Edgar Correia, na passada terça-feira, «o PCP, pelo seu lado, está vivamente empenhado em fazer da CDU, cada vez mais, um espaço de unidade e convergência de todos os democratas que pretendem ver resolvidos os problemas das nossas terras de forma honesta, democrática e competente».



Conferência de Imprensa da Comissão Política, no passado dia 5

RESUMO

29

Terça-feira

O parlamento sérvio vota uma moção de não-confiança no governo do primeiro-ministro da Jugoslávia, Milan Panic ■ Realizam-se no Gana eleições parlamentares; também no Quênia efectuam-se as primeiras eleições multipartidárias destinadas a escolher o presidente da República, os membros do parlamento e os conselhos provinciais ■ O presidente do Brasil, Collor de Mello, apresenta a renúncia ao cargo, do qual se encontrava suspenso desde 29 de Setembro, no momento em que o Senado se preparava para iniciar o seu julgamento político ■ A polícia indonésia anuncia que Xanana Gusmão será julgado no próximo dia 15 de Janeiro, em Dili.

30

Quarta-feira

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, considera que as entrevistas de Xanana Gusmão à SIC e à RTP estão a favorecer os interesses indonésios ■ Trabalhadores da Torralta concentram-se, em Lisboa, contra os salários em atraso nos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, Tróia e Lisboa ■ A CGTP-IN e a UGT recusam, nos Açores, uma proposta de aumentos salariais de seis por cento apresentada em sede de concertação social pelo Governo Regional ■ O presidente da Cruz Vermelha Internacional critica Beirute e Telavive «por não permitirem o trânsito da ajuda humanitária através dos respectivos territórios».

31

Quinta-feira

É extinta a Alta Autoridade contra a Corrupção, depois de oito anos de actividade ■ Butros Ghali desloca-se a Serajevo com o objectivo de se inteirar da situação antes de se pronunciar sobre uma intervenção armada dos soldados da ONU na Bósnia-Herzegovina ■ A presidência britânica da Comunidade Europeia conclui o seu mandato de seis meses ■ Israel anuncia que dez palestinianos deportados podem regressar imediatamente à Cisjordânia e Faixa de Gaza.

1

Sexta-feira

Eslovacos e Checos dividem-se em duas Repúblicas independentes, pondo fim à Checoslováquia ■ Os palestinianos são proibidos de entrar em Jerusalém e é decretado o recolher obrigatório nos territórios ocupados, pelo exército israelita para evitar distúrbios no dia do 26º aniversário da fundação da «Al Fatah» ■ O governador do Uíge, Aníbal Rocha, acusa as FALA de terem incendiado dois armazéns de armamento das Forças Armadas angolanas.

2

Sábado

O ministro do Interior de Angola, Pitra Petroff, chega a Lisboa com uma mensagem que reconhece o empenho do governo português no processo de paz angolano; entretanto a Unita anuncia que está disposta a «voltar a pôr o processo de paz nos carris» ■ A polícia russa revela que nos últimos dez meses foi

registado o número recorde de 2,25 milhões de crimes ■ Os Khmers Vermelhos acusam os «capacetes azuis» no Camboja de apoiarem grosseiramente o governo de Phnom Penh ■ Os líderes das três facções em conflito na Bósnia-Herzegovina, sérvios, bósnios e croatas sentam-se pela primeira vez à mesa para tentar pôr termo à guerra.

3

Domingo

EUA e Rússia assinam o tratado de desarmamento estratégico START II, que visa a destruição de um terço dos seus arsenais nucleares ■ Travam-se violentos combates no Lubango entre tropas da Unita e forças governamentais, de que resulta a captura do chefe de Estado-Maior da Região Sul da FALA e a morte de mais de 200 pessoas ■ É apresentado em Genebra um plano de pacificação da Bósnia-Herzegovina que prevê a divisão do território em 10 províncias autónomas ■ O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, é recebido com manifestações de protesto na capital da Somália, onde vai presidir a uma reunião preparatória com as várias facções em conflito ■ O ministro alemão da Economia, Juergen Moellemann, demite-se na sequência de ser acusado de usar a influência do cargo para interesses pessoais ■ O primeiro-ministro britânico anuncia que a libra esterlina não vai integrar o SME em 93.

4

Segunda-feira

Agricultores protestam em Leiria contra a falta de escoamento dos seus produtos, oferecendo maçãs e batatas à população ■ A CGTP-IN reafirma perante Cavaco Silva que «não aceita uma política em que sejam os salários baixos os primeiros e grandes suportes da superação dos problemas económicos do País» ■ A ONU recebe os pedidos oficiais de adesão da República Checa e da Eslováquia ■ A Unita prende no Uíge os elementos do governo e das Forças Armadas que pretendiam repor a administração do Estado na região ■ O príncipe Sihanouk do Camboja comunica em Pequim que cessa toda a cooperação com a missão de paz das Nações Unidas e com o governo de Phnom Penh.

5

Terça-feira

A guerra instala-se em Angola, Benguela encontra-se sob intenso tiroteio. Os combates entre forças do governo e Unita chegam ao Lobito e a Namibe ■ Xanana Gusmão recusa apoio de uma organização indonésia independente de assistência jurídica ■ Butros Ghali lança advertência a Israel, afirmando que o Conselho de Segurança poderá tomar medidas para garantir o cumprimento da Resolução 799 ■ Primeiro-ministro cambojano defende expulsão dos «Khmers Vermelhos» do processo de paz nacional ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anuncia a realização da semana de luta ■ Montante máximo das bolsas de estudo destinadas aos estudantes do ensino superior passa a ser igual ao salário mínimo nacional ■ ONU decide autorizar certos voos militares no espaço aéreo da Bósnia, na condição de servirem para «transportes de carácter médico» e em especial de feridos.

O

primeiro dia útil de 1993 ficou significativamente assinalado por dois acontecimentos: a entrevista da CGTP com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que estava pedida pela Central sindical desde princípios

de Dezembro do ano passado, e a manifestação de agricultores de protesto contra a política governamental que se realizou na Batalha.

Em relação ao primeiro destes acontecimentos, o que merece especial saliência é que Cavaco Silva respondeu às preocupações e reivindicações que lhe foram expostas pelos representantes dos trabalhadores não mostrando vontade de reconsiderar qualquer aspecto da política anti-social do Governo, mas reafirmando todos os aspectos mais gravosos dessa política como já fizera na sua charla televisiva do Natal. Não faltou sequer a insistência no tecto salarial de 6 por cento, que o ministro Silva Peneda traduziu na expressão de que «os aumentos salariais estão obrigados ao quadro de recessão para este ano». O que é mais uma forma eufemística de afirmar o objectivo do Governo de produzir uma verdadeira redução dos salários reais, a par do aumento do desemprego e do generalizado agravamento das condições sociais, designadamente nos domínios da saúde, do ensino, da habitação e da segurança social.

Com plena razão, os dirigentes da CGTP replicaram a estes propósitos, em nome da Central, salientando que esta «não aceita uma política em que sejam os salários baixos os primeiros e grandes suportes da superação dos problemas económicos do País» e apelando aos trabalhadores para que façam frente a esta política através da luta.

Uma firme determinação de luta foi patenteada no segundo acontecimento significativo deste início do ano, a manifestação de agricultores na Batalha, convocada pela Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura com apoio da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria que, noutro lugar desta edição, descrevemos.

A principal razão do seu protesto contra a política governamental - a invasão de produtos agrícolas estrangeiros, enquanto os nacionais não encontram escoamento e se deterioram arruinando os agricultores - bem como o caderno reivindicativo que apresentaram, dizem respeito a toda a agricultura nacional e podem, por isso, propagar-se a outras regiões. Para já, foi anunciada uma nova manifestação para o Pombal.

As perspectivas de intensificação da resistência e da luta contra a política do Governo acentuam-se, assim, neste início do ano.

O descontentamento e a descrença em relação às medidas e promessas governamentais são fundos e generalizados, como tem sido confirmado por inquéritos de opinião pública promovidos por alguns órgãos de comunicação social.

Os portugueses não têm dúvi-

Avante!

Proletários de todos os países UNITE-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 V. Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.066\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.700\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do CC do PCP

Enfrentar 93 com confiança e luta

Da reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP, realizada no dia 4 de Janeiro, são de salientar os seguintes aspectos:

1. Enfrentar 1993 com preocupação mas com espírito de luta e confiança

Para Portugal e para os portugueses é complexo e contraditório o quadro em que o novo ano se inicia.

Ao manto diáfano da fantasia cavaquista - desde a «democracia de sucesso» ao «oásis» e ao «pelotão da frente» europeu do qual nos estaríamos magicamente a aproximar - sucede, afinal, cada vez mais, a nudez crua da realidade.

Indicadores e muitos outros testemunhos aí estão a comprovar - como o PCP previu e preveniu - que a política deste Governo, embora tirando conjuntamente partido de factores favoráveis, não permitiu nos últimos anos enfrentar com sucesso os principais problemas e fragilidades estruturais da nossa economia, nem reduzir de forma efectiva o fosso que separa Portugal dos países mais desenvolvidos da CEE.

Aí estão, também, os dados da deterioração da situação social nos últimos meses e as inquietantes perspectivas que muitos trabalhadores, bem como muitos pequenos agricultores e outros pequenos empresários, vêem surgir no seu horizonte.

Outro aspecto a anotar diz respeito à crescente desresponsabilização do Estado em relação a importantes funções sociais que lhe incumbe garantir, e que está a deixar a população portuguesa cada vez mais desprotegida em áreas tão vitais como a saúde e a segurança social e a própria educação.

A Comissão Política do PCP, sem deixar de ajuizar com sentido de rigor os nefastos efeitos da política de direita que certamente se continuarão a fazer sentir enquanto ao PSD não forem democraticamente retirados a maioria parlamentar e o Governo, aponta aos trabalhadores e ao povo português não só a necessidade, como a comprovada possibilidade, pelo desenvolvimento da resistência e da luta, de ser travado, diminuído o alcance e até impedida a concretização de importantes aspectos dessa política.

É tal perspectiva que autoriza e sustenta uma palavra de confiança que dirigimos aos portugueses no início deste novo ano.

2. Autárquicas de 1993 - por uma audaciosa afirmação da dinâmica do PCP e da CDU

A Comissão Política analisou a intervenção do PCP e da CDU nas autarquias locais. Apesar da asfixia, nomeadamente financeira, que o Governo tem imposto e procura impor, constitui um objectivo essencial para a CDU continuar a aprofundar a resolução dos problemas das populações e a democraticidade e intervenção popular na gestão autárquica.

O trabalho, a honestidade, a competência e a experiência são dados concretos e garantias para a CDU, com vista à sua confirmação nas autarquias em que é maioritária, na sua afirmação como alternativa e no reforço das suas posições.

A Comissão Política analisou declarações do Secretário-Geral do PS e de outros dirigentes deste partido acerca de acordos com o PCP nas autarquias. A frequência de tais declarações não pode ser compreendida face a novas propostas do PCP, mas sim face às aspirações e vontade de muitos militantes do PS, que pretendem derrotar o PSD e a direita nos municípios em que o PS e o PCP têm mais votos, mas em que o Presidente da Câmara é de direita e que esbarram com as orientações do PS.

O PCP, pelo seu lado, está vivamente empenhado em fazer da CDU, cada vez mais, um espaço de unidade e convergência de todos os democratas que pretendem ver resolvidos os problemas das suas terras de forma honesta, democrática e competente.

Em face das declarações produzidas, em especial pelo Secretário-Geral do PS, a Comissão Política do PCP considera oportuno esclarecer que nunca esteve colocada a possibilidade de entendimento pré-eleitoral entre o PS e o PCP nos municípios de presidência do PS e da CDU. Os Preñicos municípios em causa foram aqueles em que o Presidente da Câmara é de direita, mas em que o PS e o PCP são maioritários. Há 18 municípios, alguns dos quais com grande número de habitantes, que estão nesta situação.

Tendo o PS adoptado a orientação de rejeitar qualquer acordo com o PCP para além da cidade de Lisboa, cabe-lhe assumir as correspondentes responsabilidades. O PCP, pelo seu lado e no interesse das populações, trabalhará intensamente para a apresentação de candidaturas da CDU a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e ao maior

número possível de Assembleias de Freguesia e para a obtenção de um bom resultado da CDU nas próximas eleições autárquicas.

3. Impactes do Mercado Único e «tradução social» de Maastricht

A Comissão Política do PCP considera que o Governo deve ao país uma informação clara e rigorosa sobre o estado e a preparação da economia portuguesa face à abertura oficial do Mercado Único Europeu e às suas implicações.

A Comissão Política do PCP considera que o prosseguimento da política das altas taxas de juro, da sobrevalorização artificial do escudo e do leilão do sector empresarial do Estado se traduzirá na asfixia do sector produtivo, na multiplicação das falências e do crédito malparado e no apossamento pelos estrangeiros de empresas básicas e estratégicas.

A abertura do «grande Mercado Europeu» cujo acabamento corresponde teoricamente à primeira etapa de Maastricht foi apresentado por Jacques Delors como a chave para um crescimento forte e a criação de milhões de empregos. Hoje é o mesmo Jacques Delors que fala das ameaças para 10 a 12 milhões de empregos industriais na Comunidade.

O prosseguimento das políticas monetaristas e neoliberais para se atingir a convergência financeira (nominal) em prejuízo do desenvolvimento (convergência real) acentuará a queda do investimento e do consumo e agravará a queda da crise e a situação dos países com as economias mais débeis.

Os trabalhadores aduaneiros, os trabalhadores da função pública, aqueles que todos os dias crescem ao exercício comunitário dos 16 milhões de desempregados e os 50 milhões de pobres aí estão a mostrar as consequências de tais políticas.

Maastricht começa agora a revelar-se na sua tradução social: mais desemprego, mais desregulação e precariedade no emprego e austeridade social, em proveito da concentração e centralização de capitais.

O «não» dinamarquês e a força do «não» francês a Maastricht, as reivindicações dos povos para serem consultados, a luta dos trabalhadores e agricultores, o «não» suíço ao Espaço Económico Europeu, refrearam consideravelmente a euforia dos eurocratas de Bruxelas e mostrou e mostra que os povos querem outra Europa, pacífica, social, solidária e democrática.

4. Nova manobra do PSD contra a independência do poder judicial

A Comissão Política pronuncia-se contra a proposta de lei que o Conselho de Ministros aprovou, nos últimos dias do ano que findou, que visa alterar o método de eleição do Conselho Superior de Magistratura.

Esta proposta, da autoria do ministro da Justiça, constitui um passo mais no caminho do cerceamento da independência do poder judicial.

Considerada inconstitucional pelos órgãos representativos da classe dos magistrados por contrariar o artigo 217º da Constituição, que define os juizes como «um corpo único», a proposta agora aprovada pretende dividir os magistrados em vários «corpos». A sua aprovação visa cumprir mais uma etapa no processo governamentalizador da área da Justiça, que se insere no objectivo estratégico mais geral de adulteração do regime democrático.

A ser aprovada pela Assembleia da República, esta medida desrespeitaria a natureza e independência da magistratura judicial e criaria condições para um maior controlo pelo Governo de todo o aparelho judicial, com sérias consequências para o equilíbrio entre os órgãos de soberania e implicando o agravamento da já precária eficácia e qualidade da justiça prestada aos cidadãos.

5. Aumentos salariais justos e defesa do emprego - dois objectivos inseparáveis

A Comissão Política condena vivamente o propósito anunciado pelo Governo de impor um verdadeiro tecto de 6% para os aumentos salariais de 1993.

A simples verificação que o nível desse tecto se situa aquém da taxa de inflação prevista para o presente ano, agravado ainda pela não repercussão dos ganhos de produtividade nos rendimentos dos trabalhadores e a não consideração da sua indispensável aproximação ao nível dos restantes países da CEE, aos quais acresce o progressivo pagamento de funções sociais como a saúde e o ensino, mostra

que os trabalhadores portugueses enfrentam uma verdadeira declaração de guerra por parte do Governo e um obstinado propósito de redução dos seus salários reais, no quadro de uma política geral de agravamento das condições de vida e de trabalho.

Esta política do Governo não pode deixar de ser posta em chocante e indignado contraste com o anunciado propósito do PSD proceder a novos e substanciais aumentos de vencimentos dos titulares de cargos políticos, já concretizados aliás na Região Autónoma da Madeira, e com a «argumentação» do Presidente da Assembleia da República de que «os ministros ganham pouquíssimo». Trata-se de uma expressão da insensibilidade do PSD em relação à situação do país e às dificuldades que atingem muitos trabalhadores e outros sectores da população, entre os quais não é possível deixar de lembrar a situação em que vivem muitos reformados e pensionistas. Mas é também uma esclarecedora expressão da prevalência de interesses e critérios pessoais e de clientelas e de falta de ética no exercício do poder político, que caracterizam muito do que o partido governante significa hoje na vida nacional.

A Comissão Política do PCP denuncia a manobra do Governo do PSD no sentido de impor a ideia da redução dos salários como «contrapartida» para a defesa dos postos de trabalho, quando o que se verifica - a começar na própria Função Pública - é que o objectivo de redução dos salários reais dos trabalhadores surge directamente associado à intensificação dos despedimentos e ao agravamento da insegurança no emprego, como as duas faces da mesma moeda da política cavaquista.

A Comissão Política do PCP sublinha que a luta por aumentos salariais justos e a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores constituem, particularmente nas actuais condições, objectivos inseparáveis da luta dos trabalhadores. E salienta que a intensificação e o alargamento das lutas dos trabalhadores nas próximas semanas - com destaque para as greves já anunciadas para 15 de Janeiro na Administração Pública e noutros sectores - constituem o indispensável e decisivo caminho para a efectiva defesa das condições de vida e dos direitos dos trabalhadores.

6. O PCP reclama a imediata eliminação das portagens nos acessos a Lisboa

A grave situação que se tem vivido nas acessibilidades Norte e Sul à cidade de Lisboa - os enormes bloqueamentos de trânsito na zona das portagens, os dramáticos contratempos pessoais na vida de muitos milhares de pessoas e a extensão dos prejuízos económicos por ela provocados - constitui um problema ao qual o Governo não pode continuar indiferente.

Para além da aceleração das medidas de fundo relativas à construção de novas vias de acesso (rodoviário e ferroviário) impõe-se a eliminação de todos os factores que contribuem para a agudização da situação existente.

É nesse sentido que a Comissão Política do PCP, na linha dos projectos de lei apresentados pelo PCP na Assembleia da República em 28/1/92 e em 23/7/92, renova a reclamação da imediata eliminação das portagens nos acessos à cidade de Lisboa (Sul na Ponte 25 de Abril e Norte em Sacavém) e reclama a cabal responsabilização pelas ruinosas obras da portagem da Ponte 25 de Abril.

7. Dinamização da actividade partidária e próxima reunião do Comité Central

A Comissão Política considerou diversas questões ligadas à concretização de orientações aprovadas pelo XIV Congresso e à dinamização geral da actividade partidária.

Foi decidido solicitar a todas as Áreas de trabalho e intervenção política centrais, às Direcções das Organizações Regionais e outros sectores, os respectivos planos de actividade, com vista a ser ultimada a preparação do calendário nacional das iniciativas do PCP para o ano que agora se inicia.

Foram consideradas medidas para a dinamização da CDU, no quadro do relacionamento estreito com o PEV - Partido Ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática e com muitos democratas independentes, tendo no horizonte as próximas eleições autárquicas.

Foi marcada para os dias 25 e 26 de Janeiro a realização de uma reunião plenária do Comité Central, com o objectivo de debater a organização e estrutura do trabalho de direcção central e as tarefas políticas prioritárias do Partido.

5 de Janeiro de 1993

A Comissão Política do Comité Central do PCP

TRABALHADORES

Sindicato defende controlo estatal da TAP

A TAP-Air Portugal que, directa e indirectamente, continua a gerar um volume de emprego da ordem das 100 mil pessoas, deve continuar, defende o SITAVA, sob controlo estatal.

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, sublinha expressamente que «a TAP só pode continuar a servir o interesse nacional se permanecer totalmente controlada pelo Estado português».

Esse interesse é ilustrado pelo SITAVA com o valor das exportações, a captação líquida de divisas, a contribuição para o erário público (mais de 15 milhões de contos em impostos no ano de 1991), o contributo para o turismo e o apoio a interesses estratégicos nacionais.

Lembra por outro lado o Sindicato, que deu recentemente uma conferência de

imprensa, o facto de a TAP já não estar em situação de «falência técnica», circunstância que «não acontecia desde 1980». Tal ocorre «simplesmente porque o Governo resolveu finalmente pagar as indemnizações compensatórias em dívida».

Isto é, no entender do SITAVA, se os governos tivessem pago essas indemnizações a tempo nunca a TAP «teria sido forçada a recorrer tanto ao crédito». O Sindicato recorda «os casos significativos de 1979 e 1980, anos em que a TAP deveria ter recebido 3158 milhões de contos, e o Governo pagou apenas 301 mil contos; de 1989, em que apenas recebeu 1 milhão dos 4,5 milhões de contos em dívida; e ainda de 1990 e 1991, em que nada recebeu dos 10 milhões de contos em dívida». Quanto «aos tão falados

prejuízos de 1992», o SITAVA acrescenta que os 15,8 milhões de contos (montante desses prejuízos) «resultaram, no essencial e mais uma vez, de decisões políticas que passam à margem dos interesses nacionais, da TAP, dos seus trabalhadores e, em breve, dos próprios utentes, que estão a beneficiar momentaneamente de tarifas hiperdescontadas e, em alguns casos, abaixo até do preço real».

Perante uma «concorrência selvagem» que, a partir de 1 de Janeiro deste ano, atingirá, ou continuará a atingir o transporte aéreo, só «a adopção imediata de algumas medidas pode evitar o pior», assinala o Sindicato.

São de reclamar — acrescenta — disponibilidades financeiras da parte do Orçamento comunitário, necessárias ao «reequilíbrio das



Uma grande geradora de emprego ameaçada pela desregulamentação

companhias», bem como «o restabelecimento da negociação das tarifas para valores que salvaguardem o desenvolvimento harmonioso da

indústria», ou seja, do transporte aéreo.

Os representantes dos trabalhadores da TAP, designadamente os sindicatos e a

CT, continuam a insistir numa reunião com o ministro Ferreira do Amaral e com os responsáveis directos pela gestão da TAP.

Sindicato alerta aduaneiros

Despedimentos só depois do decreto-lei

Dezenas de empresas do sector aduaneiro estão a tentar avançar com despedimentos colectivos imediatos pagando indemnizações inferiores ao mínimo legal. Há ainda algumas que pressionam para que os trabalhadores aceitem rescisões por mútuo acordo sem indemnização.

Estes factos foram denunciados ao «Avante!» por Vítor Martins, dirigente do STADE, no primeiro dia de trabalho desde a entrada em vigor do regime de livre circulação de mercadorias nos países da Comunidade Europeia. Apoiado pela CGTP — que na mesma segunda-feira iria colocar o primeiro-ministro perante os problemas do sector e as responsabilidades do Governo na falta de resposta oportuna e satisfatória —, o Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas protesta contra aquele tipo de actuação que, segundo Vítor Martins, envolve dezenas de empresas com largas centenas de trabalhadores.

«Ninguém deve fazer nada até o decreto-lei ser publicado», alerta aquele sindicalista, referindo-se ao diploma do Governo que deverá regular as condições do despedimento da quase totalidade dos 8 milhares de trabalhadores que ficam sem emprego após a abertura das fronteiras dentro do Mercado Único.

Para o STADE, que só em 14 de Dezembro teve conhecimento do projecto, todo o processo está atrasado e o decreto deveria ter sido publicado até 1 de Janeiro. É este atraso que abre terreno a que muitas empresas enveredem pela pressa ilegal.

O diploma, no entanto, e a julgar pelo conteúdo do projecto que foi entregue ao sindicato, «é mau de mais para ser verdade», pelo que merece a frontal discordância



Uma incógnita para milhares de trabalhadores

dos representantes dos aduaneiros. No entanto, «é à sombra dele que têm que se reger os despedimentos», afirma Vítor Santos, sublinhando a determinação do sindicato em combater as ilegalidades que se vêm verificando. Tentando evitar uma recusa pura e simples do Governo, o STADE apresentou algumas propostas de alteração daquele projecto, procurando que o diploma a publicar abranja o maior número de trabalhadores e que as condições dos despedimentos sejam menos desfavoráveis.

Para os sindicalistas «tem sido muito difícil negociar com este Governo», pelo que admitem apresentar queixas nos tribunais portugueses e da Comunidade após a publicação do decreto-lei, procurando que aí lhes sejam reconhecidas razões que o executivo de Cavaco Silva lhes negue.

Quanto a auxílios comunitários específicos para o sector aduaneiro (programa Inter-Reg), Vítor Martins recorda que as verbas negociadas em Dezembro de 1992 pelo Governo português são insuficientes e, como se aplicam apenas às zonas fronteiriças internas (ao longo da fronteira com Espanha), abrangem cerca de 500 pessoas (quinhentas!) num total de mais de 8 mil.

Em relação ao ano de 1991, regista aquele dirigente sindical, o Governo português já reconheceu, numa resposta à Comissão das Comunidades, que utilizou as verbas do Inter-Reg para obras públicas. «Era ano de eleições, e o que importava era construir pontes e auto-estradas», comenta Vítor Martins.

Nestes primeiros dias ainda há trabalho na maior parte das empresas, onde se ocupa o pessoal na conclusão

de processos de desalfandegamento iniciados até ao fim de Dezembro. Mas, tanto os sindicatos como responsáveis da Câmara de Despachantes Oficiais reconhecem que esta é uma situação que se manterá, quando muito, durante o mês de Janeiro.

Vítor Martins prevê que «após a saída do decreto-lei a eliminação de postos de trabalho vai ser brusca».

No dia 31 de Dezembro os trabalhadores aduaneiros de Vilar Formoso fizeram uma queima de *despachos únicos*, protestando contra o modo como foram tratados neste processo de eliminação de fronteiras e de empregos. Apesar da dificuldade, que reconhecem, em concretizar formas de luta na actual situação, os sindicalistas não cruzam os braços. Os aduaneiros querem justiça e sabem que ela só se consegue lutando em unidade e com determinação.

Torraltal de porta fechada

As portas do edifício-sede da Torralta em Lisboa fecharam-se quarta-feira, dia 30, ao diálogo com cerca de 150 trabalhadores que pretendiam avistar-se com a administração para discutir o problema dos salários em atraso.

Encontram-se nesta situação perto de 400 trabalhadores. Em alguns casos, as quantias em dívida representam quatro meses de atrasados: os salários de Novembro e Dezembro, o 13º mês e o subsídio de férias.

Segundo Joaquim Pires, da comissão coordenadora das organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores, o futuro da empresa é motivo de preocupação. O mesmo sucede com a discriminação de que é objecto o pessoal da casa-mãe. Aqui não são pagos os salários, ao contrário do que sucede nas «novas empresas criadas pela Torralta, com a mesma administração».

De acordo com aquele dirigente ouvido pela Lusa, «a administração está a comportar-se como uma verdadeira comissão liquidatária». Nos últimos três anos, «já foram destruídos 500 postos de trabalho».

Além disso, há cerca de 120 trabalhadores que rescindiram os seus contratos, mas ainda não receberam as respectivas indemnizações, apesar de ultrapassados os prazos previstos por ambas as partes.

Entretanto, «outros trabalhadores continuam a ser pressionados para rescindirem os seus contratos», disse ainda Joaquim Pires.

A administração da Torralta alega não dispor de dinheiro para os pagamentos. Os trabalhadores do Algarve contestam, dizendo que «mais de 20 mil contos foram levantados» dos estabelecimentos daquela região «para pagar aos empregados dos escritórios e aos administradores».

Concentração em 15 de Janeiro

Depois da concentração da semana em Lisboa, os trabalhadores do Algarve tencionam concentrar-se novamente no próximo dia 15 junto ao Governo Civil de Faro. A eles se devem juntar outros trabalhadores (pesca e construção civil) que estão também com salários em atraso.

Do ponto de vista dos representantes do pessoal da Torralta, a gestão deve empenhar-se numa verdadeira política de aproveitamento dos recursos humanos, na manutenção do índice actual do emprego, no investimento na recuperação de imóveis, na renovação dos equipamentos, em suma, na viabilização da empresa, de modo a honrar os seus compromissos, regularizar a situação dos accionistas e negociar as dívidas.

TRABALHADORES

Função Pública

O sindicato faz acompanhar de «um grito de alerta» a confirmação da greve

Assinada pelo coordenador da direcção, Vítor Gonçalves, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFSA) acaba de publicar uma «Carta ao trabalhador da Função Pública» onde é confirmada a greve de 15 de Janeiro, à qual aderiram todas as frentes sindicais da Administração.

A carta, que faz um apelo — «um grito de alerta», como nela vem expresso — ao «sentido de autodefesa» dos TFP, «aos seus princípios morais mais sólidos e ao seu sentimento de solidariedade», destaca a dado passo esta pergunta:

«Que «doutrina» obriga a que se desçam os salários reais ao mesmo tempo que a cobrança de impostos só funciona e é eficaz para os rendimentos do trabalho?»

Dirigida contra a tentativa governamental de «mode-

rar» os salários reais este ano, impondo na prática um «tecto salarial», a Carta do STFSA faz uma apreciação de alguns aspectos sociais que julgamos dever sublinhar. Lê-se na Carta:

«Sem dramatizar, importa dizer clara e cruamente que, por debaixo das aparências de desenvolvimento ou de sucesso económico, há uma linha de fractura que está a atravessar o nosso país, os nossos costumes, as nossas raízes e o nosso sentido humano de estar na vida. E não se trata de uma mudança

para melhor à qual esta reacção possa ser contraposta como conservadora. De modo algum!»

«O que está a acontecer é que se começa a instalar entre nós um clima mercantilista, em que tudo se troca, tudo se vende, numa lógica e plano friamente estudados; em que o que dá lucro é que conta, em que o interesse público é posto de lado, em que a protecção social dos mais débeis, das crianças, dos jovens e dos velhos é questão secundária.»

«É nesta lógica e obedecendo a este plano que o Estado e a Administração Pública estão a ser desmantelados, que os interesses dos trabalhadores e suas famílias são sacrificados no

altar da macroeconomia, isto é, a um crescimento económico baseado no retrocesso das condições sociais, no abaixamento dos salários reais e no desemprego, no subemprego e na excedentização.»

Não é verdade — destaca o Sindicato — «o que se pretende é modernizar, rentabilizar ou tornar eficaz o aparelho da Administração Pública. O Governo mente quando ataca o funcionalismo público e o responsabiliza pelos males da Administração e quando diz que só reduzindo as funções públicas ela se tornará eficaz e servirá os interesses do País.

«Mente, porque o que pretende é reduzir as funções sociais do Estado, entregá-las à voragem do lucro privado, deixando ao abandono aqueles que não puderam



Um momento da manifestação de 3 de Dezembro em Lisboa

pagar as despesas da saúde, do ensino, da justiça ou da segurança social, porque, entretanto, os impostos lhes levaram o pouco de que poderiam dispor para isso.»

«O Governo, para conseguir levar a cabo esta sua política mercantilista e mis-

tificadora, impõe, dispõe e julga em causa própria. Contra tudo e contra todos os que poderiam dar um contributo válido para uma verdadeira reforma da Administração Pública e para uma verdadeira política de progresso social.»

Salários Moderação não passa

Há contratos já assinados para entrar em vigor este mês que estabelecem aumentos salariais superiores à contenção dos 6 por cento preconizados pelo Governo. Em 28 do mês passado, a CGTP revelava que esses contratos «determinam aumentos salariais que se situam entre os 9,6 e os 11,3 por cento».

Depois de uma greve de três dias com adesão elevada, foi conseguido um contrato nos serviços de limpeza, com um aumento de 10,1 por cento na tabela salarial, mantendo-se as regalias sociais adquiridas.

Na ourivesaria do Sul, o aumento foi de 11,3 por cento na tabela. O horário de trabalho semanal é reduzido para 42 horas a partir de Janeiro e para 41 horas um ano depois.

Também na tabela salarial, o aumento foi de 11,3 por cento nos serviços de vigilância.

Nos hotéis Estoril-Sol e Guincho «foi negociado um protocolo. Determina que os aumentos salariais em 1993 sejam iguais à inflação verificada em 1992, com o acréscimo de um ponto percentual».

Nas cantinas e fábricas de refeições, o aumento foi de 9,6 por cento.

AS CGTP-IN conclui que se trata de acordos possíveis apenas «através da intervenção colectiva dos trabalhadores». Estes opõem-se à «forte pressão que hoje é exercida para impor um tecto salarial».

A CIP e o Governo fazem «recomendações» no sentido de os aumentos salariais não ultrapassarem em 1993 os 5 ou 6 por cento, o que — sublinha a CGTP — «corresponderia à redução do poder de compra dos já baixos salários dos trabalhadores portugueses».

Encerramentos na Manutenção Militar

No seguimento da extinção da Região Militar do Centro, encerrou, ao que se crê definitivamente, as portas o supermercado da Manutenção Militar de Coimbra. Segundo a Lusa, o fecho, a que se seguirão outros, levou a uma concentração de algumas dezenas de trabalhadores naquela cidade, em 22 do mês passado.

O Quartel-Mestre General do Exército, general Adelino Coelho, recebeu nesse dia uma delegação dos trabalhadores dos Estabelecimentos

Fabris das Forças Armadas (EFFAS), que se concentraram em frente ao Estado-Maior do ramo. Do encontro não foram divulgadas decisões sobre o que acontecerá aos 30 trabalhadores agora desempregados.

Segundo a Lusa, a decisão de encerrar o supermercado insere-se na política de reestruturação do sector. Várias instalações do mesmo tipo já foram encerradas.

Da sucursal de Coimbra da Manutenção Militar dependiam as delegações de Aveiro, Viseu, Figueira da

Foz, Águeda, Leiria e Castelo Branco. Todas essas delegações foram extintas.

O Sindicato do sector (STEFFAS) afirmou que «não faz sentido encerrar o supermercado enquanto decorrem estudos para a reestruturação dos estabelecimentos fabris». António Bastos, coordenador do Sindicato, protestou, segundo a Lusa, por se encerrar «um supermercado que é lucrativo», enquanto são «mantidos em funcionamento outros que dão prejuízo ao Estado».

Panasqueira Cães a leite

A comissão intersindical das Minas da Panasqueira, ao protestar contra a má gestão da empresa, revela que o director-geral, além de ter em sua casa cinco trabalhadores pagos pela Beralt, possui também cinco cães que «alimenta com frango e leite» pagos pela empresa.

Depois de referir que há dois anos havia três directores na mina onde hoje há dez, a comissão acrescenta, entre outros dados, que o director-geral adjunto dispõe de uma trabalhadora para os trabalhos domésticos que, por sua vez, é paga pela Beralt.

É esta mesma Beralt Tin and Wolfram Portugal, SA, que convida em 7 de Dezembro findo todos os trabalhadores, incluindo quadros técnicos, a rescindir os seus contratos individuais de trabalho, «mediante o pagamento de um mês por cada ano de serviço, acrescido de 30 por cento sobre o valor total».

Muitos desses trabalhadores deixam para trás, destaca a comissão, «mais de 20 anos de serviço nas Minas da Panasqueira».

O «espectro do encerramento» da empresa em Portugal «pode vir a ser uma realidade a muito curto prazo», adianta ainda a comissão. Mas nem por isso

os gestores deixaram de receber «milhões de contos nestes últimos anos». O dinheiro tem vindo do FEDER, PEDIP e de «outros organismos, para reestruturar a empresa». E em vez disso, os gestores optam

pelos despedimentos e suscitam «situações sociais graves», bem como «a desertificação de uma zona importante desta região», onde «existem quantidades enormes de volfrâmio, estanho e cobre por explorar».

Insularidade Subtrair cinco contos é inconstitucional

O ministro da República para a Região Autónoma dos Açores solicitou a fiscalização preventiva da constitucionalidade do diploma que extingue o subsídio de insularidade. Mário Pinto, ao tomar essa decisão, agiu adequadamente e de forma «absolutamente indispensável face ao modo inconstitucional» como o processo foi conduzido pelo Governo PSD. Num comunicado de 31 de Dezembro, o PCP-Açores solidariza-se, assim, com a posição tomada por Mário Pinto, ao mesmo tempo que faz um apelo aos trabalhadores da Administração Regional e Local no sentido de «continuarem e aprofundarem a luta contra a revogação do subsídio» (remuneração complementar de 5 mil escudos mensais) em vigor desde Agosto. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores também aprovou a decisão do ministro da República, sublinhando que o que está em causa é a extinção de um complemento salarial e não de um simples subsídio que pode ser retirado em qualquer altura.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Redução do horário de trabalho vai hoje a plenário

Agendado por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, sobe hoje a plenário o projecto da sua autoria que reduz para 40 horas a duração semanal do trabalho normal. Com este diploma, a formação comunista responde a uma velha aspiração que acabou por se inscrever na acção reivindicativa de muitas centenas de milhar de trabalhadores, indo simultaneamente ao encontro de recomendações da Organização Internacional do Trabalho que fixam o princípio da redução progressiva do horário de trabalho, sem qualquer diminuição dos salários dos trabalhadores.

Trata-se, por conseguinte, de uma iniciativa do mais alto alcance social, visando garantir nos seus objectivos essenciais - como salienta a deputada Odete Santos nesta entrevista ao «Avante!» - não apenas o alargamento do período de repouso e lazer

do trabalhador, como ainda diminuir o desemprego, por virtude da necessidade de contratar mais pessoal para ocupação das horas reduzidas.

«Avante!»: Que razões levaram o PCP a apresentar este projecto?

Odete Santos: Há muito que deveria ter sido reduzida para 40 horas semanais a duração do trabalho normal.

Comparativamente com outros países, como a Alemanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Grã-Bretanha, a Grécia, a Holanda, a Irlanda, a Itália e o Luxemburgo, Portugal é a *lanterna vermelha* no que toca à duração do trabalho. Naqueles países, a semana de trabalho é, no máximo, de 40 horas. Entre nós, é ainda de 44 horas semanais o período de duração do trabalho normal.

Uma missão da OIT deslocou-se a Portugal já há alguns

anos para avaliar as condições de trabalho no País, e concluiu, já nessa altura, que era muito elevada a duração semanal do trabalho.

A luta dos trabalhadores pressiona no sentido da sua redução para as 40 horas.

Na verdade, as novas tecnologias têm de redundar em benefício do Homem. Elas permitem que ao trabalhador seja concedida uma maior disponibilidade de tempo, destinado ao repouso e aos lazeres, à sua participação na vida política e cívica, ao enriquecimento cultural, ao convívio familiar tão necessário numa época em que os vícios da sociedade capitalista estabelecem factores de desagregação da célula familiar.

Por outro lado, a redução do horário de trabalho permitirá a partilha do emprego, e, assim, a diminuição da reserva de mão-de-obra no desemprego.

Entrevista com Odete Santos

Estes são objectivos caros aos trabalhadores. Logicamente que o não são para o sistema capitalista, que se arroga a qualidade de senhor e dono da vida de quem trabalha, usurpador de sonhos e da felicidade de milhões de seres humanos.

«Avante!»: Objectivos que correspondem de resto a uma recomendação da OIT.

Odete Santos: Sim. O projecto de lei do Partido mais não faz que dar cumprimento a estes objectivos, expressos na recomendação nº 166 da Organização Internacional do Trabalho - uma recomendação já de 1969, imagine-se! Há 23 anos, já a OIT recomendava a redução



Na Feira, perante a inércia das autoridades

Alastra a crise no sector corticeiro

Uma grave crise, com enormes repercussões sociais, está a atingir a indústria

corticeira instalada em Santa Maria de Lamas, concelho da Feira, no distrito de Avei-

ro. Encerramento de empresas, despedimentos, salários em atraso são, de momento, alguns dos sinais desta realidade que está a afectar a vida da região.

Entre a perplexidade e a revolta, crescem as preocupações entre a comunidade local, ganhando igualmente terreno a ideia de que urgem as medidas de prevenção e intervenção por parte das autoridades responsáveis.

Especialmente visada é a Inspeção Geral do Trabalho, cuja actuação tem sido posta em causa por vários

calização preventiva e de intervenção.

Igualmente preocupado com a situação actual está o Grupo Parlamentar do PCP que, ainda na passada semana, em requerimento dirigido ao Governo, indagou da eficácia da Inspeção Geral do Trabalho em casos sobeja e atempadamente conhecidos que ocorreram na região.

Subscrito pelo deputado Jerónimo de Sousa, o requerimento cita vários casos concretos que revelam as

progressiva da duração normal do trabalho, por forma a que esta atingisse as 40 horas, sem qualquer diminuição dos salários dos trabalhadores.

Será que não é tempo de abandonarmos a passada desalentada na perseguição do caminho do progresso? Será que não é tempo de afirmar, neste final de século, tal como Carlos da Maia de Eça de Queiroz na Lisboa dos finais do século XIX, «ainda o apanhamos!»?

«Avante!»: O que se propõe, concretamente, no projecto do PCP?

Odete Santos: O nosso projecto é simples e claro. O período normal de trabalho não poderá ser superior a 8 horas por dia e 40 horas por semana. Estes limites são reduzidos, respectivamente, para 7 e 35 horas nos casos de trabalho nocturno, por turnos, insalubre, penoso ou

perigoso do ponto de vista físico e psíquico.

Ocorre-me aqui ainda referir que, dos longos períodos de trabalho resultam também os elevados índices de sinistralidade que temos no País.

O projecto proíbe a divisão dos períodos de descanso semanal. Estes devem ser gozados sem interrupção. Nos casos de trabalho por turnos, os dias de descanso semanal têm de ser gozados durante 5 dias consecutivos.

Para permitir a adaptação das empresas aos novos horários, o diploma entrará em vigor, quanto à redução do horário, apenas 6 meses após a data de publicação.

Prevê-se ainda um regime especial de adaptação para os sectores da agricultura, silvicultura e pecuária.

«Avante!»: Esses objectivos são realistas face à

Vale tudo!...

Desrespeito pelas decisões dos tribunais, salários em atraso ou o puro encerramento das unidades de produção parecem ser procedimentos triviais no modo de gerir algumas empresas da indústria corticeira em Santa Maria de Lamas. Os exemplos que se seguem, lembrados por Jerónimo de Sousa no requerimento que dirigiu ao Governo, não deixam margem para dúvidas de que algo vai mal no reino da cortiça.

- Na Américo e Quintino, Lda, sediada em Pousadas, quatro trabalhadoras são despedidas. Após intervenção sindical, verifica-se que o patrão-administrador está ausente em parte incerta. Na sequência de um recurso, o tribunal dá razão às trabalhadoras. A empresa faz orelhas moucas e não paga.

- A Sila e Rocha e a Rozeror, implantadas em Pousadela e geridas pela mesma entidade, encerraram as suas portas, desconhecendo-se o paradeiro do administrador. Doze trabalhadores ficaram no desemprego.

- Na José Ferreira Pais e Filhos é também o encerramento com o despedimento de 18 trabalhadores.

- A Ribas e Irmãos, onde chegaram a laborar 80 trabalhadores, após vários processos de despedimento e rescisões, fecha os portões, deixando os trabalhadores sem salários fixos, sem subsídios e sem as respectivas indemnizações. O indivíduo que dá pelo título de empresário encontra-se em parte incerta.

- Na António Rodrigues e Filhos, Lda, os salários dos 30 trabalhadores que restam não são pagos atempadamente, o mesmo sucedendo na Cork Vinhos, Lda.

- Na Alves Amorim, Lda, na Costas Manufacturas de Cortiça, Lda, e na Tiago de Barros, problemas económicos com origens diversas deixam antever a possibilidade de ocorrência de problemas graves complicados.



agentes locais. É o caso do Sindicato representativo dos trabalhadores da indústria corticeira, o qual tem vindo insistentemente a chamar a atenção para a gravidade da situação através de inúmeros exemplos que não ilibam de responsabilidades as instituições com poderes de fis-

dificuldades acrescidas por que passam muitas pequenas e médias empresas (ver caixa), dificuldades estas que, todavia, não afectam todos, já que, no que se refere ao grupo Amorim, "prosegue inexoravelmente o processo de concentração e acumulação no sector".



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP

situação da economia portuguesa?

Odete Santos: A verdade é que em vários ramos de actividade os trabalhadores, através da contratação colectiva, já conseguiram a redução dos horários de trabalho.

Em acordos colectivos de trabalho e acordos de empresa na cerâmica, cimento e vidro e nas indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, já se conseguiu a redução para as 40 horas semanais. Noutras empresas das indústrias químicas e da construção civil, a realidade fica já distante, para melhor, do diploma do Governo (Lei 2/91) que fixou em 44 horas por semana o período normal de trabalho.

Se assim é, por que motivo resiste o PSD, como um Velho do Restelo, às conquistas dos trabalhadores?

«Avante!»: O PSD chumbou já uma iniciativa idêntica do PCP na anterior legislatura. Será que agora a posição da maioria poderá alterar-se?

Odete Santos: Na anterior legislatura, o PCP apresentou um projecto de lei idêntico ao que hoje vai estar em debate na AR. O PSD votou contra, pois a sua opção era apenas as 44 horas semanais.

Na campanha eleitoral para as legislativas, o PSD prometeu a redução do horário de trabalho para as 40



horas. Pura hipocrisia! Que maravilhoso Tartufo daria o primeiro-ministro, a fazer inveja ao próprio Molière!...

Conhecidos os resultados eleitorais, arrecadados os votos, o PSD fez publicar no «Diário da República» um diploma que permite que em certas semanas se trabalhe 50 horas, que permite que se reparta o descanso semanal, que permite que os trabalhadores por turnos trabalhem sem descansar doze dias

seguidos! O ditado popular «Palavra de rei não volta atrás» saiu dos Dicionários de Rifões.

Não há nenhuma razão para que o projecto não seja aprovado.

A maioria PSD votará de acordo com as promessas que fez? Pode acontecer que não. Já vemos que o PSD se comporta como um penitente que, rezado o acto de contrição, atravessa o portal da

igreja determinado a esquecer os deveres morais.

Mas se isso se verificar, esta não terá sido uma luta inglória. É que, com a anterior iniciativa do PCP, o PSD sentiu-se obrigado a dar um passo (ainda que tímido, como vimos) na redução do horário de trabalho. Desta iniciativa, que mais não é que a concretização das aspirações dos trabalhadores, sempre irá resultar a satisfação das mesmas.

Em Setúbal e Peniche Festa com Cuba e militância autárquica

A festa e a militância entram de mãos dadas no Ano Novo. A ilustrá-lo temos duas iniciativas já-já para o próximo sábado, dia 9 de Janeiro, em sítios diferentes e que passamos a dizer:

Na **Sociedade Capricho Setubalense** a Associação de Amizade Portugal-Cuba (Núcleo de Setúbal) e a JCP promovem uma Festa de Aniversário da Revolução Cubana, às 15 horas, que contará com a presença do

respectivo embaixador no nosso país. Do programa avultam iniciativas tão variadas como concursos de dança, jogos tradicionais, música, poesia, cantares e projecção de filmes.

No **Centro de Trabalho do PCP em Peniche** a Coordenadora da CDU do Concelho dinamiza, entretanto, à mesma hora, uma reunião de militantes e activistas para discussão das eleições autárquicas de 1993.

PCP alerta nos Açores Sindicatos devem ser ouvidos sobre Remuneração Complementar

Uma nota do Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP, enviada aos órgãos da Comunicação Social no último dia do ano passado, aprova a recente decisão do Ministro da República para os Açores «de solicitar a apreciação preventiva da constitucionalidade do Decreto Legislativo que inclui a revogação da Remuneração Complementar», criticando duramente «a prepotência política que impera na direcção do PSD/Açores». Passamos a transcrevê-la:

1. A recente decisão do Senhor Ministro da República para os Açores de solicitar a apreciação preventiva da constitucionalidade do Decreto Legislativo que inclui a revogação da Remuneração Complementar constitui uma atitude política correcta, adequada e absolutamente indispensável face ao modo inconstitucional como o Governo Regional, o PSD e o presidente da Assembleia Legislativa Regional conduziram o processo de aprovação de tal Decreto Legislativo.

2. De facto, na Sessão Legislativa de Dezembro, a Representação Parlamentar do PCP tinha, por várias formas, chamado a atenção para a indispensabilidade constitucional de serem ouvidos os sindicatos quanto a essa legislação, tendo inclusivamente dirigido ao presidente da Assembleia Legislativa Regional um Requerimento no sentido de ser cumprido o Artigo 143.º do Regimento, que estabelece o modo de serem ouvidos os representantes sindicais.

A prepotência política que impera na direcção do PSD determinou que tudo se processasse de outra forma e de modo totalmente inconstitucional.

3. O Secretariado da DORAA do PCP chama a atenção para o facto do Decreto Legislativo agora enviado para o Tribunal Constitucional, não entrando em vigor obrigar a que o Governo Regional continue a pagar a Remuneração Complementar, aplicando o mesmo procedimento orçamental que é aplicável a todas as outras despesas.

4. O Secretariado da DORAA incentiva todos os trabalhadores da Administração Regional e Local a continuarem e aprofundarem a luta contra a revogação da Remuneração Complementar que, face aos irrisórios aumentos da Função Pública, se tornou essencial para a esmagadora maioria dos funcionários.

O Secretariado da DORAA recorda uma vez mais que a existência da Remuneração Complementar, para além de ser um acto de justiça em si mesmo, constitui um indispensável indicador para que a contratação nos sectores privados tenha em conta os custos acrescidos gerados pela insularidade.

CAMARADAS FALECIDOS

JOAQUIM LAMEIRA

Faleceu no passado dia 25 de Dezembro o camarada **Joaquim Maria Lameira**, natural da Freguesia de Reguengo, Concelho de Portalegre, onde nasceu a 14 de Janeiro de 1906 e também aqui residente. A sua ligação ao Partido vem desde 1936, tendo estado preso seis meses no Aljube.

JAIME NUNES DA SILVA

Membro muito estimado da organização do Partido em Algés, antifascista desde muito jovem, faleceu na passada terça-feira, dia 5 de Janeiro, **Jaime Nunes da Silva**, comerciante, de 78 anos.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sinceras condolências.

Reforma do Parlamento Alterações aquém da expectativa e das necessidades

A Assembleia da República retomou terça-feira os seus trabalhos em plenário com a discussão da Reforma do Parlamento, matéria anteriormente apreciada nos últimos seis meses em comissão especializada criada para o efeito. Melhorar o funcionamento da Assembleia da República no reforço das suas funções políticas, legislativas e fiscalizadoras, estreitando simultaneamente a sua ligação aos cidadãos e aos seus problemas, constituíram objectivos enunciados à partida com os quais se identificou a totalidade dos partidos com assento parlamentar.

A dúvida que subsiste, porém - e esta foi uma das questões centrais que animou o debate - é saber se as alterações produzidas, com profundas repercussões na actividade parlamentar, para lá das boas intenções expressas, atingem efectivamente os propósitos pretendidos.

Participando de forma empenhada e construtiva em todo o processo, pela sua parte, o PCP não hesitou em considerar que no seu conjunto a denominada Reforma do Parlamento «fica muito aquém da expectativa criada». Para esta posição, explicitada no debate por José Manuel Maia, Vice-Presidente da Assembleia da República, concorrem duas ordens de razão: por um lado, o facto de apenas só uma parte das matérias necessárias à reforma ter sido agora apreciada; por outro, a própria natureza de algumas das soluções encontradas, consideradas nuns casos deficientes e noutros insuficientes.

Equivale isto a dizer que se é certo que importantes iniciativas foram agora contempladas (Regimento da Assembleia,

Estatuto dos Deputados, Lei dos Inquéritos Parlamentares e Lei do Direito de Petição pelos Cidadãos), não é menos verdade que ficaram de fora, a aguardar por outra oportunidade - contra a vontade da formação comunista que por elas batalhou - questões tão relevantes como o «controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos», o «registo de interesses dos políticos», a «garantia de audição da Assembleia em determinados processos comunitários» ou a «Lei Orgânica e o Quadro de Pessoal».

No que se refere ao conteúdo dos quatro diplomas, para lá das referidas insuficiências e deficiências, foi possível ainda, apesar de tudo, introduzir algumas melhorias e «evitar o pior relativamente a muitas das propostas do PSD», para utilizar a expressão de José Manuel Maia, o que, no entanto, feitas as contas, não chega para que o balanço global possa ser considerado totalmente satisfatório.

É que, como foi salientado pelo deputado comunista, há casos em que o regime legal piora significativamente. Está nesta situação o texto apresentado de revisão da Lei do Direito de Petição pelos Cidadãos, onde se altera de mil para quatro mil o número de cidadãos subscritores de uma petição para que esta seja apreciada pelo plenário da Assembleia da República.

Uma alteração, pois, que não pode deixar de ser interpretada como uma amputação ao «direito e dever cívico de participação política e democrática dos cidadãos para a defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral».

CDU pergunta em Viana do Castelo Onde estão as auto-estradas do Alto Minho?

Na sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, realizada no final do ano passado, os eleitos da CDU apresentaram três requerimentos relacionados com matérias de substantiva actualidade: vias de comunicação e trânsito.

O primeiro requerimento interpelava tanto o Governo como a Câmara Municipal de Viana do Castelo sobre as duas, já «famosas», auto-estradas do Alto Minho, expondo a situação nos seguintes termos:

«Em Janeiro, o sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações assumiu perante os autarcas do distrito de Viana do Castelo o compromisso de, até 1996, o Alto Minho poder contar com duas auto-estradas, uma pelo interior por Ponte de Lima e outra pelo Litoral com passagem por Viana, bem como dois

itinerários complementares (IC) — o itinerário complementar Valença-Viana-Porto e o de Viana-Arcos de Valdevez-Ponte da Barca, sendo aquele concluído até 1994.

«Até hoje, nem um único troço destas acessibilidades foi adjudicado, nem sequer o obrigatório concurso público foi anunciado.

«Como está reconhecido nas conclusões de debates, seminários e publicações oficiais sobre o Alto Minho, as deficientes acessibilidades intra e ao exterior da região são dos principais factores

de atraso e estagnação do Alto Minho».

Nestes termos, foram requeridos à Câmara Municipal de Viana do Castelo os seguintes esclarecimentos:

1º — Tem a Câmara Municipal alguma informação sobre a publicação dos concursos públicos? Se não tem, que medidas pensa tomar ou propor para que a delonga não seja irrecuperável?

2º — Está previsto, por parte da Câmara, algum organismo de acompanhamento às obras de construção da auto-estrada do litoral e dos IC'S Valença-Viana-Porto e Viana-Arcos-Ponte da Barca?

Aguarda-se resposta...



As paisagens do Alto Minho pouco se têm alterado no que diz respeito à construção das tão prometidas auto-estradas

Dos acidentes ao estacionamento

Entretanto, os numerosos acidentes de viação quotidianamente registados na Avenida 25 de Abril, na cidade de Viana do Castelo, frequentemente traduzidos em perdas de vidas humanas e graves estropiamentos, levaram a CDU à seguinte interpelação à CM de Viana do Castelo:

1º — Que diligências foram até hoje tomadas junto da Direcção de Estradas da J.A.E. e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para que a Avenida 25 de Abril, em Viana do Castelo, deixe de ser a antecâmara dos acidentes e, de quando em quando, da morte?

2º — Que explicações dá a J.A.E. ao facto de na mesma Estada Nacional-EN haver semáforos em Seixas-Caminha e não haver na Av. 25 de Abril em Viana do Castelo.

Finalmente, a representação da CDU na Assembleia Municipal de Viana do Castelo debruçou-se sobre a

questão do estacionamento automóvel na cidade, questionando os seguintes pontos:

1º — Quantos locais de estacionamento e de estacionamento automóvel nos limites tradicionais da cidade e referenciados como tal existem hoje? E qual é a sua capacidade?

2º — Há algum estudo em curso para a criação de novos espaços destinados a estes fins, tendo em conta os novos acessos e as obras de urbanização da marginal?

3º — Se há, qual a capacidade de estacionamento e estacionamento com que a cidade pode contar no futuro?

MDM

Mensagem de Ano Novo

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) divulgou em comunicado uma mensagem de Ano Novo que transcrevemos na íntegra:

«O MDM espera que 1993 não seja apenas um «ano novo» no calendário.

«O MDM deseja que 1993 seja um ano especial, designadamente no combate às discriminações sexistas, ao desrespeito por leis que consagram a igualdade de direitos e de oportunidades, à tentativa de minimizar o papel do movimento feminino como interlocutor especial dos direitos das mulheres.

«O direito das mulheres à realização integral como ser humano continuará em 1993 a exigir o empenhamento e a tenacidade destas em defesa dos seus direitos, no apoio à luta do movimento feminino e pelo reconhecimento legal do seu estatuto de parceiro social, com direito a tempo de antena.

«As mulheres portuguesas não poderão deixar de avaliar o significado do início do Mercado Único Europeu e com ele, seguramente, o aumento dos despedimentos, a maior vulnerabilização da economia portuguesa e o desrespeito pelos direitos das trabalhadoras.

«Que o ano de 1993 marque uma nova fase da vida política portuguesa, com maior intervenção das mulheres no combate aos múltiplos obstáculos que impedem a sua participação em igualdade nas esferas pública e privada e pela garantia de um número significativo de mulheres nas listas das próximas eleições autárquicas e em lugares elegíveis. Que cada mulher contribua para o combate a fenó-

menos que germinam na sociedade: o individualismo, a indiferença, a demagogia política e a crescente manipulação das opiniões e consciências.

«No plano internacional, o MDM espera que os governos intervenham pela eliminação das diferenças entre países ricos e pobres, no combate à miséria, ao analfabetismo, à fome, às elevadas taxas de mortalidade infantil e materna e que se encontrem soluções pacíficas para os conflitos existentes em vários pontos do globo.

«Para o "novo ano" são necessários ainda mais e melhores esforços na construção dos caminhos da Paz

e da Esperança para os Povos do Mundo inteiro.

«Uma palavra especial para as mulheres, homens e crianças de Timor, Moçambique, Angola, Jugoslávia, Palestina, Somália, Cuba que, em realidades nacionais específicas, lutam pela melhoria das suas condições de vida e pelo direito a decidirem os seus próprios destinos.

«No limiar do século XXI, continua a ser actual e urgente a luta individual e colectiva das mulheres no Mundo, pela conquista dos seus direitos, contra as guerras e flagelos sociais. As mulheres e as suas organizações continuam a desempenhar um papel importante na humanização do Planeta em que vivemos e na salvaguarda da qualidade de vida das gerações vindouras.»

Ano Novo em Setúbal

Não há duas sem três!

Retomando uma antiga tradição, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP promoveu a passagem de ano no Pavilhão do Parque José Afonso, que reuniu mais de uma centena de camaradas.

Mas esta entrada no Novo Ano, tal como foi assinalado na altura, coincidiu com a instalação definitiva da organização concelhia do Partido no seu novo Centro de Trabalho, situado, como é sabido, no Edifício Arrábida (Av. 5 de Outubro, 1º andar). E conta quem viu e viveu a magnífica festa que, dado a preparação da Festa ocorrer em simultâneo com a transferência em peso do recheio do velho CT para o novo, um camarada da Concelhia dizia, bem humorado: «Faltou-nos imaginação para uma terceira tarefa, para satisfazer o ditado popular; "não há duas sem três"!»

Produtores de tomate ameaçam vir a Lisboa

Os produtores de tomate do Ribatejo estão dispostos a manifestarem-se, em Lisboa, no próximo mês, se não for resolvida a questão de 400 mil contos de dívidas retidas pela empresa ECRIL. Esta posição, segundo a Agência Lusa, foi assumida pelo presidente da Associação de Produtores de Tomate do Ribatejo, Amândio de Freitas, que referiu estarem os agricultores «afritos» com os empréstimos que contraíram junto da Banca e que agora não podem reembolsar.

Ontem, dia 5 de Janeiro, os produtores de tomate reuniram-se em Benfica do Ribatejo para analisar uma proposta da empresa ITA-LAGRA, do grupo Boschi/Parlamat, que pretende adquirir a ECRIL, que se encontra em processo de pré-falência no tribunal de Vila Franca de Xira, revelou Amândio de Freitas.

Após esta reunião, no dia 6 (hoje, portanto) os produtores encontrar-se-ão com o director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste que, segundo Amândio de Freitas, «tem procurado ajudar» à resolução do problema surgido, com a dívida, nomeadamente estabelecendo contactos com o secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar, que não recebeu ainda a Associação.

«Se a proposta não for aceite pelos produ-

tores, e o Estado não assumir o seu papel na questão, estamos dispostos a manifestarmos em frente do Ministério da Agricultura, e desde já podemos dizer que não ser uma simples manifestação», ressaltou Amândio de Freitas, sublinhando que os agricultores «estão numa grande aflição».

A empresa de concentrado de tomate ECRIL recebeu, através do Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA), cerca de 400 mil contos, que deveriam ser canalizados para os produtores, como subsídio proveniente da Comunidade Europeia.

Alegando dificuldades financeiras, a ECRIL não realizou a transferência daquele subsídio.

A Associação de Produtores acusa a INGA de «conivência» com a situação existente na ECRIL, já que, na opinião de Amândio de Freitas, «estava a par» da possibilidade de falência, há já quatro ou cinco anos».

O Ministério da Agricultura é, ainda, responsabilizado por uma outra dívida aos produtores, esta de cerca de 90 mil contos, respeitante ao acerto do diferencial de produção do ano passado. «Aqui é a falta de cumprimento à palavra dada pelo ministro», explicou Amândio de Freitas, referindo que Arlindo Cunha se prontificou, publicamente, a efectuar o pagamento.

Europa dos cidadãos continua em 'stand by'

Mercado único gera confusão

Sem pompa nem circunstância, mas com muita confusão e ainda mais derrogações, a entrada em vigor do mercado interno no passado dia 1 de Janeiro, se passar à História, será como o dia de todos os equívocos.

Propagandeado a nível comunitário como a grande "casa europeia" e a nível interno como uma nova espécie de "jardim das delícias", o mercado interno apresenta-se afinal como um gigantesco labirinto.

Em Portugal, a confusão foi total no terminal de Alverca, onde os funcionários passaram a manhã a aguardar ordens e a tarde paralisados por os computadores não trabalharem, enquanto camionistas furiosos e desesperados não poupavam críticas às prometidas "facilidades" das quedas das barreiras alfandegárias.

Em Ayamonte e Rosal de La Frontera, dois dos principais pontos fronteiriços entre Portugal e Espanha, enquanto os "nuestros hermanos" abandonavam o local, as autoridades portuguesas mantiveram-se nos seus postos, exigindo documentos a todos os que pretendiam entrar no país e aos portugueses e estrangeiros que saíam de Portugal.

Ao mesmo tempo, e enquanto corriam rios de tinta sobre as excitantes possibilidades de ir ali num instantinho à Europa dos outros onze comprar uma mobília de quarto, procurar um emprego ou abrir uma conta bancária, lá se ia sabendo a conta-gotas que afinal muitas das portas da "casa europeia" continuam fechadas.

A liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais - algumas das características do tão falado mercado único - só existe em muitos casos no papel, tantas são as derrogações e vazios jurídicos que subsistem após oito anos de negociações, a remeter para daqui a seis meses, para o final do ano, para o final do século essa miragem da Europa dos Cidadãos.

Se é verdade que a Europa do capital avança a passos largos, impasses e divergências entre os Doze continuam a fazer marcar passo a livre circulação de pessoas. Os britânicos, acompanhados pelos irlandeses e dinamarqueses, defendem

que a liberdade de circulação se deve aplicar apenas aos cidadãos comunitários, o que implica a existência de controlo nas fronteiras; como é evidente, a abolição total das fronteiras exige uma política comum de concessão de vistos a cidadãos de países terceiros, o que se choca com os acordos bilaterais entretanto firmados. Acresce, por outro lado, a manutenção do diferendo entre a Espanha e a Grã-Bretanha em relação a Gibraltar (cuja soberania ambos reivindicam), o que contribui para bloquear a livre circulação. O atraso é tanto que a escassa legislação sobre a matéria não está sequer regulamentada.

Teoricamente, qualquer cidadão comunitário é livre de se instalar em qualquer Estado-membro, sem ter que provar exercer qualquer actividade económica remunerada; no entanto, neste caso, só será admitido se estiver coberto pela segurança social. Pode também procurar emprego onde quiser, mas se for despedido, será repatriado se ao fim de 12 meses não encontrar novo emprego. Quem se instalar noutro país que não o seu e tiver carta de condução, pode usá-la durante um ano, mas depois terá de pedir nova documentação. O mesmo sucede com os diplomas universitários. Automóvel não vale a pena comprar, se a ideia for trazê-lo para Portugal: à entrada, o imposto automóvel e o IVA deixam o produto ao nível dos preços praticados internamente.

Teoricamente, os cidadãos podem votar no país em que residam, tanto para as eleições autárquicas como para o Parlamento Europeu. Só que, tal como para a livre circulação de pessoas, também este direito não está regulamentado, pelo que na prática não existe.

Melhor estão os capitalistas. Podem comprar as empresas que querem e onde querem, investir praticamente em todos os domínios, vender os seus produtos, abrir as suas contas onde mais lhes convenha. Do seu ponto de vista, Portugal é aliciante - temos a mão-de-obra mais barata da Europa.

Para os cidadãos, nem tanto. Se fosse para ficar à espera de benesses, mais valia esperar sentado. Mas 1993 será um ano de luta. Esse sim, a nível europeu.

Espanha quer rever tratado do EEE

A entrada em vigor do Espaço Económico Europeu (EEE), inicialmente prevista para 1 de Janeiro de 1993, foi adiada para data indeterminada, após a rejeição do mesmo pelos suíços.

A exemplo do que tem vindo a suceder em relação ao Tratado de Maastricht, também neste domínio o lema parece ser o de que os referendos só são bons se forem para dizer 'sim'. A tal ponto que ninguém, a nível dos organismos oficiais, quer nacionais quer comunitários, encarou seriamente a possibilidade de uma rejeição popular validada nas urnas.

É assim que o novo ano começa, para os signatários do EEE (os doze países da CEE e os sete da EFTA), com a necessidade de revisão do texto do tratado, em princípio em conferência a realizar ainda este mês.

Com excepção da Espanha, que exige modificações substanciais ao acordo, todos os restantes países comunitários defendem que as modificações a introduzir devem ser essencialmente "técnicas", de forma a atrasar o menos possível a entrada em vigor do EEE. Em causa estão, para os espa-

nhóis, as consequências provocadas pela não participação da Suíça, em particular no respeitante ao fundo de coesão criado no âmbito do acordo e segundo o qual os países da EFTA irão participar na ajuda ao desenvolvimento económico dos quatro países mais atrasados da Comunidade: Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

É que a Suíça deveria participar com cerca de 25 por cento no referido fundo de coesão, estimado em 360 milhões de contos para os primeiros cinco anos de aplicação do tratado. Este fundo, complementar do fundo de coesão previsto no tratado de Maastricht, constitui a contrapartida dos países da EFTA pelos benefícios que irão usufruir pela participação no mercado único, também ele teoricamente em vigor desde o início do ano.

Sem a participação da Suíça, quem pagará a parte que lhe estava destinada? A possibilidade de os restantes países da EFTA dividirem entre si tal despesa está longe de ser pacífica e não falta mesmo quem defenda pura e simplesmente a redução do montante total do fundo de coesão. É isso que

a Espanha não está disposta a aceitar.

Muito menos reivindicativas parecem as autoridades portuguesas, embora a dotação inicialmente prevista para Portugal corresponda a 25 por cento do total do fundo, ou seja, cerca de 18 milhões de contos por ano. Se o acordo tivesse entrado em vigor em 1 de Janeiro, Portugal receberia 90 milhões de contos até final de 1997.

Em termos práticos, a rejeição do EEE pelos suíços põe em causa os valores acordados o que, sendo prejudicial para a ajuda ao desenvolvimento dos 'quatro', não invalida a criação do Espaço Económico Europeu, considerado um primeiro passo para a adaptação dos países da EFTA (Suécia, Finlândia, Áustria, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça) às normas comunitárias, com vista ao estabelecimento de "um conjunto integrado, dinâmico e homogéneo, baseado em regras comuns e em condições de concorrência iguais". A concretização do EEE implica a integração, pelos países da EFTA, de cerca de 80 por cento da legislação comunitária em relação ao mercado

interno, designadamente no respeitante à livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais.

Para além da supressão dos direitos aduaneiros relativamente aos produtos industriais, já em vigor com os acordos de comércio livre de 1972, o tratado elimina grande parte dos obstáculos ainda existentes ao comércio de mercadorias. De referir que a CEE recebe actualmente cerca de 58 por cento das exportações da EFTA, para onde vende 26 por cento dos seus produtos.

Quanto à circulação de pessoas, com o EEE deixaria de existir - teoricamente - qualquer discriminação baseada na nacionalidade no que se refere ao emprego, à remuneração e restantes condições de trabalho. Mas tal como acontece com o mercado único, no espaço comunitário, esta é uma matéria bem menos desenvolvida do que a respeitante à circulação de mercadorias e capitais.

Longe de concretização está ainda o quadro institucional previsto no tratado: um conselho EEE, um comité misto EEE, um comité parlamentar misto EEE/CEE e um comité consultivo.

Dinamarca

A Dinamarca assume desde o início do ano a presidência rotativa da CEE. Para muitos observadores, não deixa de ser irónico que seja justamente este país - o único que até à data rejeitou em referendo o tratado de Maastricht - quem tenha a responsabilidade de gerir os destinos comunitários justamente no momento em que, em princípio, o mercado único dá os primeiros passos.

É certo que depois da cimeira de Edimburgo, onde se chegou a uma solução juridicamente vinculativa que isenta a Dinamarca de participar nos objectivos do tratado de união europeia que estiveram na origem do 'não' dinamarquês, nomeadamente a política de defesa comum, a moeda única, a cidadania europeia e a cooperação na administração interna e judicial, se abriu caminho para trocar o 'não' pelo 'sim'. Mas o segundo referendo dinamarquês, previsto para Maio, continua a ser uma incógnita. E hoje já ninguém duvida que um segundo 'não' dos dinamarqueses impediria de facto a aplicação do tratado no que resta da sua versão actual. Importa não esquecer que uma das prováveis consequências de mais um 'não' dinamarquês seria a rejeição do tratado pelo parlamento britânico, cuja decisão final foi adiada para depois do referendo na Dinamarca.

Entre outros assuntos, a presidência dinamarquesa será assinalada pelo início da aprovação dos novos regulamentos dos fundos estruturais e do fundo de coesão; o início das negociações oficiais para a adesão à Comunidade da Áustria, Suécia, Finlândia e possivelmente Noruega, embora o alargamento só se possa concretizar com a entrada em vigor do tratado de Maastricht; a preparação dos mecanismos necessários para a chamada "iniciativa europeia de crescimento"; a coordenação das posições dos Doze nas negociações do GATT; e a definição da posição da CEE face à situação na ex-Jugoslávia, ex-URSS e restantes países do Leste europeu.

Falta de visão

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, considera que a Comunidade teve "falta de visão" em relação à crise na ex-Jugoslávia e defende o apoio da CEE aos EUA se estes decidirem intervir militarmente naquele conflito. Em declarações recentes à estação pública francesa de televisão "France 2", Jacques Delors considerou que "é normal (a Europa) trabalhar lado a lado com os Estados Unidos", mas "já é menos normal" que no caso da ex-Jugoslávia a Comunidade "não tenha visto os pesados riscos de consequências que o conflito representa". Quanto à possibilidade de intervenção militar, Delors lembrou que tem "vindo a dizer há muitos meses que não se poderia pôr termo ao que é a guerra na ex-Jugoslávia se não houvesse uma ameaça credível de réplica militar".

Delors não se pronunciou quanto às consequências dessa "réplica militar". Falta de visão?

Iniciativa

Os ministros das Finanças dos Doze vão-se reunir a 18 deste mês para decidirem as primeiras medidas práticas para a implementação da chamada "iniciativa europeia de crescimento", aprovada em Edimburgo, com o objectivo de relançar o crescimento económico e criar empregos na Europa. Na reunião, a Comissão Europeia, que já efectuou os primeiros contactos com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) no sentido de definir as áreas de actuação para a iniciativa, deverá apresentar algumas propostas concretas sobre a questão, bem como propostas das modificações a efectuar aos estatutos do BEI. Em princípio, a Comissão pensa mobilizar entre 15 a 20 mil milhões de ecus destinados a investimentos, e criar um fundo europeu de investimento, dotado de um capital de dois mil milhões de ecus. No próximo dia 14 deverá reunir o comité monetário da CEE para preparar o Conselho de Ministros de dia 18.

Entretanto, o conselho de governadores do BEI nomeou o britânico Brian Unwin presidente da instituição, a partir de 1 de Abril do corrente ano. Unwin, de 57 anos, foi membro do conselho de administração do BEI entre 1983 e 1985, exercendo actualmente o cargo de presidente do departamento governamental britânico para as alfândegas e impostos.

Durante seis anos, Unwin irá presidir à instituição que tem a seu cargo mobilizar fundos nos mercados de capitais para financiar os investimentos da Comunidade Europeia e dos países que lhe estão associados por acordos internacionais. Em 1992, o volume de empréstimos do BEI ascendeu a 17 mil milhões de ecus (cerca de 1,3 mil milhões de contos).

EUA

A centésima terceira legislatura do Congresso norte-americano tem início com uma agenda invulgar de temas vitais para o futuro do país.

Com os democratas a dominar ambas as câmaras, o Congresso terá, não obstante, a difícil tarefa de legislar sobre o programa de estímulo à economia, redução do défice orçamental e reforma do sistema de seguro médico.

O governo do presidente eleito Bill Clinton, que tomará posse no próximo dia 20, deverá apresentar ao Congresso o volume, com duas mil páginas, do tratado de livre comércio (TLC) com o México e Canadá, negociado no período recorde de 20 meses, durante o governo do presidente cessante George Bush.

Polónia

Os 320 mil mineiros do carvão polaco suspenderam a greve que cumpriam desde 20 de Dezembro, na sequência de um acordo alcançado entre os seus representantes e do governo no passado dia 31 de Dezembro.

Os mineiros disseram, no entanto, que reiniciariam a paralização se não fossem cumpridos os pontos acordados ou se se atrasasse a solução dos seus problemas.

Os mineiros citam como questões pendentes, entre outras, o pagamento pontual dos salários no próximo dia 15, fixação do preço do carvão vendido às centrais eléctricas e o reinício das exportações quando for retomada a extracção.

África do Sul

As desigualdades entre brancos e negros aumentaram mais este ano na África do Sul, concluiu o grupo de investigação do Instituto de Relações entre raças.

Num relatório publicado em Joanesburgo, o Instituto informa que os rendimentos dos negros se encontram ainda longe dos auferidos pelos brancos.

Em 1991/92, o rendimento mensal médio de um agregado familiar negro foi de 779 randes (cerca de 32 contos) contra 4679 randes (cerca de 180 contos) de uma família branca.

O rendimento médio de uma família mestiça foi de 1607 randes (cerca de 65 contos), enquanto o de uma família indiana se situou nos 2476 randes (cerca de cem contos).

O documento indica também que 23 milhões de negros não dispõem de electricidade em casa, quatro milhões têm uma disponibilidade mínima de água e sete milhões possuem instalações sanitárias ínfimas.

Em 1991/1992, as despesas por estudante negro foram de 1248 randes contra 4448 por estudante branco.

As consequências da diferença aparecem claramente nos resultados obtidos nos exames finais dos estudos secundários no último ano: apenas 41 por cento dos negros que se apresentou a exame foi aprovado, enquanto a taxa de sucesso dos brancos foi de 96 por cento, salienta o grupo de investigação.

Ainda segundo o relatório, as perspectivas de emprego são más em 1993 para negros com o curso dos liceus.

Alemanha

O ministro das Finanças alemão anunciou pretender reduzir em três por cento as ajudas sociais, entre as quais os subsídios de desemprego.

Entretanto, o governo tinha anunciado a concretização de economias drásticas nas despesas sociais, nomeadamente para financiar a reunificação com a ex-RDA.

Theo Waigel precisou que não se trata de «um atentado ao estado social», mas que é necessário restaurar «uma relação razoável entre os salários e as despesas sociais».

Segundo o ministro, tendo em conta a urgência da sua situação financeira, representada pelo défice de 43 mil milhões de marcos (cerca de 3,8 mil milhões de contos), a República Federal não pode permitir-se evitar uma redução nos encargos sociais.

«A par de uma revisão dos subsídios e diferentes transferências», o ministro da Economia preconiza «verdadeiros orçamentos de poupança» para o Estado e todas as regiões do país tal como a supressão das vantagens fiscais.

A comissão social da CDU de Helmut Kohl qualificou a proposta de Waigel de «afrenta séria» ao chanceler, que tinha precisado há duas semanas que não seriam tomadas decisões definitivas antes de meados de Janeiro, depois de serem consultadas as regiões da Alemanha.

O presidente do grupo parlamentar CDU-CSU, Heiner Geissler, criticou também os projectos do ministro referindo que «não podemos retirar dinheiro a quem já tem tão pouco».

Médio Oriente

Prossegue a repressão na Palestina

Pelo menos 13 palestinianos, entre os quais duas crianças, foram feridos a tiro, segunda-feira, por soldados israelistas, nos territórios árabes ocupados. Os factos mais graves ocorreram em Gaza, onde seis palestinianos foram feridos a tiro pelos soldados.

Na véspera, um grupo de cerca de dez colonos israelistas efectuou várias acções de vandalismo no centro da cidade palestiniana de Hebron, no Sul da Cisjordânia. Pelo menos 25 viaturas pertencentes a palestinianos foram gravemente danificadas e várias montras de lojas ficaram destruídas.

São sintomas claros do crescendo de tensão nos territórios ocupados, e de violência contra os palestinianos, enquanto a repressão se adensa e a situação dos palestinianos deportados permanece num impasse.

Situação de impasse, igualmente, é hoje a do próprio processo de paz. Cujo avanço seria entretanto indispensável tanto para as populações da Palestina como de Israel.

Em declarações recentemente publicadas pelo semanário francês «L'Express», o dirigente da OLP, Yasser Arafat, afirma que a OLP não «reconsiderará» a sua



Deportados palestinianos continuam na terra de ninguém, em condições insuportáveis

participação no processo para a paz no Médio Oriente, como lhe pede o movimento islâmico « Hamas », mas a deportação de mais de 415 palestinianos poderá « torpedeá-lo ».

Yasser Arafat condena o « castigo colectivo » que representa a decisão adoptada por Israel e pergunta: « Como querem que possamos continuar a dirigirmo-nos aos delegados israelitas, enquanto os deportados não forem autorizados a regressar? »

As negociações bilaterais deverão ser retomadas em Fevereiro em Washington, mas a delegação palestiniana anunciou que suspendia a

sua participação devido às expulsões.

Entretanto, têm continuado a registar-se manifestações de solidariedade com os deportados.

Nos primeiros dias do ano, mais de 10 mil pessoas, incluindo vários parlamentares jordanos, participaram em Amã numa festa de solidariedade com os palestinianos deportados por Israel para o Sul do Líbano.

Os parlamentares jordanos pediram à comunidade internacional que pressione Israel no sentido de autorizar o regresso dos palestinianos expulsos dos territórios ocupados.

« A deportação dos palesti-

nianos faz parte de uma política terrorista e criminosa praticada por Israel contra o povo árabe palestiniano », acusaram os organizadores da iniciativa.

Também o secretário-geral da ONU denunciou mais uma vez a acção de Israel como « ilegal, tendo em vista a lei internacional ». E disse esperar « profundamente que as autoridades israelitas reconheçam a necessidade de respeitar a Resolução 799 ». « Se não for este o caso — advertiu — poderei pedir ao Conselho de Segurança para encarar novas medidas a fim de assegurar o respeito da sua decisão ».

Start II

Bush e Ieltsin assinam tratado em Moscovo

Os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia assinaram, dia 3, em Moscovo, o Tratado de desarmamento estratégico Start II.

Na sala São Vladimiro, no Kremlin, George Bush e Boris Ieltsin assinaram o documento de 30 páginas que prevê uma redução de dois terços nos arsenais nucleares estratégicos dos dois países.

Os Estados Unidos ficam agora com armamento estratégico equivalente ao que possuíam na década de 60 (3500 ogivas nucleares contra as actuais 12 000).

A Rússia, por seu lado, fica com um potencial idêntico ao de meados da década de 70 (três mil contra os actuais 11 mil).

Eis os principais pontos do Tratado:

1 — O número total de ogivas nucleares de cada um dos dois países deverá oscilar entre 3800 e 4250 nos sete anos seguintes à entrada em vigor do tratado e entre 3000 e 3500 a 1 de Janeiro de 2003.

Em relação aos níveis actuais dos dois países, trata-se de uma redução de dois terços dos seus arsenais nucleares estratégicos.

2 — Deste total, o número de mísseis embarcados a bordo de submarinos não poderá exceder, dentro de 10 anos, os 1750.

Os americanos deverão assim desmantelar cerca de metade dos seus 432 mísseis Trident I e II, de oito ogivas, pilar principal da sua força de dissuasão estratégica.

3 — A 1 de Janeiro de 2003, os mísseis terrestres de ogivas múltiplas e independentes terão desaparecido totalmente das forças estratégicas dos dois países. Alguns terão pura e simplesmente sido « eliminados ». Relativamente aos restantes, cujo número não poderá exceder os 90, as rampas de lançamento poderão ser reconvertidas para abrigar mísseis de uma só ogiva.

Esta disposição diz respeito a uma das reivindicações principais dos russos, que querem transformar 90 rampas de lançamento dos seus mísseis SS-18 para servirem os SS-25.

Os russos, que dispõem actualmente de 308 SS-18, deverão desmantelar já metade deles em virtude do tratado Start-I, assinado em Moscovo a 31 de Julho de 1991.

Um documento anexo especifica o modo de reconversão das rampas de lançamento para mísseis de ogivas múltiplas em rampas de lançamento para mísseis de uma só ogiva.

4 — Os dois países tem o direito de transformar 105 dos seus mísseis terrestres de ogivas múltiplas em mísseis de uma só ogiva, retirando um máximo de cinco ogivas.

Trata-se de uma reivindicação russa. Moscovo deseja transformar, por razões económicas, 105 dos seus 170 mísseis SS-19, equipados de seis ogivas, em mísseis de uma só ogiva.

5 — No que diz respeito aos bombardeiros nucleares, o número de ogivas contabilizadas por cada aparelho — relativamente aos quais os dois países aplicavam até agora critérios diferentes — será especificado num memorando anexo ao Tratado.

Nos 180 dias seguintes à entrada em vigor do Start II, os dois países deverão submeter ao exame da outra parte um exemplar de cada aparelho para mostrar com quantas ogivas está equipado.

Cada um dos signatários poderá reconverter para fins convencionais um máximo de 100 destes bombardeiros nucleares e terá em seguida o direito de proceder a operação inversa.

6 — O texto do tratado precisa que o Start II não entra em vigor antes da aplicação do Start I.

Jugoslávia

Ameaças de intervenção militar

Enquanto em Genebra decorrem negociações entre todas as partes em confronto na Bósnia, com o objectivo de abrir caminho a uma solução política para a guerra que devasta o país e faz mortes inúmeras entre a população civil, os EUA, a França e a Grã-Bretanha afinam consensos e planos de uma intervenção militar, que poderia vir a ser ainda mais dramática para a ex-Jugoslávia, e comportam em si o perigo de alastramento da guerra a outras áreas da Europa.

Em Genebra discute-se o projecto apresentado pelos co-presidentes da Conferência, Cyrus Vance (ONU) e David Owen (CEE).

Este projecto inclui um plano de divisão que criaria uma Bósnia descentralizada, mas em que cada comunidade étnica seria maioritária em pelo menos três províncias e em que os sérvios controlariam 50 por cento do território.

Sarajevo, a capital, seria uma «cidade aberta» governada paritariamente pelas três comunidades.

A proposta teve acolhimento favorável por parte dos sérvios e croatas, mas foi contestada pelo presidente muçulmano da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, que apresentou um mapa alternativo.

Entretanto, apesar dos desacordos, o co-presidente da Conferência para a Paz, Lord Owen, considera haver sinais de cooperação, um dos quais terá sido o próprio facto de, pela primeira vez, se ter realizado um encontro bilateral entre o presidente muçulmano da Bósnia e o chefe dos sérvios bósnios, Radovan Karadzic.

O secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, durante uma visita a Sarajevo, sublinhou a necessidade de «continuar e confiar nas negociações», e pediu à comunidade internacional para aguardar o resultado das conversações antes de recorrer a medidas de força que — disse — farão escalar o conflito.

Opção bem diversa está a ser de facto defendida em Washington, Paris ou Londres.



Inverno em Sarajevo. As populações civis são as grandes vítimas da guerra

Na sua mensagem de Ano Novo, o presidente francês, François Mitterrand, disse esperar que o Conselho de Segurança ordene o reforço da zona de exclusão aérea sobre a Bósnia.

Bush defende a aprovação de medidas de força para fazer respeitar tal zona de exclusão. Em Londres, afirma-se o apoio a uma intervenção militar, apesar do receio sobre a segurança das forças de manutenção da paz no solo.

Entretanto, as nações islâmicas estabeleceram o prazo de 15 de Janeiro para uma posição mais forte da ONU contra os sérvios, indicando que iniciariam a venda de armas ao governo muçulmano da Bósnia, após aquela data, sem considerar o embargo de armas das Nações Unidas.

De facto, já há planos de guerra muito concretos, como fica patente nas páginas do «Herald Tribune» de 30 de Novembro, em artigo em que dois especialistas norte-americanos (um dos quais o antigo chefe do estado-maior das forças armadas dos EUA), descrevem as várias fases de uma intervenção americano-europeia, aérea, naval e terrestre, primeiro na Bósnia e depois na Sérvia.

Claro que os defensores de uma intervenção militar afirmam que ela abriria os caminhos da paz, e permitiria acabar com os massacres

das populações civis, as «limpezas étnicas», os campos de prisioneiros. Mas os reais objectivos, como as consequências de uma intervenção armada, seriam bem diversos.

Uma intervenção militar «teria como efeito agravar a guerra na Bósnia-Herzegovina e poderia levar a um alargamento do conflito a toda a região dos Balcãs» — é a opinião de Cyrus Vance, ex-secretário de Estado norte-americano e um dos dois presidentes da Conferência europeia sobre a Jugoslávia.

Cyrus Vance sublinha, nomeadamente, que uma intervenção militar colocaria em perigo também os «capacetes azuis» e os membros das organizações humanitárias cuja acção é vital para muitos milhares de pessoas.

Na verdade, os mesmos países que apostam na escalada guerreira no centro da Europa teriam amplas possibilidades de exercer pressão política no sentido de uma solução negociada, com base, tanto no direito dos povos à autodeterminação, como nos direitos das minorias e nos direitos humanos. Poderiam nomeadamente apostar no reforço do embargo de armas a todos os protagonistas, prosseguindo ao mesmo tempo com a ajuda humanitária.

Só que parece que há mesmo quem esteja muito interessado na opção da guerra. Claro está que... em nome da paz.

Somália

Guerra, fome e espectáculo

A capital etíope, Addis Abeba, foi sede de difíceis negociações para uma reconciliação política somali, sob a égide do secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, e a que responderam positivamente 12 das 14 facções somalis convidadas.

Para Boutros Ghali, estas negociações serão «o princípio de uma solução para a crise da Somália».

Entretanto, a situação no país continua marcada por profunda incerteza em relação ao futuro e a grande ambiguidade de uma intervenção militar, formalmente justificada pela — inegável — necessidade de combater a fome que tem vindo a dizimar a população somali.

Intervenção militar, de facto americana, ainda que sob a égide da ONU, e por acréscimo acompanhada de grande espectáculo mediático.

Em vésperas da intervenção, Rony Brauman, presidente dos Médicos sem Fronteiras, deu uma entrevista ao «Jornal de Domingo» francês, em que fez alguns pertinentes comentários.

«A ingerência humanitária não passa da recuperação política de uma grande ideia», afirma. E lembra que «a acção humanitária é a que

visa preservar a vida no respeito da dignidade, recuperar o homem na sua capacidade de escolha. (...) Estas pessoas não são estômagos vazios que esperam por comida de boca aberta. Um donativo é bom quando é discreto. Desde que haja espectáculo a acompanhá-lo, o donativo é sinónimo de humilhação».

O espectáculo que tem acompanhado toda a intervenção americana na Somália é mais um testemunho de que serão outras as razões e objectivos que estão na base de uma operação apresentada exclusivamente como humanitária.

Trata-se aliás de uma experiência que — a pretender-se aplicar por outras zonas e situações — comporta em si enormes perigos.

Se por razões humanitárias se puder sempre expedir os «marines» — e em todas as guerras haveria razões humanitárias de sobre — basta lembrar o sem-número de conflitos potenciais e reais por esse mundo fora para ver que é bem palpável a ameaça de termos corpos expedicionários americanos a intervir onde der mais jeito aos interesses estratégicos de Washington.

E se é de fome que se trata, então multiplicar-se-ão as possibilidades de ingerên-

cia nomeadamente por toda a África. Regresso do colonialismo?

Basta lembrar aqui alguns números referidos recentemente em Roma — onde o «direito de ingerência humanitária» esteve também no centro dos debates — quando da Conferência internacional sobre a nutrição.

Cerca de 800 milhões de pessoas nos países em vias de desenvolvimento — o que corresponde a 20% da sua população — sofrem de subalimentação crónica. Quarenta mil crianças de menos de cinco anos morrem, diariamente, por subnutrição e/ou doenças que lhe estão ligadas.

Vai-se mandar os «marines» para acabar com essas mortes?

Na verdade, as grandes questões que se colocam é o lançar de bases para a solução política dos conflitos (e que passa, por exemplo, pelo estrito controlo do comércio internacional de armas), a instrução de uma ordem económica internacional mais equitativa, e medidas de ajuda e solidariedade efectivas — que, por definição, não se destina ao espectáculo.

Soluções reais, mas bem menos consentâneas com os interesses estratégicos e a vontade de domínio de algumas potências ocidentais.

Moçambique

Preservar a Paz

O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, apelou a todos os moçambicanos para que cada um dê o seu máximo para a preservação da paz «duramente conquistada» após 16 anos de guerra civil no país.

O apelo do estadista moçambicano está contido na mensagem dirigida à Nação por ocasião do Ano Novo, em que traça uma retrospectiva dos mais importantes acontecimentos históricos de Moçambique desde 1960.

«Apelamos para que todos os moçambicanos, sem distinção de cor, da raça, da religião, da tribo ou filiação política, saibam contribuir para preservar esta paz duramente conquistada», apelou Joaquim Chissano.

Depois de classificar 1992 como «ano histórico» para Moçambique, Chissano destacou o facto de, pela primeira vez em 17 anos, o povo moçambicano poder passar um fim-do-ano em paz.

O presidente da República de Moçambique expressou votos para que, a partir de 1993, os moçambicanos se empenhem na «difícil» tarefa da reconstrução do país, sempre tendo em conta que «partimos de uma base débil».

Joaquim Chissano apontou os efeitos combinados da guerra, seca e falta ou chegada tardia de recursos externos para financiamento das importações de consumos industriais e outros, como factores que concorrem para a actual situação crítica do país.

Apelou ainda aos dirigentes de todos os partidos políticos legalizados para que faci-

litem as consultas necessárias com vista a garantir-se que as primeiras eleições pluripartidárias em Moçambique sejam livres e justas.

Chissano saudou a comunidade internacional, com destaque para Itália, pelo seu contributo para o alcance da paz em Moçambique e pela sua contribuição económica e social e para o plano de reconstrução nacional.

Referiu-se com «preocupação» aos acontecimentos pós-eleitorais em Angola e apelou às partes interessadas para que se empenhem no diálogo e «respeitem a vontade do povo, expressa nas urnas» de voto.

Focou igualmente a actual situação na vizinha África do Sul, apelando a todas as partes envolvidas para que cheguem a um entendimento que leve à resolução dos conflitos e à criação de uma nova África do Sul «verdadeiramente democrática».

Deplorou a prisão de Xanana Gusmão, em Timor-Leste, e afirmou que a detenção do líder da resistência maubere «veio reforçar a necessidade de um maior envolvimento da comunidade internacional» a favor da causa do povo timorense.

Chissano fez referência também às convulsões políticas e sociais que afectam outros países do globo, nomeadamente a Somália, Libéria, Sudão, Argélia, Ruanda, Etiópia, Togo, ex-Jugoslávia e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e saudou o cessar-fogo alcançado em El Salvador.

Sobre remuneração equitativa

Em Dezembro de 1991, na Comunidade, não houve só o Conselho Europeu de Maastricht, e a decisão correlativa sobre o projecto de Tratado da União Europeia.

Com data de 18 de Dezembro, invocando o art. 118.º do Tratado de Roma que determina que «cabe à Comissão promover uma colaboração estreita entre os estados-membros no domínio social, designadamente em questões relativas... ao direito ao trabalho e às condições de trabalho», a Comissão (a Comissão Executiva, a que se escreve com maiúsculas) apresentou um parecer sobre a instituição, pelos Estados-membros, de uma remuneração equitativa.

Para além do artigo 118.º do TR, o parecer foi formulado em conformidade com a segunda parte do programa de acção relativo à aplicação da Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, e na sequência de um projecto de recomendação do Conselho, já então apresentado, sobre os critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de protecção social.

Passou um ano e, como acontece com tudo o que tem a ver com questões sociais, tudo o resto foi avançando e ultrapassando esse parecer da Comissão, que só agora está em discussão, no Parlamento Europeu, depois de vencidos alguns obstáculos de natureza burocrática/regimental. Assim, está em elaboração um relatório na comissão de assuntos sociais do PE e um parecer da comissão de assuntos económicos do PE.

Coube-me a responsabilidade da elaboração deste último parecer, e julgo oportuno trazer a público algumas considerações que estão ligadas a esta tarefa.

Duas questões prévias

Uma primeira questão prévia tem a ver com a própria designação de remuneração equitativa, que foi adoptada pelos responsáveis e pelos serviços de tradução, directamente do francês *equitable*. Outra poderia ser, como remuneração justa, de acordo com uso corrente em Portugal, e com a Carta Social que inclui o princípio segundo o qual todos os empregos devem ser remunerados de «forma justa», que permita aos trabalhadores «um nível de vida decente». Fiquemos pela remuneração equitativa.

Uma segunda questão resulta do facto da Comissão ter entendido dever invocar o art. 118.º do TR para tomar esta iniciativa. Na verdade, os salários e, mais geralmente, as remunerações do trabalho, são, por norma, considerados fora do domínio social, exclusivamente no domínio económico correspondendo a uma clara assunção de que os salários são um custo para o capital pouco se cuidando do que possam ser como «remuneração que lhes permita (aos trabalhadores) um nível de vida decente» (Carta Social).

Desta segunda questão prévia decorre o que pretendo tornar o fundamento do parecer por que serei responsável, isto é, fazer uma abordagem da remuneração equitativa que, privilegiando os aspectos económicos, valorize também a dimensão social, contribuindo, como peça de um «puzzle», para completar o relatório da comissão de assuntos sociais (do PE) que, devendo privilegiar os aspectos sociais, não pode esquecer a vertente económica.

Definir princípios básicos... não vinculativos

No seu parecer, a Comissão impôs-se limites a si própria, de imediato, ao afirmar que «não pretende nem legislar nem propor instrumentos vinculativos sobre a remuneração». Assim, se se assinala como positivo o facto da Comissão ter tido o arrojo (!) de tomar iniciativa de natureza social em verdadeira «reserva de caça» como o económico considera o problema da remuneração, também se sublinha que tem a preocupação de tranquilizar logo com essa afirmação. E justifica-se com «a perspectiva da aplicação desta carta (a Carta Social) e respeitando inteiramente o princípio da subsidiariedade».

Deste modo, se confirma que os princípios sociais são para se enunciarem, assim se dando expressão a uma denúncia da situação social e (in)consequente tomada de posição, e se procuram acalmar espíritos (e reivindicações). E por aí se ficariam as instituições comunitárias e nacionais se a situação social não se continuasse deteriorando e a luta social não prosseguisse.

Também me parece de sublinhar a utilização, em texto de Dezembro de 1991, do princípio (mágico) da subsidiariedade, cujo respeito se invoca sem se saber bem o que seja e servindo para tudo...

Em resumo, aquilo que o parecer da Comissão entendia conveniente era «esboçar alguns princípios básicos sobre remunerações equitativas, tendo em conta as realidades sociais e económicas e utilizando os instrumentos habituais da política económica e social e, nomeadamente, os instrumentos destinados a estimular o crescimento económico, aumen-

tar a produtividade, lutar contra a discriminação e assegurar a solidariedade entre os diferentes grupos sociais».

Esses princípios básicos deverão ter em conta, como o parecer da Comissão o refere, os diversos instrumentos internacionais relativos a esta questão. Explicando: o art. 230.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Social do Conselho da Europa e as recomendações e convenções pertinentes da OIT.

Com que perspectiva e em que contexto

A definição desses princípios básicos é feita na perspectiva das relações entre remunerações, produtividade, emprego e factores sociais e no contexto do nível existente dos salários na Comunidade e nos Estados-membros.

No documento apresentado, é privilegiada a relação entre remunerações e produtividade, partindo-se da afirmação de que as diferenças entre os níveis médios de rendimento de uma economia para outra são, em grande parte, determinadas pelas diferenças de produtividade. E tudo assenta numa perspectiva economicista, em que essas diferenças diminuiriam por via da convergência nominal das economias. No entanto, sublinha-se a importância da formação e refere-se que as remunerações relativas estão, também, sujeitas a um grande número de forças não só económicas, como sociais, culturais e históricas.

Sublinhando-se que os salários relativos reflectem a oferta e a procura, afirma-se que não existe nenhuma lei económica que determine qual a «justa» diferenciação dos salários, embora se anote que «tanto no sector público como nas profissões regulamentadas, a remuneração de numerosas tarefas é imposta independentemente de qualquer mecanismo de mercado».

Por outro lado, salienta-se que, «em muitos casos, devido a desequilíbrios no mercado do trabalho ou a formas de discriminação social, trabalhadores com qualificações específicas ou que executam tarefas específicas, ou ainda pessoas que trabalham em sectores ou tipos de empresas específicos, não recebem um salário equivalente àquele que recebem outros trabalhadores por um trabalho similar». A ilustrar estas diferenças, considera-se intolerável a discriminação dos trabalhadores imigrantes que recebem um salário inferior ao de outros trabalhadores pelo mesmo esforço. Sem se acrescentar que

assim acontece, por exemplo no caso de subempregadas, em nome de uma competitividade que assenta em diferenças salariais, na vantagem comparativa dos baixos salários.

O contexto em que, com base nesta perspectiva, se apresenta este parecer define-se pelo facto de que «em Outubro de 1988, por exemplo, a remuneração horária bruta média dos trabalhadores manuais das indústrias transformadoras varia de cerca de 11 ecus na Dinamarca, um pouco menos de 9 ecus na Alemanha e cerca de 2 ecus em Portugal e 3 na Grécia».

Depois do exemplo quantificado/monetizado, sublinha-se que o parecer, sem descurar dos problemas de natureza estrutural, se dirige prioritariamente à questão dos salários baixos, e referem-se, nomeadamente, os trabalhadores que se situam no fundo da escala dos rendimentos, como as mulheres e os jovens, assim como os trabalhadores de determinados sectores tais como o vestuário, o calçado, os têxteis e os artigos de couro.

Que parecer para este parecer?

Sendo esta a base de trabalho, a elaboração de um parecer, de nossa responsabilidade mas redigido de forma que seja adoptado por uma comissão especializada do Parlamento Europeu como seu, não é tarefa fácil. Será um exemplo de como procurar valorizar o que é positivo, de minorar o que, reflectindo uma opção de fundo e uma escolha estratégica, é negativo na nossa perspectiva.

Não se poderia esperar que este parecer da Comissão relacionasse salários e lucros em vez de o fazer com produtividade (medida através de discutíveis critérios), nem que se levasse até às últimas consequências algumas das «pontas» em que não pode deixar de pegar mas que depressa larga... como se queimasse, tal como não se poderia esperar que a Comissão tentasse apresentar vinculativo que se sabe que, ao nível do Conselho de Ministros (ou Europeu) e dos Estados-membros, não se aceite que o seja. Nem a comissão do PE para que elaboramos o parecer o viria a aceitar, deixando passar projecto nosso em que esses aspectos estivessem explicitados como desejaríamos e correcto nos parece.

Com estes limites, a nossa tarefa reflecte as condições em que se trabalha nessa frente de luta. Aliás, é preciso dizê-lo, não há frente de luta que não tenha condicionalismos pró-

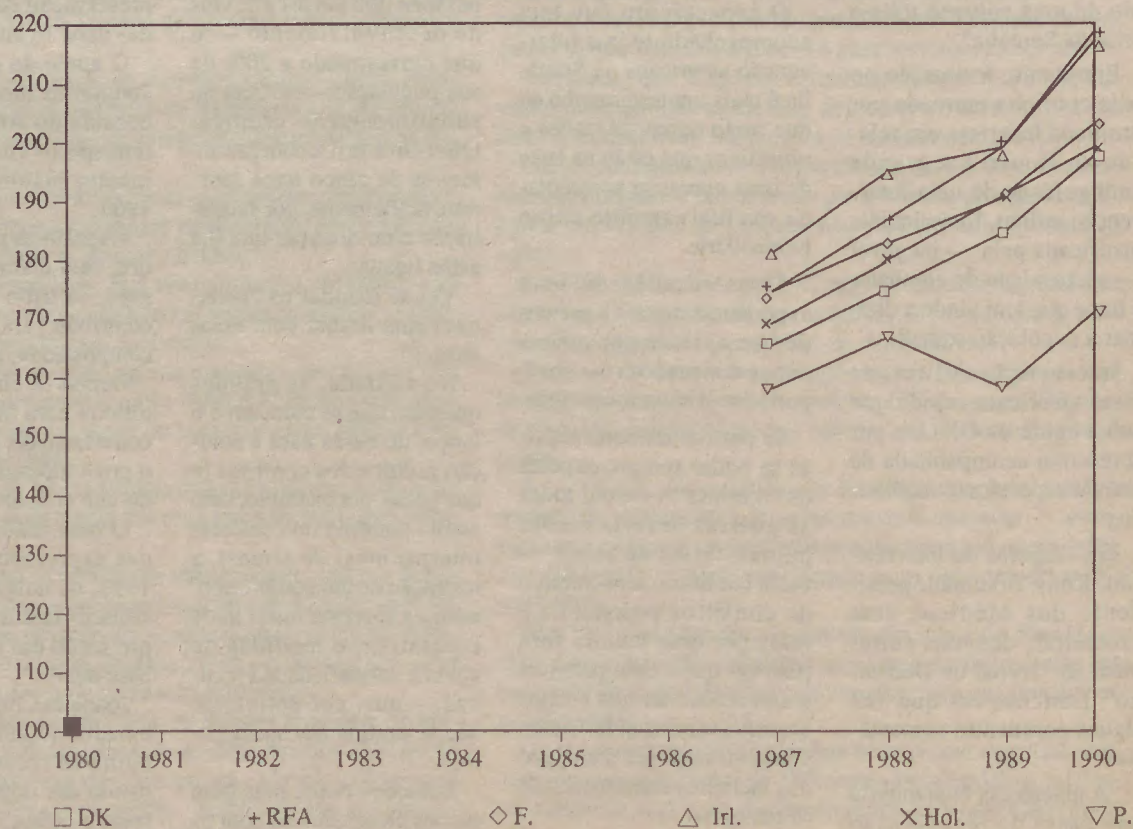
Quadro 1

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
DK	100							166.6	175.5	184.9	198.4
RFA	100							176.1	189.2	202.0	218.8
F.	100			em PPC				174.8	181.2	190.0	204.6
Irl.	100							182.8	195.8	201.6	217.9
Hol.	100							170.7	178.5	189.2	199.6
P.	100							159.9	168.5	164.4	174.8

Gráfico 1

Salários Indústria Transformadora

Países da Comunidade - 1980=100



■ Sérgio Ribeiro

prios, limites, particularmente quando se concretiza no quadro de um sistema socioeconómico com fundamentos e objectivos classistas contra os quais estamos.

Nestas condições, o trabalho que estamos a realizar tem várias vertentes e, neste momento, uma daquelas em que já avançamos tem a ver com a necessidade de actualizar o contexto em que se procura afirmar princípios básicos de remuneração equitativa. O que tanto mais se justifica quanto passou um ano sobre os dados que se utilizam para fundamentar o parecer da Comissão.

Assim, se em Outubro de 1988 os números eram os que se deixaram, relativamente à «remuneração horária bruta média dos trabalhadores manuais das indústrias transformadoras», o Eurostat Estatísticas de base da Comunidade, entretanto saído como 29.ª edição, de 1992, mostra que, em Outubro de 1990 o «ganho médio horário nas indústrias transformadoras» (operários - homens e mulheres) variava entre 12,04 ecus na Dinamarca, 10,7 na Alemanha, 1,81 em Portugal e 3,24 na Grécia (este último valor referindo-se a Abril de 1990). Estes valores, para além de revelarem uma remuneração horária bruta média de um operário dinamarquês era 6,65 superior à de um operário em Portugal, mostram, numa primeira análise, que de 1988 para 1990 a situação se agravou, isto é, esta inequidade da remuneração se acentuou observando-se uma desconvergência salarial.

Evolução dos «ganhos médios horários brutos dos operários», em PPC

Procurámos ir um pouco mais longe, aproveitando os dados do Eurostat. Do seu quadro 3.40 retirámos os valores dos salários na indústria (ganhos médios horários brutos dos operários), em PPC (paridades de poder de compra), para os países da Comunidade com valores para Outubro de 1980 e de 1987 a 1990.

Assim, igualando os valores de Outubro de 1980 a 100 em todos esses Estados-membros (Dinamarca, Alemanha, França, Irlanda, Holanda e Portugal), resulta o quadro 1 e o Gráfico 1, onde é evidente que os países que observaram maior crescimento foram a Alemanha e a Irlanda, ficando num segundo grupo no que respeita a ritmo de crescimento a França, a Holanda e a Dinamarca, e francamente longe, com o menor crescimento de ganhos médios horários brutos dos operários, Portugal.

Evolução relativa

Tendo em atenção as posições relativas no ponto de partida, isto é, em 1980, a evolução verificada em cada um dos Estados-membros só veio agravar as desigualdades no decurso da década, e particularmente durante a segunda metade em que se verificaram ritmos de crescimento económico apreciáveis, que não foram aproveitados para diminuir essas desigualdades antes as aceleraram.

Igualando a 100 os valores dinamarqueses, o quadro 2 e o Gráfico 2 ilustram-no claramente, podendo sublinhar-se o caso limite em que os ganhos horários brutos dos operários portugueses (em PPC correntes) desceram de 35% dos ganhos dos dinamarqueses, em Outubro de 1980 para 32,2%, em Outubro de 1990.

A situação em Outubro de 1990

Retomando a ilustração constante no parecer da Comissão, actualizada a Outubro de 1990, e com os mesmos Estados-membros com que temos vindo a trabalhar, elaborámos um quadro e um gráfico em que, numa primeira coluna ou grupo de colunas, se tem os ganhos médios horários brutos na indústria em ecus, numa segunda coluna ou grupos de colunas se igualou a 100 o salário do país em que mais se ganha (Dinamarca) e, numa terceira coluna ou grupo de colunas, se igualou a 10 o salário do país em que menos se ganha (Portugal). Destes quadro e gráfico se retira que o salário (em ecus) de um operário português era, em Outubro de 1990, de 15% do dinamarquês, e que o deste era, como é óbvio, 6,7 vezes superior ao do português.

Estes dados, e a sua análise, mostram que as desigualdades salariais na Comunidade ultrapassam as dificuldades relativas a outros indicadores - como PIB, RN e outros - e assim demonstram que quem sofre o menor crescimento ou o subdesenvolvimento económico são, sobretudo quando não exclusivamente, os trabalhadores. Razão de sobra para procurar contribuir para uma melhor definição de princípios básicos no que respeita a remuneração equitativa. E para continuar a luta para que esses princípios se tornem vinculativos e se venham a traduzir numa prática social consequente.

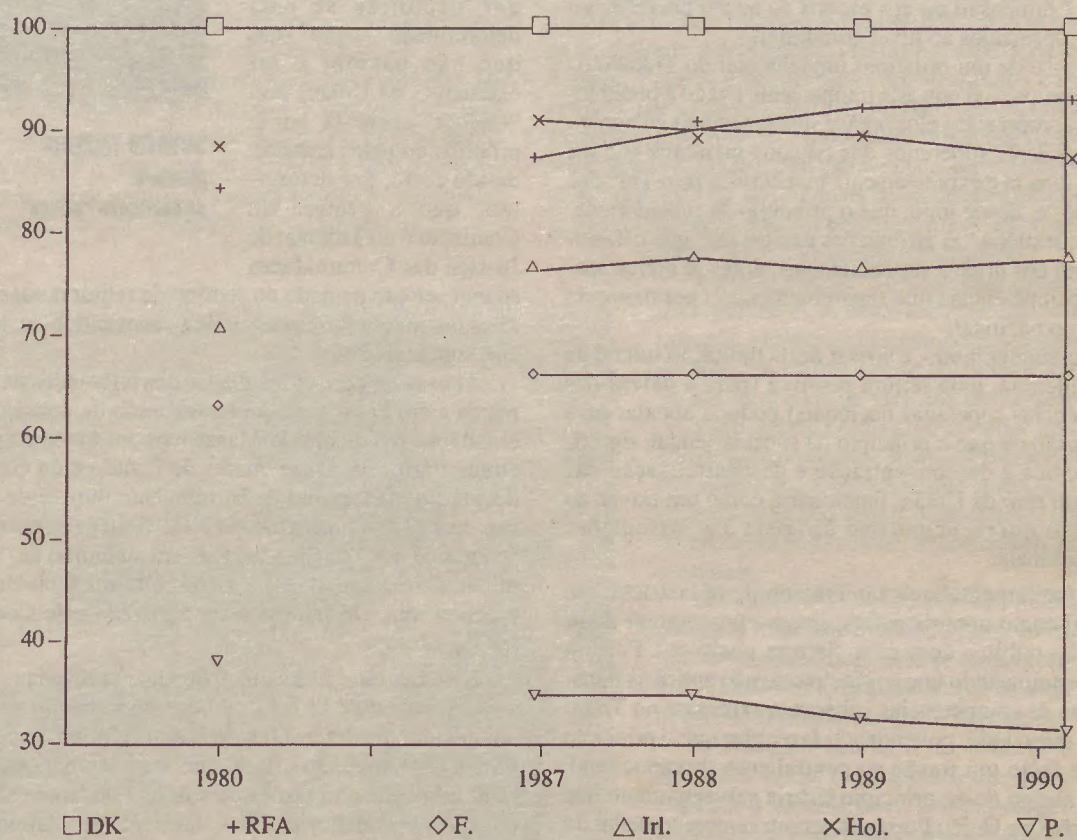
Quadro 2

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
DK	100							100	100	100	100
RFA	83.9							88.6	90.4	91.6	92.5
F.	64.0				em PPC			67.1	66.1	65.7	66.0
Irl.	70.9							77.8	79.1	77.3	77.9
Hol.	88.2							90.3	89.7	90.2	88.7
P.	36.5							35.0	35.1	32.5	32.2

Gráfico 2

Salários Indústria Transformadora

Países da Comunidade - DK = 100



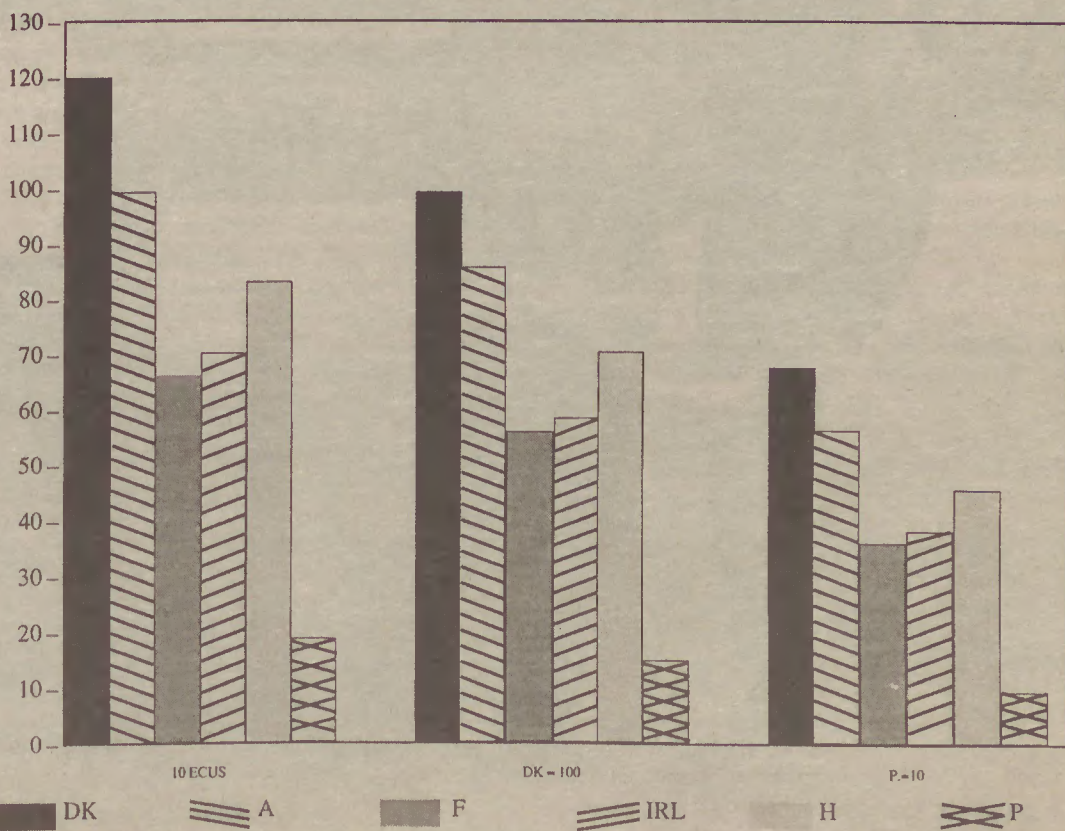
Quadro 3

	1990	10 ecus	DK=100	P=10
Dinamarca	120	100	67	
RFAlem.	101	84	56	
França	66	55	36	
Irlanda	70	58	38	
Holanda	82	68	45	
Portugal	18	15	10	

Gráfico 3

Salários Indústria Transformadora

Países da Comunidade - 1990



EM FOCO

De Maastricht a Edimburgo... passando por Birmingham

O Tratado de Maastricht introduziu no léxico comunitário um novo princípio, dito da **subsidiariedade**.

Nos termos do artigo 3º-B do Tratado de Maastricht, "nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros, e possam, pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário".

Trata-se de um princípio fundamental do Tratado da União Europeia, já que está intimamente ligado à possibilidade de apropriação pelos órgãos supranacionais comunitários de poderes soberanos dos Estados-membros que lhe não são directa e expressamente transferidos pelo Tratado.

Note-se, desde logo, que o princípio da subsidiariedade não questiona "as atribuições exclusivas" que o Tratado atribui aos órgãos supranacionais, antes se aplica apenas às competências que (aparentemente?) permanecem no âmbito nacional.

De qualquer modo, e apesar desta limitação fulcral da sua incidência, uma leitura positiva (para a defesa das competências soberanas nacionais) poderia apontar para a conclusão de que o princípio da subsidiariedade significa e implica a desconcentração e descentralização das acções no seio da União, funcionando como um travão ao excessivo intervencionismo dirigista das instituições supranacionais.

Os fundamentalistas do Tratado de Maastricht, em Portugal como noutros países, sempre procuraram iludir a opinião pública com essa "leitura positiva". Por um lado, escamoteando que o princípio se não aplica às transferências de competências soberanas expressas no Tratado. Por outro lado, pretendendo fazer crer que o princípio seria de facto um travão ao centralismo supranacional, que ao abrigo desse princípio ficaria salvaguardado que as decisões na União Europeia seriam sempre tomadas ao nível mais próximo quanto possível dos cidadãos, que, afinal, esse mesmo princípio preservava as soberanias nacionais e era a negação da orientação federalista do Tratado de Maastricht que outros denunciavam.

Pela nossa parte, pela parte do PCP, tal como outros o fizeram noutras paragens, sempre denunciámos essas tentativas de ludíbrio dos cidadãos. Mostrando que o princípio da subsidiariedade não se aplicava às transferências de soberania em áreas fundamentais da independência nacional, desde a União Económica e Monetária à União Polí-

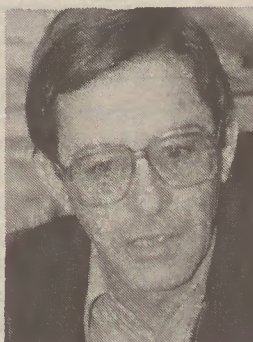
tica. Denunciando que, em última análise, serão as instituições supranacionais, em especial o Tribunal de Justiça e a Comissão que aplicarão, em cada caso concreto, o princípio da subsidiariedade, isto é, que decidirão se uma determinada "acção" (das que não passam a ser exclusivas da União) será "melhor" exercida por si próprios ou pelos Estados. Sendo certo, por acréscimo, que a prática da Comissão e do Tribunal de Justiça das Comunidades se tem sempre pautado no sentido de retirar competências às instituições nacionais e de as concentrar nas instâncias supranacionais.

Alarmados com os resultados dos referendos na Dinamarca e em França, e com o crescendo da oposição dos cidadãos ao Tratado de Maastricht em todos os países comunitários, os Doze chefes de Estado e de Governo decidiram, na Cimeira de Birmingham (em 16 de Outubro de 1992, no rescaldo do NIM francês), fazer juras solenes de que "subsidiariedade" era sinónimo de "proximidade" (aos cidadãos), e incumbiram a Comissão de preparar uma Declaração a ser aprovada pelo Conselho em Edimburgo.

Essa Declaração foi efectivamente aprovada no Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro do ano passado. No entanto, os defensores de Maastricht (em especial o PS e o PSD, mas não só) calaram-na o melhor que puderam. Julgo que têm razões para isso. Fundamentalmente por que essa declaração vem desmentir frontalmente as ilusões que tentaram vender, e vem confirmar todas as denúncias e alertas que o PCP fez.

O essencial do texto oficial daquela Declaração elimina quaisquer dúvidas sobre o significado e a orientação que o Tratado de Maastricht imprime ao "princípio da subsidiariedade":

- "o princípio da subsidiariedade não tem a ver nem poderá pôr em causa as competências atribuídas à Comunidade Europeia pelo Tratado de acordo com a interpretação do Tribunal de Justiça", nem pode "prejudicar o pri-



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro
da Comissão Política

O que os Doze chefes de Estado e de Governo aprovaram em Edimburgo foi a confirmação de que o princípio da subsidiariedade quer dizer o primado das competências supranacionais, que na União do Tratado de Maastricht as competências nacionais passarão a ser meramente transitórias e subsidiárias das competências supranacionais.

rão sujeitas ao controlo do Tribunal de Justiça";

- "o princípio da subsidiariedade não pode afectar a necessidade de as medidas comunitárias conterem disposições adequadas no sentido de a Comissão e os Estados-membros assegurarem a efectiva aplicação do direito comunitário e cumprirem as suas obrigações em matéria de salvaguarda das despesas comunitárias".

Isto é, a Declaração de Edimburgo deixa claro que o princípio da subsidiariedade constante do Tratado de Maastricht não significa que as competências da União sejam subsidiárias relativamente às competências dos Estados-membros, que as competências dos órgãos supranacionais sejam a excepção à regra das competências nacionais.

Bem pelo contrário. O que os Doze chefes de Estado e de Governo aprovaram em Edimburgo foi a confirmação de que o princípio da subsidiariedade quer dizer o primado das competências supranacionais, que na União do Tratado de Maastricht as competências nacionais passarão a ser meramente transitórias e subsidiárias das competências supranacionais.

Como alguém já escreveu, "o princípio da subsidiariedade, interpretado nestes termos, significa que as competências exclusivas da Comunidade são intocáveis, mas já não o são nem as competências concorrentes, passíveis de se tornarem a qualquer momento competências comunitárias, nem sequer as (já de si extremamente reduzidas, digo eu) competências dos Estados-membros".

Em suma, no seu trajecto de Maastricht para Edimburgo, com passagem descompressiva por Birmingham,

o princípio da subsidiariedade ficou, para já, clarificado em termos inaceitáveis: significa mais transferências de competências soberanas dos Estados-membros do que as expressas no Tratado da União Europeia; transferências que se concretizarão quando os órgãos supranacionais o entenderem e de acordo com a sua exclusiva interpretação!

O Tratado de Maastricht significa transferências de soberania e perda de independência? Nem pensar... continuam a afirmar Cavaco Silva, que aprovou esta Declaração, e o PS, que assobia para o ar, que simula não a conhecer!

Mas a verdade é que significa, e de forma cada vez mais clara. Por isso se impõe continuar a luta contra o Tratado de Maastricht.

Até porque o processo da União Europeia, mesmo na fase da ratificação do respectivo Tratado, é ainda um processo não encerrado.



EM FOCO

João Amaral no Parlamento: «Ameaças ao Poder Local são ameaça à democracia»

Os últimos dias de 1992 foram infelizmente marcados por alguns dos mais violentos ataques desenhados contra o Poder Local pela equipa de Cavaco Silva no Governo e no PSD.

O próprio Primeiro-Ministro, o que é espantoso, fez questão de ser ele em pessoa a lançar sobre as autarquias locais uma acusação falsa, a de delapidarem os meios financeiros ao seu dispor.

Toda a gente sabe que as autarquias locais têm sido quem tem rentabilizado com maior eficácia e melhor proveito as respectivas verbas.

O Poder Local Democrático defrontou-se logo a seguir ao 25 de Abril com uma dramática situação de atraso e carências em todas as áreas da sua intervenção, incluindo em campos como o saneamento básico e o abastecimento domiciliário de água.

Nestes 18 anos, o Poder Local mudou a face do País. E se não fez mais foi porque não lhe foram distribuídas verbas suficientes, foi porque foi objecto de ingerências e boicotes sucessivos por parte da Administração Central, foi porque lhe foram sonegados milhões e milhões de contos em fraudulentos incumprimentos da lei.

Vir o Primeiro-Ministro falar em obras sumptuárias é dar um merecido tiro no pé, ele que é responsável pelos 40 milhões gastos no Centro Cultural de Belém e que pelos vistos tende a ficar como o maior Monumento ao Desperdício que foi concebido pela cabeça de qualquer português.

Espectáculo lamentável e degradante foi também o dado pelo ministro da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações no Programa *De Caras* da RTP, onde foi responder pela sua política de Habitação, ou mais concretamente, pela ausência dessa política.

A linha seguida pelo ministro para tentar explicar o rotundo fracasso do Governo no campo da Habitação foi a linha obsessiva do passa-culpas para o Poder Local. O ministro faltou à verdade. Atirou responsabilidades para as Câmaras que ele sabe perfeitamente que são do seu Ministério. Acusou as autarquias de atrasos que são provocados pela legislação que o seu próprio Ministério e ele mesmo propõem e fazem aprovar.

O espectáculo foi, repito-o, degradante e penoso. O ministro foi apanhado em falta, meteu os pés pelas mãos, gaguejou, deu o dito por não dito, e só animava quando pensava que podia passar a bola às autarquias.

Há a Constituição, a Lei, o Orçamento, todos os instrumentos de política que apontam para as responsabilidades nesta área do Governo e da Administração Central. E há a seriedade, o conhecimento dos *dossiers* e o sentido das responsabilidades que se tem de exigir a qualquer alto dignatário da Administração particularmente quando se trata de um membro do Governo.

Quando um ministro não assume as suas responsabilidades, mostra uma profunda ignorância dos *dossiers*, e se permite faltar despididamente à verdade atirando para cima de outros as suas próprias culpas, afinal que noção tem da função política? Um jogo? Um faz-de-conta para enganar papalvos?

Não é isso falta de perspectiva ético-cultural, falta de sentido da dignidade do serviço público?

Mas o que mais grave releva deste comportamento do ministro da Habitação, como das afirmações do Primeiro-Ministro e doutros membros do Governo é a falta de perspectiva sobre o que é o Poder Local e sobre o seu insubstituível papel na estrutura democrática do Estado. O Governo pratica uma perspectiva avessa à descentralização dos poderes do Estado, contrariando expressamente o que a Constituição impõe.

Este comportamento, como outros, de afrontamento à Constituição na área nodal da estrutura e regras do Estado democrático e dos direitos fundamentais provam que, ao contrário do que propagandeia o Primeiro-Ministro, em Portugal existe efectivamente um problema de defesa do Estado democrático, um problema de liberdades, ameaçados por perversões de vária ordem que configuram no seu conjunto a intenção de instauração de um regime centralista, governamentalizado, autoritário, de partido dominante, e confundido com o próprio aparelho de Estado.

As ameaças que o Primeiro-Ministro faz ao Poder

Local são uma afronta ao regime tal como ele está instituído e tal como emerge do 25 de Abril e dos seus ideais transformadores. São uma ameaça à democracia política tal como está desenhada na Constituição.

São uma ameaça ao mesmo nível da ameaça que o mesmo Primeiro-Ministro fez aos partidos da oposição que não subscrevem as suas teses sobre a construção europeia e sobre o Tratado de Maastricht, querendo excluir esses partidos políticos nesta Assembleia do debate desta ou daquela matéria política.

Quem faz afirmações deste jaez é que demonstra sem qualquer pudor que quer violar as regras da democracia política e do regime democrático-constitucional.

Parece que há quem não tenha ainda percebido isto. Os sucessivos casamentos do PS com o PSD para a revisão constitucional e para a aprovação do Tratado de Maastricht levaram alguns à tentativa de explicar o bloco central como um bloco de regime. Há quem assuma como missão teorizar assim, mesmo sentando-se na bancada do PS.



Para não lhe chamar outra coisa, fico-me por lhe chamar missão suicida (para o PS, entenda-se).

Bloco de regime com um Governo e uma direcção partidária que militam no estrangulamento de direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito de greve? Um Governo e uma direcção partidária que visam a adulteração das regras de proporcionalidade eleitoral, que praticam o hegemonismo do PSD no aparelho de Estado, que não hesitam em utilizar os Serviços de Informações para vigiar opositores sociais, sejam estudantes, agricultores, sindicalistas, imigrantes, ou quaisquer trabalhadores?

Um Governo e uma direcção partidária que não hesitam em desvalorizar datas históricas como o próprio 25 de Abril, mostrando não compreender o seu significado, incluindo quanto à caracterização do regime democrático e à defesa e afirmação das liberdades?

Um Governo e uma direcção partidária que não hesitam em afrontar os poderes autónomos de Estado, como o Tribunal de Contas ou a Procuradoria da República, ou o Provedor, só porque não obedecem às directivas governamentais e por isso, só porque exercem as suas competências, são apodadas de «forças de bloqueio»?

É isto que esses teóricos do «Arco de Maastricht» têm de explicar, se é com o PSD com esta postura que assumem um pacto de regime, isto é, um pacto contra a democracia política como hoje está consagrada, contra a estrutura democrática do Estado, como hoje resulta da Constituição e dos mecanismos de representação e participação democrática que aí têm acolhimento.

Da nossa parte, PCP, rejeitamos a tese, como rejeita-

mos práticas de cumplicidade ou benevolência em relação a qualquer postura antidemocrática, autoritária ou centralista.

Intervimos em todas as questões nacionais ou internacionais, queira ou não o senhor Primeiro-Ministro. Falaremos de Fundos Estruturais, participaremos no processo fora daqui, nas autarquias locais, e também aqui na Assembleia da República, com propostas concretas, correspondentes à nossa visão própria dos interesses nacionais e dos interesses do povo português.

E para os que não reparam nos perigos que a política do Governo vem criando à democracia, veja-se o estado da sociedade portuguesa. Há claros sinais de crise e doença. Veja-se a proliferação dos grupelhos nazis que actuam, por exemplo, nos estádios de futebol, com total e estranha impunidade. Fomentados por sinais de xenofobia que, por exemplo, transparecem na anunciada proposta governamental dos centros de concentração de imigrantes. Fomentados ainda pelo espírito do salve-se quem puder que o cavaquismo promoveu.

Evidentemente que toda esta postura que no final de 92 o senhor Primeiro-Ministro assumiu publicamente não pode ser desligada do discurso alarmista que entendeu fazer acerca das condições de vida dos portugueses.

Escolhendo como alvo o Poder Local em ano de eleições autárquicas, o Primeiro-Ministro mostra mais uma vez que o seu objectivo essencial é salvaguardar o Governo, e que esse objectivo sacrifica tudo, sejam princípios, seja a verdade.

O Primeiro-Ministro procura passar para cima das Câmaras o ónus político do que chamou o «despesismo» para se tentar resguardar dos efeitos das dificuldades que as suas opções políticas causam ao povo português.

O Primeiro-Ministro faz estas acusações ao Poder Local num quadro em que tem de explicar o inexplicável, isto é, por que é que tendo o País como horizonte a duplicação dos fundos estruturais provindos das Comunidades, não-de os cidadãos ver duplicadas as suas dificuldades e ver agravadas as suas condições de vida.

O ano de 1993 nasce assim com o próprio Governo a prometer e a anunciar más perspectivas, dificuldades, degradação do poder de compra, despedimentos.

Mas, esta nem é a política necessária, nem é a política desejável. O Primeiro-Ministro não consegue convencer ninguém que é aceitável e desejável decretar que os aumentos de salários não podem passar os 6%, mas deixa muitos preços aumentarem mais que isso, e todos os têm visto nalguns aumentos de preços ocorridos neste virar de ano.

Não conte por isso o Primeiro-Ministro com a «compreensão» dos portugueses para esta política de sacrifícios.

Conte sim com um ano de muitas lutas, de oposição social firme e combativa, e, da nossa parte, de clara oposição política, aqui e em todos os locais da vida nacional.

Com uma certeza que aqui quero deixar já registada.

Num ano de anunciados e prometidos sacrifícios, é inaceitável e constituiria um insuportável escândalo para as instituições que os políticos resolvessem auto-aumentar-se acima de qualquer tabela.

A função política deve ser justamente remunerada, é óbvio. Mas a remuneração dos políticos não serve só as necessidades dos políticos. É uma bitola para apreciar o seu comportamento face à situação dos cidadãos e às suas perspectivas.

O mais elementar sentido de justiça, de que os políticos devem ser portadores, deve obrigá-los a pautar-se no quadro do País real, com respeito pela situação dos seus concidadãos.

Dizendo com clareza «não» a qualquer aumento extraordinário dos políticos, fazemo-lo não só para defesa da dignidade das instituições, mas também em nome de um sentimento de justiça que se nos impõe em todos os momentos e, mais ainda hoje, na conjuntura de dificuldades que o Governo quer impor.

Reconheça-se pois essa justiça que é devida aos cidadãos!

(Declaração política proferida pelo deputado João Amaral na sessão plenária de 5/1/93)

A religião do mercado e o império das transnacionais

■ Miguel Urbano Rodrigues

No início dos anos 60, por um breve momento, o Estado autoritário de fachada democrática impôs a sua vontade e o seu estilo em grande parte do Ocidente. Economistas das grandes universidades dos EUA, impressionados pela sua arrogância e pela fragilidade da resistência oposta aos seus métodos, diziam-no vocacionado para governar o mundo por tempo imprevisível.

Foi ilusão de vida curta. O tempo do Estado concebido para servir os interesses do capitalismo monopolista, mas que, na prática, cumpria uma função de árbitro, e por isso mesmo dispunha de enorme poder, chegou ao fim.

Quem hoje, com evidência crescente, governa o planeta, fabrica crises, valoriza e deprecia moedas, fixa preços e regula o funcionamento dos mercados é um poder anónimo cujas alavancas são manejadas por gente não investida de qualquer tipo de mandato popular.

Esse poder é exercido pelas grandes empresas transnacionais. O fenómeno acentuou-se perigosamente nos últimos anos. Os dois mais influentes porta-vozes dos meios financeiros internacionais — o «Wall Street Journal», de Nova Iorque, e o «Financial Times», de Londres — estão plenamente conscientes dessa realidade e têm analisado o tema com frequência deixando transparecer, eles próprios, algumas apreensões.

Na semana da vitória eleitoral de Bill Clinton, o muito conservador matutino de Nova Iorque reconhecia o óbvio num texto de advertência:

«Embora não eleitos, anónimos e muitas vezes não americanos, os grandes investidores financeiros, por todo o mundo — escrevia — têm nas mãos agora um poder sem precedentes, talvez mesmo um direito de veto, sobre a política económica dos Estados Unidos.»

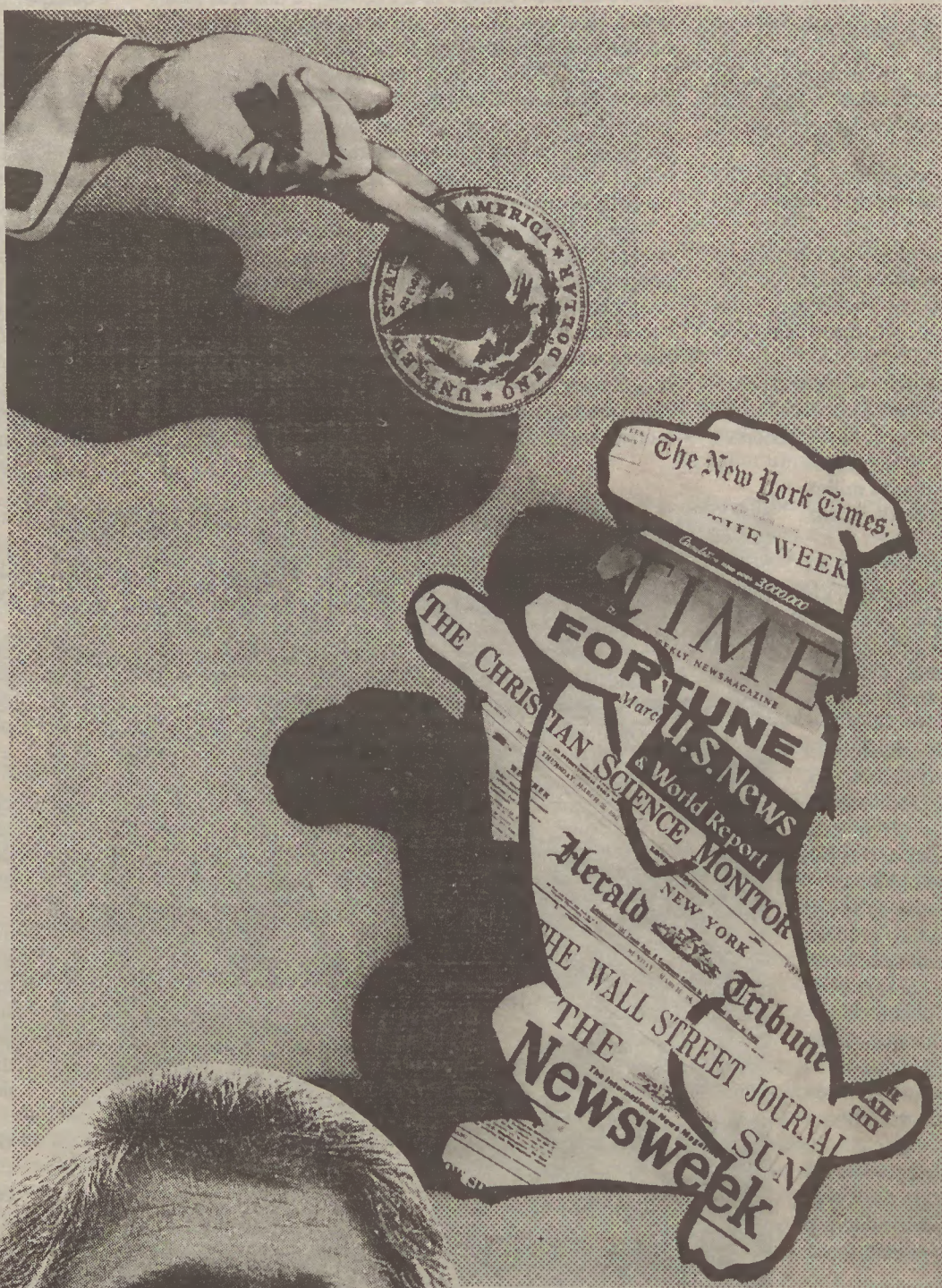
A afirmativa é ainda mais válida para a Europa pós-Maastricht. Constitucionalmente, a soberania nacional é património do povo. Mas não são já os seus representantes quem governa e define as políticas adequadas à sua defesa. A religião do mercado, se assim se lhe pode chamar, levanta-se como valor supremo, prevalecendo sobre os interesses nacionais.

Num lúcido artigo, publicado na edição de Dezembro de «Le Monde Diplomatique» («Des Democracies Sans Voix»), Christian de Brie aborda o tema e põe o dedo na chaga.

«Quer se trate do preço das matérias-primas, dos planos de ajustamento estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), das negociações do GATT, ou da avaliação das medidas de convergência da União Económica e Monetária Europeias, não é porventura o mercado — pergunta — quem dita a sua lei, impõe os seus objectivos e sanciona impiedosamente as políticas que não se acomodam aos seus interesses?»

O mercado, conclui, emerge como alicerce da ordem natural das coisas, regido por leis quase físicas. Deixa as democracias sem voz, esvaziadas de poder real. É nele que se exprimem e clarificam «as relações de força entre os operadores — produtores, negociantes e financeiros — cujo poder se mede pela capacidade de o controlar, de o orientar, de o manipular».

Assistimos à mundialização e à concentração do capital em proporções que há vinte anos eram ainda inimagináveis. E o mercado é o terreno onde se desenvolve uma concorrência feroz que nada tem de



democrática. Acima dele, a dirigi-lo — as transnacionais.

Reagan, com a sua apologia do Estado Mínimo, a sra. Thatcher, defensora de um liberalismo fanático, quase irracional, e seguidores menores como Cavaco Silva (repetidor da fórmula «Menos Estado, Melhor Estado») cumpriram de alguma maneira o papel de aprendizes de feiticeiro. Na sua devoção religiosa pelas teorias ultraliberais, no culto pelo mercado como instrumento de progresso sacralizado, contribuíram para desencadear forças, processos e situações cujos efeitos não previam nem controlam. O mercado passou a dominar o Estado e a impor-lhe a sua lei. O mercado voltou-se contra o seu tutor tradicional e contestou-lhe hoje a função reguladora que justifica a sua própria existência.

John Major, como recorda Christian de Brie, viu a sua política rejeitada não pelo Parlamento mas pelo mercado financeiro. Foi o mercado que depreciou a libra, obrigando-a a deixar o sistema monetário europeu. Ao desvalorizar a libra, o primeiro-ministro britânico jogou às urtigas os seus compromissos, renunciou aos objectivos básicos da sua política, fez o que havia garantido jamais fazer. O mercado venceu-o e humilhou-o.

Nos EUA, 24 horas após a eleição do novo presidente, a operação especulativa que fez subir a taxa de juro dos títulos a longo prazo do Tesouro norte-americano foi entendida por Bill Clinton como uma advertência das forças que controlam o mercado financeiro sobre os limites reais do poder do ocu-

pante da Casa Branca. O recado foi claro: nada de programas que privilegiem o investimento social.

Os paraísos fiscais

A revolução informática tornou o jogo do dinheiro muitíssimo mais perigoso. Mais de um trilião de dólares mudam de mão diariamente em operações inseparáveis de manobras especulativas. Esse jogo é tão preocupante que o próprio secretário do Tesouro dos EUA reconhece que se torna cada vez mais necessário «um exame dos fluxos de capitais e das suas implicações no sistema monetário internacional». Nicholas Brady não confessa porém, que a engrenagem do mercado é mais poderosa do que o governo dos EUA.

As zonas francas e os paraísos fiscais, que há um quarto de século suscitavam o entusiasmo dos adeptos da Escola de Chicago, escapam hoje a qualquer tipo de controlo, funcionando como fortalezas da pirataria do capital transnacional. Actuam quase sempre a partir de Estados fantoches, como as Bahamas, Belize, as Bermudas, os emirados do Golfo, o Liechtenstein. Segundo o artigo de Christian de Brie, acima citado, as Ilhas Caiman, antiga colónia da Coroa Britânica, nas Caraíbas, tornaram-se sede de 13 600 empresas, ou seja, mais do que o total da população do território. Os depósitos bancários nesse país de fantasia excedem já 260 mil milhões de dólares, mais do triplo do Produto Interno Bruto de Portugal.

O desprestígio e a desvalorização do papel do Estado acompanham a ofensiva ideológica que glorifica as virtudes do mercado.

Nestas semanas em que Cavaco Silva e a sua corte de epígonos magnificam o Mercado Único Europeu, os portugueses têm razões de sobre para reflectir sobre os malefícios e perigos resultantes do funcionamento das engrenagens do mercado financeiro, esse polvo invisível controlado pelas transnacionais. Os seus tentáculos envolvem o mundo. O mercado actual assustaria Adam Smith. Foi erigido em religião. E as transnacionais, que o accionam e dirigem, dispõem de um poder muito superior ao dos Estados nacionais e das organizações internacionais.

EM FOCO

Itália

— a escalada da secessão?

Exclusivo
Humanité
DIMANCHE

Philippe Visseyrias

A Itália unificada já não existe, após 16 de Maio de 1991. Nesse dia, na pequena cidade lombarda de Pontida, face a quinze mil espectadores entusiastas, Umberto Bossi, o líder carismático da Liga Norte, proclama solenemente o nascimento da República do Norte. Nos meses que seguem, a Liga imprimirá passaportes fictícios e fará mesmo cunhar uma nova moeda: a "Lega".

Nova provocação é lançada à face do governo e do Estado italiano; provocação que seria ridícula se não metesse medo. Porque, depois do aparecimento deste movimento sub-reptício, os partidos políticos italianos aprenderam a temer a Liga Norte (nome que adoptaram em 1990 as ligas autonomistas do Norte da Itália, cuja testa de ponte continua a ser a Liga Lombarda) num terreno muito menos controlável do que o dos símbolos - o terreno das urnas. As ligas acabam de realizar novo avanço eleitoral.

A Liga terçou as primeiras armas na Lombardia há cinco anos atrás. De há um ano para cá regista êxito após êxito. Depois de Brescia (Novembro de 1991, 27 por cento dos votos), Mântua (Setembro de 1992, 34 por cento...), hoje é a vez de Varese e de Monza (mais de 36 por cento dos sufrágios) de integrarem a lista das grandes cidades do Norte de Itália que lhe abriram os braços. Se se projectassem a toda a península os resultados das parciais de 13 e 14 de Dezembro, as ligas tornar-se-iam na segunda força política italiana, logo atrás da democracia-cristã. A Liga sacode a Itália industrial, tão orgulhosa do seu desenvolvimento económico, onde o rendimento médio anual por habitante a torna numa das regiões mais prósperas da Europa.

A Liga soube explorar cada um dos passos em falso das formações políticas tradicionais. Hoje em dia, estes acumulam-se. Enlameada por escândalos incessantes, a classe política encontra-se desacreditada. Câmaras e conselhos municipais inteiros são metidos na prisão. A partir do Palácio de Justiça de Milão, os juizes Antonio di Pietro e Gherardo Colombo não hesitaram em inculpar por "tangenti" (corrupção) homens políticos altamente colocados. É a operação "Mani Pulite" (mãos limpas), e os juizes Pietro e Colombo tornaram-se verdadeiros heróis populares.

Varese e Monza não escaparam a este verdadeiro tornado judiciário. Em Varese, na aparência uma pacata cidade burguesa, estamos a 60 quilómetros a Norte de Milão, nos contrafortes dos Alpes, a alguns passos da Suíça. Há dois anos atrás, tudo começou por um inquérito "anódino": o juiz Abate descobre que duas casas de repouso, que não respondem às normas sanitárias, teriam obtido autorização para abrir as portas graças a subornos entregues a membros da administração provincial. É o caso "Domus

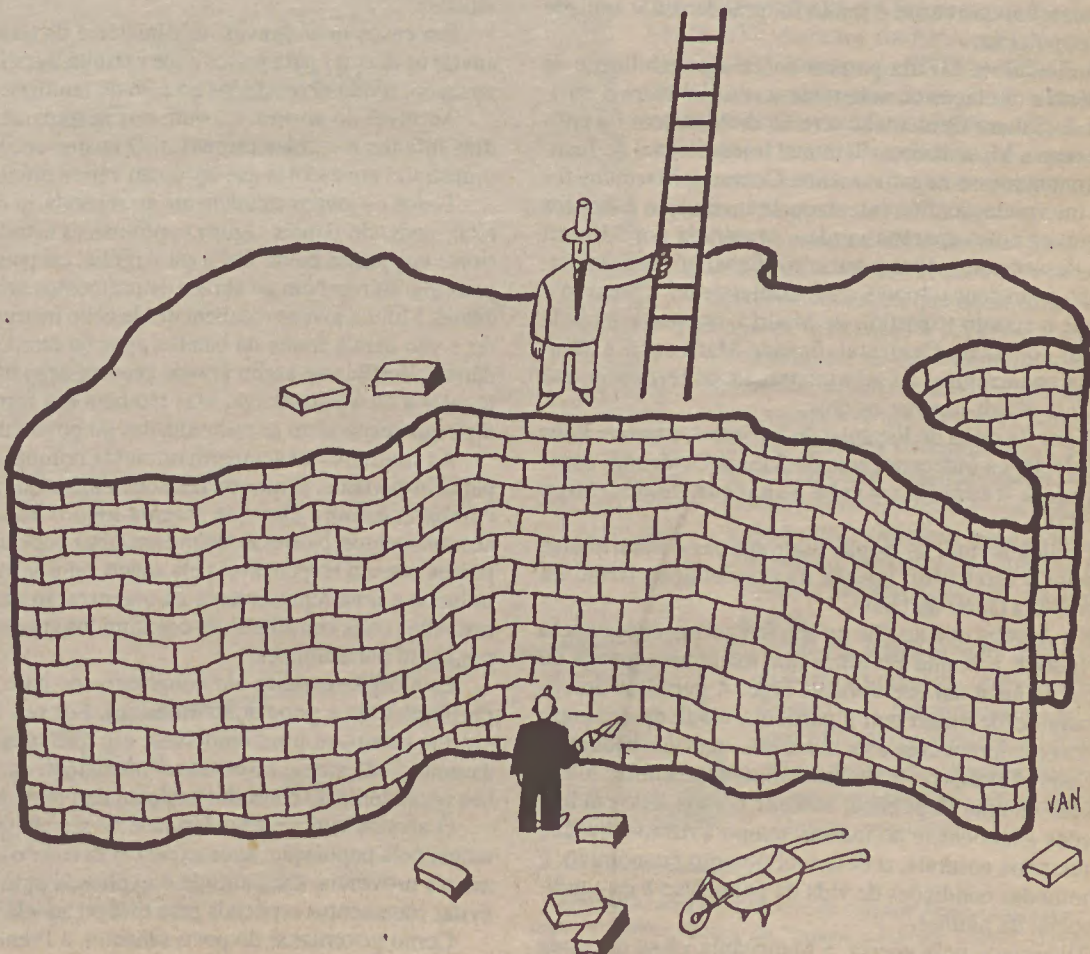
Terapica", nome da sociedade proprietária daquelas duas casas, pertença de um dirigente socialista local. Depois é a escalada. Os investigadores sobem até aos responsáveis provinciais da Democracia Cristã e do Partido Socialista que partilham o poder em Varese. No ano findo, confrontando os seus elementos com os do caso "Mani Pulite", chegam à conclusão de que todos os políticos locais, sejam eles conselheiros provinciais ou municipais, secretários ou funcionários dos partidos políticos, receberam subornos durante anos para ajudarem empresas na atribuição de obras públicas. Quatro dezenas de pessoas foram presas. Oito deputados incriminados. Os únicos a não serem inculcados foram... os homens da Liga, presentes no Conselho Municipal de Varese desde 1987.

"Varese é o feudo da Liga Lombarda. Foi lá que nasceu o movimento", explica Andrea Bilia, jornalista do diário milanês *Corriere della Sera*. "Os seus homens e as suas ideias já eram muito populares aí. Mas, depois de uma história como essa, toda a gente passou a dizer que não havia ninguém tão honesto como eles". A isto junta-se a crise económica, a desvalorização da Lira e o programa de austeridade, o assassinato dos juizes anti-Mafia Falcone e Borsellino.

Umberto Bossi soube atrair todos os que têm razão de queixa: tanto os ricos como os pobres, os comerciantes aterrorizados com a subida dos impostos, os artesãos, os pequenos empresários... Que lhes propõe a Liga? Primeiro, afirma que se preocupa com eles. Critica o Estado italiano que "rouba o dinheiro dos lombardos para enviá-lo para as províncias do Sul, corruptas, assistidas e subdesenvolvidas..." Neste completo marasmo, apenas uma solução: o federalismo e, em meias palavras, o enconchamento em si próprios. Nada de programas eleitorais precisos. Querem primeiro criar três grandes regiões macro-económicas e institucionais: o Norte, o Centro e o Sul.

"Na actual conjuntura de caos institucional, a Liga poderia avançar muito", explica Stefano Alievi, especialista da história do movimento. "Actualmente", acrescenta entretanto, "muita gente vota a favor da Liga mais por reacção do que por convicção. Não seguiriam Bossi no caminho da secessão."

Exaltando os valores do espírito e da cultura lombardos, a Liga torna-se muitas vezes suspeita de racismo. Os responsáveis do movimento, que durante muito tempo jogaram nesta ambiguidade, rejeitam hoje a etiqueta com virulência. De há dois anos a esta parte, a Liga conseguiu banir dos seus discursos oficiais os temas melindrosos, para convergir numa só palavra de ordem: o federalismo contra o caos. É através dela que espera alargar ainda mais a sua base eleitoral.



Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL
INDEPENDENTE
NO MUNDO
EM MUDANÇA

Encontro
do PCP
sobre a
Independência
Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições
Avante!



À venda

EM FOCO

O povo saharauí e a sua luta

Por ocasião do 3º Congresso da Juventude Saharauí, realizado de 13 a 15 de Outubro, foi convidada uma delegação da JCP que se fez representar por Célia Soares, da Direcção Nacional. Dessa oportunidade resultaram as notas que aqui se publicam e que pretendem chamar a atenção para a actual situação do povo saharauí, que luta pela independência do seu território e pela autodeterminação do seu povo. Refira-se que a ONU está a considerar a realização de um referendo sobre a questão para os primeiros três meses deste anos.



Nos finais do século passado, a Espanha colonizou uma parte da faixa costeira do Noroeste Africano a que chamou «Sahara Ocidental». Este confina com Marrocos a Norte e com a Mauritânia a Sul e Leste. A Nordeste faz ainda fronteira com a Argélia, embora por poucos quilómetros. É um território extenso, com 266 mil quilómetros quadrados, mas pouco povoados, calculando-se, em 1974, a sua população em 74 mil habitantes. Isto deve-se ao facto de a população ser constituída por nómadas beduínos, que por tradição não atribuem grande importância às fronteiras.

A partir de meados da década de 60, a Espanha foi submetida a fortes pressões para que libertasse o território e em 1965 a Assembleia da ONU aprova a primeira resolução do sentido da potência colonizadora abandonar o território.

A Espanha, não aceitando as resoluções da ONU, procura fazer do Sahara mais uma província estrangeira. No entanto, como a ONU não lhe reconhece qualquer autoridade para se pronunciar em nome do povo saharauí, acaba por ceder em 1975, e mostra-se de acordo com a organização de um referendo proposto pela ONU.

Contra a independência do Sahara, insurgem-se os países mais próximos como Marrocos e a Mauritânia, o primeiro alegando que o território é parte integrante do seu e o segundo argumentando na base da sua integridade territorial. Por sua vez, a Argélia defende o direito à autodeterminação do povo saharauí.

Em 1973, é constituída a Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação de Saguia e Hamra e Rio Oro - nome que terá sido atribuído pelo primeiro colonizador espanhol que chegou ao Sahara). Este foi o primeiro e principal movimento organizado para lutar contra a colonização, que desde o início foi grandemente apoiado pela população.

Solicitado a dar um parecer sobre a possibilidade de existência de laços de soberania territorial entre o território do Sahara Ocidental e o reino de Marrocos ou entidade com a Mauritânia, o Tribunal Internacional de Justiça pronunciou-se negativamente. Contudo, Marrocos fez uma interpretação diferente daquela instituição e ameaça promover uma «marcha verde», integrada por 350 mil civis desarmados sobre o território Saharauí. Esta iniciativa só é suspensa depois da Espanha ceder à pressão e assinar o acordo tripartido de Madrid, no qual concorda em sair do Sahara Ocidental, ficando Marrocos e a Mauritânia encarregues da administração do território, até poderem dividi-lo entre os dois.

A par da saída de Espanha do território, a Frente Polisário declara a independência do Sahara Ocidental, constituindo a República Árabe Saharauí Democrática (RASD).

Paralelamente, as tropas marroquinas e mauritânicas ocupam o território, apesar da condenação firme da Assembleia Geral da ONU.

É a Argélia que acolhe no seu território, na província de Tindouf, a Frente Polisário que inicia uma guerra de libertação nacional que dura até hoje. A guerrilha desenhada desde então tem a particularidade de conjugar técnicas modernas com a tática tradicional dos beduínos.

Como objectivos, a Frente Polisário preconiza a instauração de uma República, baseada por um lado em instituições islâmicas, e ao mesmo tempo a nacionalização dos recursos naturais, o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida da população e da condição social da mulher.

Desgastada pela guerra, a Mauritânia vê-se obrigada a retirar do conflito, deixando campo aberto aos marro-

quinos que ocupam prontamente os territórios deixados pela Mauritânia.

Em 1981, Marrocos constrói um muro de defesa no Sahara Ocidental com cerca de 2400 quilómetros de extensão e três a cinco metros de altura. O muro divide actualmente as zonas ocupadas, onde estão as tropas invasoras e parte da população Saharauí, das zonas libertadas onde domina a guerrilha da Frente Polisário.

O povo é alvo de fortes repressões, sucedendo-se as execuções, torturas e o desaparecimento de milhares de saharauís. Apesar do genocídio de que são vítimas, os saharauís lutam firmemente pela independência nos territórios ocupados. Prova disto são as várias manifestações realizadas, destacando-se as que decorreram em Assa, durante os dias, 30 de Setembro, e 1 e 2 de Outubro; e em Smara nos dias 7, 8 e 9 de Outubro, onde as tropas marroquinas investiram com violência, prendendo e matando vários saharauís.

Actualmente, vivem cerca de 15 mil saharauís no deserto argelino onde têm acampamentos e se mantêm graças à ajuda internacional, em que se destaca o contributo da Argélia.

Ao nível da saúde, os saharauís contam com acções de solidariedade, quer de associações de amizade, quer de alguns governos que enviam medicamentos, equipamentos hospitalares e equipas de médicos, que são obrigados a deslocarem-se durante todo o ano para acorrerem aos poucos hospitais que funcionam em condições muito precárias.

O sistema de saúde está organizado ao nível da prevenção e assistência primária que é feita em dispensários existentes nos vários acampamentos, numa segunda fase em hospitais concelhios, e por último em hospitais provinciais.

Em casos mais graves, o Ministério da Saúde tenta enviar os doentes para países onde existem associações de amizade, sendo aí recebidos no seio de famílias.

Ao nível do ensino, existem nos acampamentos jardins infantis e escolas primárias. O ensino secundário é ministrado em escolas que agrupam vários municípios.

Todos os jovens estudam até ao secundário e politécnico, podendo depois alguns continuar os estudos superiores em países como Cuba ou Argélia, ou países europeus que os recebem ao abrigo de protocolos de solidariedade. Muitos jovens recebem desde cedo instrução militar e vão para a frente de batalha após os estudos secundários. Verifica-se assim grande preocupação não só em manter a guerrilha activa, mas também em formar quadros que respondam às necessidades do povo saharauí.

As mulheres desempenham nesta comunidade um papel importante, já que, na falta de homens que estão em combate, é sobre elas que assenta todo o trabalho nos acampamentos. Nestes existem conselhos populares compostos por um responsável pela saúde, educação, justiça, trabalho e uma representante da organização das mulheres. Aliás estes conselhos são constituídos em cerca de 90 por cento por mulheres.

Este órgão é eleito em congressos de base, em que participa toda a população do bairro. Por seu turno, os eleitos integram uma comissão, em que tem também assento o «alcaide», responsável municipal, que é membro igualmente do conselho nacional da Frente Polisário.

O alcaide tem a particularidade de ser eleito directamente pela população, após o que vai exercer o seu cargo noutra província. Esta atitude é explicada pelo facto de evitar tratamentos especiais para esta ou aquela família.

Como governante do povo saharauí, a Frente Polisário tenta satisfazer as mais prementes necessidades da

população, nomeadamente as alimentares. A distribuição dos víveres é feita na base de um cálculo proporcional ao número do agregado familiar, o mesmo se passando em relação às roupas, brinquedos, utensílios, etc.

Chegar à vitória

Sob o lema «renovação do compromisso e persistência até chegar à vitória» e dedicado a um jovem mártir, o 3º Congresso da Juventude Saharauí (UJSahario) decorreu de 13 a 15 de Outubro e contou com a presença de 1200 participantes, estando também presente o secretário-geral da Frente Polisário, que é simultaneamente o presidente da República Árabe Saharauí Democrática.

Na sua mensagem de esperança e confiança na juventude salientou que «o povo saharauí espera que este congresso aponte contribuições concretas para levar a luta o mais longe possível, criar métodos capazes de derrotar o inimigo até que reconheça o direito do povo saharauí, a liberdade e a independência. É ainda ocasião para reafirmar a fidelidade e o espírito revolucionário, os princípios e objectivos. Cada jovem deve ser ele próprio a mensagem da revolução».

A mensagem final do Congresso, aprovada por unanimidade, à Frente Polisário, foi a decisão de continuar a luta até à saída dos invasores marroquinos, ou o triunfo do processo de paz, com a realização do referendo.

O plano de paz, lançado em 1990 pela ONU e pela OUA, é considerado com uma possível saída do conflito e uma forma de devolver a independência ao povo. Segundo o plano deveria ter tido lugar um referendo em 26 de Janeiro de 92, mas a guerra do golfo atrasa todo o processo e em Abril do mesmo ano o Conselho de Segurança da ONU cria a Missão das Nações Unidas para o referendo no Sahara Ocidental (Minurso).

Apesar do plano ser aceite quer pelos marroquinos quer pelo governo saharauí, existem, no entanto, diferentes entendimentos sobre ele. Inicialmente foi acordado por ambas as partes que o referendo seria feito com base no recenseamento realizado em 1974. Todavia, como este recenseamento favorece os saharauís, uma vez que é anterior ao exílio, o rei Hassan procura que a comissão de identificação eleitoral da ONU aceite uma lista suplementar de 120 mil pretensos saharauís, apesar da lista provisória, apenas conter 70 240 inscritos.

Considerado globalmente positivo pelo governo saharauí, o plano de paz contém em si inúmeras omissões que não asseguram nem prevêm o que poderá suceder após o referendo. A segurança, por exemplo, dos saharauís não fica garantida com a presença de pouco mais de dois mil funcionários da ONU, quando no território estão cerca de 65 mil marroquinos. Por outro lado não existe nenhum meio de recurso caso haja abusos e falsificações na votação e a liberdade de voto não está suficientemente assegurada devido à forte presença de marroquinos no território.

Entretanto continua a aumentar a repressão sobre os saharauís que vivem num clima de medo, rodeados por muitos milhares de marroquinos civis que exercem todo o tipo de profissões. De acrescentar que as autoridades proibiram qualquer contacto da população com estrangeiros, incluindo do Minurso.

Apesar dos obstáculos, a organização de um referendo livre e democrático, que inclua a independência como uma das alternativas, é actualmente considerada a via mais consequente para a resolução do conflito concretização das aspirações do povo saharauí.

EM FOCO

MAR ALTO

E a censura da I República:

A solidariedade liberal a António Ferro

■ Pedro Ramos de Almeida

1. Em Portugal, em plena época de regresso dos assaltos quotidianos à cultura, à consciência e à inteligência populares, numa campanha que é potenciada pela propriedade ou posse monopolista de novos e menos novos meios audiovisuais, é indispensável o crescimento, na comunicação social, da resposta democrática e progressista; é designadamente necessária uma mais larga e actuante iniciativa cultural e ideológica do movimento operário e trabalhador português, com relevo para a sua imprensa.

É neste quadro que é útil e preciso, penso, que «O Avante!» acolha, defenda e propague criticamente o livro.

Que um livro, qualquer que ele seja, muitas vezes mesmo contra a vontade dos seus autores e editores, é afinal, sempre, uma forma própria e original de acumulação, debate, apagamento ou transmissão de factos, ideias e experiências contraditórias.

Deste modo, independentemente do caldeirão de acontecimentos que de forma mais directa lhe deram origem e o marcaram, um livro é um meio autónomo de propulsão e sedimentação de actos e correntes de pensamento. A longo prazo, cada livro sempre ajudará a definir e diferenciar a história de cada grupo social, de cada povo, de todo o universo, de cada momento ou de toda a eternidade.

Relevante, no nosso caso, é fazer falar, no seu todo ou parcialmente, um livro, seja ele de hoje ou de anteontem — para tentar ajudar a revelar o seu sentido histórico, a sua intervenção progressista ou retrógrada no movimento global. Para despertar, em todos nós, lendo, o gosto diferenciado pela leitura.

Para que conste e se discuta sempre mais. A bem da vida e da memória das ideias, de modo a que, com a sua ajuda, surjam novos factos e feitos mais livres.

É isso que procuraremos fazer de quinze em quinze dias.

2. Na livraria de um alfarrabista amigo encontrei há semanas *Mar Alto*, peça de teatro em três actos, de António Ferro (17.VIII.1895/11.XI.1956), que foi representada pela primeira vez em S. Paulo (Brasil), a 18.XI.1922; nesta cidade, a sua exibição não teve qualquer sequência. Comenta A. Ferro, no prefácio: o teatro já estava «comprometido» para a «noite seguinte»... Reposta no Rio de Janeiro a 16.XII.1922, foi aí montada por Erico Braga — um dos seus intérpretes, a par de Lucília Simões e do próprio António Ferro — na noite da festa artística de Erico Braga. E assim a peça voltou a viver apenas uma noite... Parece que o seu destino não dava para mais.

Mas o *Mar Alto* teve em Lisboa a sua terceira campanha, «o seu Waterloo», a sua derrota napoleónica, é A. Ferro que o diz no prefácio: a 10.VII.1923 será estreada em Portugal, no Teatro de S. Carlos. «O teatro estava repleto»... E o acolhimento também o foi, segundo o autor: «Surgiu a primeira interrupção, surgiu a segunda, e daí por diante tudo pôde ser ridículo, quebrada a emoção, (...) envenenada a atmosfera da sala».

O argumento do «drama», resumido por António Ferro, ajuda a explicar as dificuldades: «Luís, poeta decadente, mutilado para a vida, sonhador e fraco. Madalena, mulher moderna, opiada de literatura, sensual e forte (...) O amor para ele é uma girândola de vestidos. A mulher compreende-o, ama-o (...) e para manter esse amor decadente tem um amante rico que lhe paga as toilettes (...). Certo dia, esse amante, Henrique, exige-lhe que abandone o lar e se junte a ele definitivamente. Madalena recusa-se e rompe. Mas no próprio dia do rompimento, Luís chega a casa com o peso atroz de um roubo feito para lhe comprar um colar de pérolas (...). E tão grande é essa dor

que Madalena, num gesto teatral, resolve confessar a Luís o seu pecado (...) Madalena (...) propõe-lhe reatar relações com o amante (...) para que o desfalque (...) possa ser reparado.

No segundo acto, já Madalena vive em casa de Henrique e recebe o marido, a altas horas, como se ele fosse o verdadeiro amante. Uma noite, Madalena perturba-se e confessa a Henrique que o homem que estava ali era seu marido (...) Regressa a casa do marido. Mas a labareda extinguiu-se (...) Madalena tem perante si um tarado, um fraco (...), que se resignou à sua prostituição (...) E a peça termina com o espectáculo de duas vidas desmoronadas (...) Eis o *Mar Alto*.» Em maré baixa...

Mas — sempre segundo o relato queixoso de António Ferro — a «comissão de censura teatral republicana», invocando razões morais, não esteve pelos ajustes e proibiu a peça! E apesar dos protestos, intervenções e peripécias que a rodearam, incluindo a supressão da censura teatral e a reautorização do *Mar Alto* a partir do mês de Agosto, a peça voltou a cumprir a sua sina destes dois anos e não foi reexibida.

3. Pelo meio de todos estes acontecimentos, a 17.VII.1923, uma semana após a exibição no Teatro de S. Carlos, 53 intelectuais, democratas, liberais, nacionalistas — na sua quase tota-

lidade não fascistas, nem mais tarde salazaristas — protestam, relata-o A. Ferro, junto do chefe do Governo e do ministro do Interior:

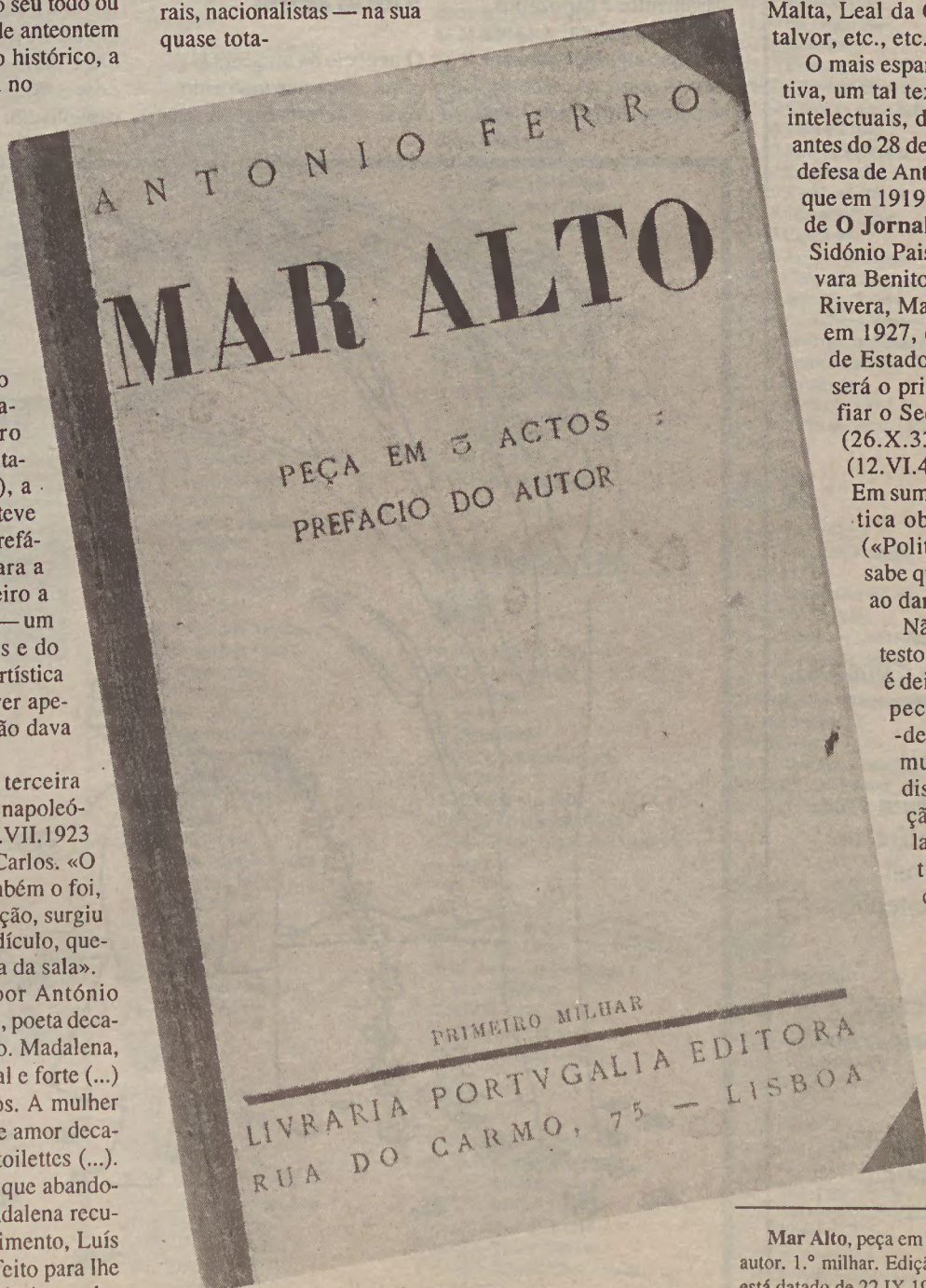
«Os abaixo-assinados, homens de letras, jornalistas e artistas, vêm protestar junto de V. Excia. contra a medida precipitada e injustificável que proibiu a representação do drama de António Ferro, *Mar Alto*. Ao mesmo tempo que lançam o seu veemente protesto, recusam-se a reconhecer à autoridade policial competência para aquilatar da moralidade ou imoralidade duma obra literária. Em conformidade, reclamam que a proibição lhe seja levantada e repelem a espécie de mesa censória, tão ominosa como inoportuna, em que a polícia se vem arvorando, na certeza de que nesta atitude não vai a menor solidariedade para com os especuladores da pornografia no livro e no teatro. Os abaixo-assinados ficam na expectativa de deferimento quanto à representação que teve a honra de levar junto de CV. Excia. Senhor Presidente do Concelho». Lisboa, 17 de Julho de 1923.

Assim este texto, entre outros, Raul Brandão, António Sérgio, José d'Arruela, Fernando Pessoa, Robles Monteiro, José Gomes Mota, Raul Proença, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Gualdino Gomes, João de Barros, João Correia de Oliveira, Artur Portela, Pedro Bordalo Pinheiro, Augusto Santa Rita, Eduardo Malta, Leal da Câmara, André Brun, Luís de Montalvor, etc., etc.

O mais espantoso nisto tudo é que uma tal iniciativa, um tal texto, tivesse sido assinado por tantos intelectuais, democratas e republicanos, três anos antes do 28 de Maio de 1926, contra a censura e em defesa de António Ferro! Em defesa de um homem que em 1919 se destacara como chefe de redacção de *O Jornal*, órgão dos partidários do falecido Sidónio Pais; que em 1923 já entrevistara e louvara Benito Mussolini (várias vezes), Primo de Rivera, Maurras, etc.; e que virá a intervir em 1927, com Filomeno da Câmara, no golpe de Estado da direita («golpe dos fifis»); que será o primeiro responsável salazarista a chefiar o Secretariado de Propaganda Nacional (26.X.33); director da Emissora Nacional (12.VI.41); director do SNI (23.XII.44), etc. Em suma, um dos principais quadros da política obscurantista e censória de Salazar («Politicamente só existe o que o público sabe que existe» — dirá claramente Salazar ao dar-lhe posse em 1933...)

Não há nada a dizer quanto ao justo protesto contra actos de censura. Não se pode é deixar de sublinhar que esta é uma velha pecha de correntes liberais e sociais-democratas, designadamente anticomunistas; discriminam, ou toleram a discriminação e até por vezes perseguição dos sectores trabalhadores e populares, e por isso progressistas; e simultaneamente acolhem e defendem, como companheiros da estrada da liberdade, inimigos comprovados, social e ideologicamente, da democracia.

Não facilitará uma tal política de alianças a corrupção e corrosão da democracia, em pleno auge monopolista? Não estimulará ela o acesso ao poder da ditadura dos economicamente mais favorecidos? Ontem como hoje?



Mar Alto, peça em três actos de António Ferro, com prefácio do autor. 1.º milhar. Edição da Portugalia Editora, Lisboa. O prefácio está datado de 22.IX.1923.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pumba!

Desapareceu a Alta Autoridade para a corrupção. O reboliço quer dizer que deixou, na realidade, de haver serviço? Calma, isto não diz isso. Diz sim, à puridade, o quê? Que a corrupção está com enguiço? Não, o contrário disso. Quem está com enguiço é a liberdade. Pumba, levou uma pedrada no toutiço!

O dislate do debate

Quer seja a RTP quer a SIC que aparece quando fala o PSD já logo fala o PS.

Se organizam um dislate (perdão!, digo antes debate) para ver se a coisa aquece quem de cá a coisa vê, logo põem o PS ao pé do PSD.

Se o Jardim perlimpimpim no fadinho se desgarrar logo o Santos, d'indindin, o acompanha à guitarra.

Junto do Pacheco Pereira, tapa, com os seus amens, tapa o sol com a peneira seu colega Magalhães.

Se fala o Pedro da SEC logo fala o cianeto logo salta o calhembeque do Antonífero Barreto.

Não dizem coisa com loisa uns e outros, se lá vão. Pra dizer a mesma coisa são precisos dois? Não são. Não são, pois neste zumzum um mais um é igual a um...

Retrato

Alguns leitores dizem eu não ser (com os meus versos trapalhões e opacos) capaz de retratar o **homo cavacus** apenas num soneto. Vamos ver.

Eu tenho um forte engenho, podem crer. Versos nove me bastam, mesmo fracos. Ou até oito, com dez mil macacos! Nem quero mais que os seis que tenho a haver.

Depois deste, com cinco pela frente em quatro pinceladas, de repente, da tarefa me dou por satisfeito.

Oiço o leitor, com voz basto indignada: — Mas afinal tu não disseste nada... Pois. O retrato assim fica perfeito!

■ **IGNOTUS SUM**

O admirador

Durante a campanha presidencial, George Bush chegou ao ponto de afirmar do seu adversário - e possível futuro dirigente dos Estados Unidos da América - que "esse palhaço" seria não apenas um mau presidente, como até "sabia menos de política externa que a sua cadela Millie". Pelos vistos, quem sabia menos, pelo menos de política interna, era o próprio dono da cadela, dado que Bill Clinton acabou mesmo por cilindrar o sábio George Bush. Perante isto, que faz o ex-presidente dos EUA? Desata a correr mundo a garantir "de todo o coração" que Bill Clinton será um ótimo presidente, "uma ótima pessoa com quem trabalhar em problemas importantes", um "parceiro a cem por cento". Dir-se-á que é uma atitude responsável e uma posição de Estado, esta mudança de opinião de George Bush acerca do seu rival. Mas também se pode perguntar que credibilidade e respeito merecem as pessoas e um sistema político que assim funcionam.

A generala

O insólito também acontece em Portugal. Nos últimos anos, uma mulher, natural da Madeira, fez-se passar por general e, nessa qualidade, participava em casamentos e baptizados sempre trajado(a) a rigor, sem que alguém desse por isso. A marosca descobriu-se porque, após meter o pé

na argola com pequenos crimes, nomeadamente a passagem de cheques carecas, a "generala" chegou ao ponto de pedir uma pensão de reforma ao Estado. Aí - não sabemos se pelo muito específico método da Cúria a confirmar o "Habemus Papa", ou por simples golpe de vista - a generala foi finalmente despromovida. Consta que o Governo, ao tomar conhecimento do caso, justificou a expulsão dizendo: "Era um evidente caso de um quadro excedentário."

As guerras deles

O Ministério da Saúde e o Ministério do Comércio e Turismo entraram em "guerra" porque, enquanto o primeiro propoe um aumento de dois por cento nos preços para este ano dos medicamentos participados pelo Estado, o segundo pretende aumentos entre cinco e sete por cento.

A disputa parece ter um "fundo moral", como se no seio do Governo houvesse escrúpulos em aumentar mais ou menos algo tão importante e sensível como os medicamentos. Só que a moral da história é mais simples: o Governo não tem escrúpulos em aumentar os medicamentos - tem é dúvidas sobre quanto há-de ganhar com isso.

O fim da euforia

O negócio da arte caiu a pique, impondo um ponto final na euforia especulativa

dos anos 80. Enquanto nos três "gloriosos anos" de 1988, 89 e 90 havia colecionadores e negociantes que compravam uma obra em Nova Iorque para a revenderem pelo dobro, dois meses depois, em Londres, hoje um quadro como "La Calipette", de Dubuffet, comprado em 1990 por 25 milhões de francos, é vendido por seis milhões, enquanto o Museu d'Orsay paga 795 000 dólares em Nova Iorque por um Renoir que quatro anos antes estava cotado em dois milhões de dólares. Entretanto, as duas maiores casas leiloeiras do mundo já se queixam: a Sotheby's acaba de anunciar que perdeu 13,2 milhões de dólares no terceiro trimestre de 1992 e a Christie's prevê que o seu lucro anual deverá rondar os 30 milhões de libras, quando há três anos atrás ultrapassavam os 350 milhões.

A resposta para o problema já foi entretanto encontrada por estas grandes casas da especulação da arte: reduziram em um quinto o número de funcionários e aumentaram as suas comissões sobre as vendas que efectuam.

A resposta para as causas de tudo isto é que ninguém dá: nem para o perverso sistema da especulação que conduz ao lucro fácil para alguns, nem para as brutais crises que o capitalismo gera e se abatem, sempre, sobre a maioria esmagadora dos povos. De qualquer modo, não é a arte que está em crise - são as "artes" do capitalismo.

frases da Semana

"Dou 14 valores a Guterres."

☞ João Soares, «Independente», 01.01.93

"Quando digo a amigos meus, (como o) Presidente Mitterrand, que penso que o Governador Clinton será uma pessoa ótima com quem trabalhar em problemas importantes, digo-o de todo o coração."

☞ (George Bush, em conferência de imprensa — «Público», 5.01.93)

"A capacidade para governar não se revela sendo um lambe-botas."

☞ (Gunter Grass, escritor alemão, no acto de se demitir do SPD — «Público», 30.12.92)

"Foi a Esquerda — os comunistas principalmente, mas toda a esquerda "antifascista" — que iniciou, tutelou, dirigiu, executou o programa de degradação militar e de descolonização em 1974-75."

☞ (Jaime Nogueira Pinto — «Semanário», 31.12.92)

"O facciosismo e o sectarismo políticos levam, pela propaganda, ao absurdo."

☞ (idem)

"O senhor doutor era um homem calado, muito simples. Fazia a vida de um padre, ou de um santo. Para ele, era, acima de tudo, Deus, e depois, os portugueses. De política não quero saber, mas dentro de casa, dele só posso dizer bem!."

☞ (A «menina de Braga», cozinheira de Salazar — «O Diabo», 05.01.93)

"De há muito que consideramos o acto de pegar toiros a mais genuína das manifestações tauromáquicas nacionais, como também sabemos serem os cultores de tal arte quem melhor soube assumir as chamadas virtudes da raça, que, volvidos anos sobre as turbulências que agitaram a sociedade portuguesa, de forma descomprometida, voltamos de novo a elogiar."

☞ (Domingos da Costa Xavier, «Sobre Toiros» — «Público», 03.01.93)

"Não meço o progresso apenas pelas obras realizadas — embora as considere indispensáveis — mas também pelo nível de bem-estar e pela qualidade de vida dos nossos concidadãos."

☞ (Mário Soares, Mensagem de Ano Novo — «Diário de Notícias», 02.01.93)

"Alguma coisa não está bem. Os membros do Governo, por exemplo, ganham pouquíssimo."

☞ (Barbosa de Melo, entrevista — «Público», 04.01.93)



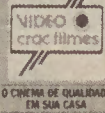


A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN
mestre ou mestres, realizador de
"O Couraçado Potemkine"

Sovexportfilm

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/
PROLETKULT - GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"
Fotografia de EDOUARD TISSÉ - Argumento e
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



O CINEMA DE QUALIDADE
EM SUA CASA

Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

DESCONTO ESPECIAL
15%

Quinta, 7



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 A Segunda Viagem
- 11.30 Notas para SI
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 BD, a 9ª Arte
- 15.05 A Alegre Divorciada (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 17.50 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Simpsons
- 22.30 Grande Noite
- 23.15 Sexualidades
- 00.05 O Fogo de Gabriel
- 01.00 24 Horas
- 01.45 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Um Rapaz na Encruzilhada
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.25 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Imagens e Realidade
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 As Duas Feras (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 TV2 Informação
- 00.20 Teatro: «As Três Irmãs», de Tchekov, pela Royal Shakespear Company



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.45 Reporter da Mela-Noite
- 22.45 Conta Corrente
- 23.50 Último Jornal
- 24.00 Cuidado com as Aparências

Sexta,



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Flecha Negra
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Faces da Cultura
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.10 Salas Acima (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.45 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.20 Na Boca da Droga (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.45 Francofolia
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Odisseia Animal
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações

- 20.00 Shrinks
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Em Português nos Entendemos
- 23.30 Um Lugar ao Sol (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Elvis
- 17.00 MTV
- 17.35 responder à Letra
- 18.10 Sic Notícias
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Sic Notícias
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.45 Gata em Telhado de Zinco Quente (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 Último Jornal
- 00.05 Os Amores de Lídia

Sábado, 9



- 08.20 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.50 Macacos
- 14.15 Clube Disney
- 15.45 O Prémio (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Feira de Música
- 18.15 Arca de Noé
- 18.55 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.45 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 Polícia a Abater (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 A Noite Fatal (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.45 Vamos Dançar (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.05 Jornal Nacional
- 22.30 Força de Elite
- 23.25 Salomé
- 00.45 Contradições



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Portugal Radical
- 15.00 Fuga para Atenas (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 MTV
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Benny Hill
- 21.45 Desporto Espectacular
- 22.20 Água na Boca
- 23.05 Telefilme: «A Mansão do Poder Oculto»
- 00.45 Último Jornal

Domingo, 10



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dols
- 15.40 Beverly Hills 90210
- 16.30 O Computador de Sapatos de Ténis (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Sons do Sol
- 18.20 Chefe mas Pouco
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 21.10 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.25 Grande Área
- 00.40 Conversa Afhada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Regiões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 O Espelho Enterrado
- 13.40 Realce
- 14.05 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra

Televisão

- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.30 Jornal Nacional
- 23.30 Brigadas Vermelhas (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Sinais do Tempo



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 A Nova Cinderela (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 MTV
- 17.30 Terminal Max
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Giras e Piroas
- 20.30 Cosby Show
- 21.00 A Fúria do Herói (ver «Filmes na TV»)
- 23.05 Segredos
- 24.00 Último Jornal

Segunda, 11



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Mike e Ângelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.30 Noite na Alma (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 17.45 Rumo a Avonlea
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Apanhados
- 22.20 Entre Famílias
- 23.25 Outras Guerras
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.20 Penitente (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.30 Viagem Infinita
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Frente a Frente
- 23.40 Epidemia (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Últimas Notas - Sinead O'Connor



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.00 Placard Electrónico
- 21.35 Rambo III (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Magazine Internacional
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Deixem Correr o Sangue

Terça, 12



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Os Irmãos Coração de Leão
- 11.30 Notas para SI
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.25 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.20 Gigantes da Floresta (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.45 Rumo a Avonlea
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal

- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 23.50 Repórteres
- 00.50 24 Horas
- 00.45 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.30 Um Rapaz na Encruzilhada
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Campeonato Europeu de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Acção em Miami
- 20.00 Magazine Ecologia
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Queda no Abismo (ver «Filmes na TV»)
- 01.15 Paco de Lucia no Coliseu



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.35 Justiça Negra
- 22.25 Jogo da Verdade
- 23.40 Último Jornal
- 23.50 Jogar em Casa

Quarta, 13



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Kelly
- 11.30 Isto é Magia
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Casamento Real (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.30 Brinca Brincando
- 18.00 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 Star 80 - A Tragédia (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 24 Horas
- 00.50 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Campeonatos Europeus de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 19.00 Miami Vice
- 20.00 Magazine de Arquitectura
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.50 Barriga de Aluguer
- 22.45 Carlos Cruz
- Quarta-Feira
- 00.15 Artes e Letras - George Stevens
- 01.10 Nobreza de Campeão (ver «Filmes na TV»)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Crimes
- 22.05 O Príncipe de Bel Air
- 22.30 Batalhas Conjugais
- 23.30 O Passageiro Imprevisto
- 24.00 Último Jornal

Filmes na TV

A Alegre Divorciada

«The Gay Divorcée», (EUA/1934). Realização de Mark Sandrich. Interpretação de Fred Astaire, Ginger Rodgers, Alice Brady, Edward Everett Horton, Erik Rhodes. P/B, 100 minutos.

Se há momentos que ficaram na história do cinema musical americano como dos mais elevados neste tão inventivo «género», eles foram, certamente, os inúmeros bailados criados por uma dupla de excepção: Fred Astaire e Ginger Rodgers. Naturalmente que os argumentos à volta dos quais giravam tantos filmes do musical não são para levar muito a sério, como acontece com este. Mas peças de antologia como os bailados criados para as canções *Continental* ou, sobretudo, essa pequena obra-prima de Cole Porter que foi *Night and Day*, são das mais entusiasmantes que este cinema nos proporcionou. O que vale para dizer que o horário de projecção deste filme (mesmo em reposição) é, no mínimo, desadequado.

Quinta, 15.05, Canal 1

As Duas Feras

«Bringing Up Baby», (EUA/1938). Realização de Howard Hawks. Interpretação de Cary Grant, Katherine Hepburn, Charlie Ruggles, May Robson, Barry Fitzgerald. P/B, 98 minutos.

Como seria desadequado (e, ao que se vê, não exemplo único) que este delicioso filme de Howard Hawks também ele sofresse o mesmo desprezo. Felizmente que, desta vez, o bom senso (ou a sorte do acaso) imperou. *As Duas Feras* é, de facto, também um filme de antologia, uma obra-prima da comédia americana, neste caso a mais treloucada das comédias: um distraído e ausente professor de paleontologia, especialista em dinossauros, anda preocupado com um osso que lhe falta para que o esqueleto de um desses simpáticos bichinhos ficasse completo e é então que conhece uma rica herdeira que se apaixona por ele. Uma herdeira que, entre outras paixões, tem, como animal doméstico, nada menos do que um leopardo, de alcunha «Bebé», também ele interessado em ossos... Para além de diálogos primorosos e construídos a rigor, um excitante espectáculo de representação a cargo de Katherine Hepburn e Cary Grant, num filme a não perder.

Quinta, 22.30, TV 2

Saias Acima

«Carry On... Up The Khyber», (Gr.Br./1968). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams. Cor, 87 minutos.

E o que seria de temer, acaba por acontecer: a RTP, afinal, não esgotou em 1992 a transmissão das «obras completas» de Gerald Thomas subordinadas ao filão *Carry On...* E entramos em 1993 com mais uma dose deste autêntico disparate!

Sexta, 15.10, Canal 1

Gata em Telhado de Zinco Quente

«Cat on a Hot Tin Roof», (EUA/1958). Realização de Richard Brooks. Interpretação de Elizabeth Taylor, Paul Newman, Burl Ives, Jack Carson, Judith Anderson, Madeleine Sherwood, Larry Gates. Cor, 108 minutos.

Já exibido na televisão pública, não é entretanto de mais revermos este intenso psicodrama de Tennessee Williams (excelente e livremente adaptado por Richard Brooks e James Poe da peça de teatro original) que nos conta a história de um poderoso homem do sul às portas da morte, com a sua família de «abutres» rondando-lhe a fortuna. Mas a complexidade paralela das conturbadas relações amorosas entre um dos filhos do velho (Paul Newman) e a sua mulher (Elizabeth Taylor) -

embora o caso de homossexualidade latente seja tomado ambíguo pela necessidade de contornar a tesoura da censura que sempre pairou sobre o filme - constitui o verdadeiro centro de atenções de uma obra com memoráveis interpretações do jovem par, em que avulta a espantosa sensualidade de Elizabeth Taylor, e, ainda, de um gigantesco Burl Ives.

Sexta, 21.45, SIC

Gêmeos

«Twins», (EUA/1988). Realização de Ivan Reitman. Interpretação de Arnold Schwarzenegger, Danny DeVito, Kelly Preston, Chloe Webb, Bonnie Bartlett. Cor, 103 minutos.

De Danny DeVito, já se sabia do seu talento para a arte de representar e não só (quando não levado a extremos de mau gosto, que também o tentaram). Mas de Schwarzenegger, apenas se lhe conheciam a óbvia fortaleza dos músculos e a aparente fraqueza da meninge. Eis senão quando surge esta insólita comédia que tem, pelo menos, a virtude de suscitar o benefício da dúvida em relação ao segundo (aqui, no papel de um inteligentíssimo musculado...) e cuja história, contando o encontro aos 35 anos de dois gêmeos genéticos, mas bem diferentes um do outro, que nunca se haviam visto, proporciona alguns momentos bem divertidos.

Sexta, 22.30, Canal 1

Um Lugar ao Sol

«A Place in The Sun», (EUA/1951). Realização de George Stevens. Interpretação de Montgomery Clift, Shelly Winters, Elizabeth Taylor, Ann Revere, Raymond Burr, Herbert Hayes. O/B, 119 minutos.

E eis mais um grande momento de cinema clássico, posto em cena com a mestria de um grande realizador (George Stevens), e ainda com a fabulosa revelação da Taylor, mas agora com a participação de um fugaz e inesquecível membro da galeria de actores masculinos de Hollywood - Montgomery Clift. Um outro melodrama, adaptado do romance *Uma Tragédia Americana*, de Theodore Dreiser, que desaba sobre um jovem casal de apaixonados - um homem pobre e ambicioso, à procura de subir na vida, e uma belíssima e rica herdeira - com prolongamentos na acusação de alegado assassinio cometido por aquele na pessoa da sua antiga namorada. Além de Taylor e Clift, a presença de uma outra actriz de peso - Shelley Winters.

Sexta, 23.30, TV 2

Na Boca da Droga

«Catch The Heat», (EUA/1986). Realização de Joel Silberg. Interpretação de David Dukes, Tiana Alexandra, Rod Steiger, Brian Thompson, Jorge Martinez, John Martinez, John Hancock. Cor, 84 minutos.

Esteve previsto para há um mês, mas, como já é habitual na RTP, foi adiado sem explicações.

É um filme desconhecido, mas pela descrição que dele faz o Boletim de Informação, não se sabe se seria melhor que assim continuasse. Uma agente secreta «de grandes e opulentos seios» é enviada para um país da América do Sul para desmantelar uma rede de produtores e traficantes de droga.

Sexta, 01.20, Canal 1

Vamos Dançar?

«Shall We Dance?», (EUA/1937). Realização de Mark Sandrich. Interpretação de Fred Astaire, Ginger Rodgers, Edward Everett Horton, Eric Blore, Jerome Cowan. P/B, 96 minutos.

Tudo o que foi dito acerca de *A Alegre Divorciada*, que inaugurou a resenha desta semana, poderia ser repetido acerca de *Vamos Dançar?*. As diferenças vão para os autores das canções da banda sonora - Ira e George Gershwin - e, naturalmente, para o enredo que, desta vez, vem encontrar um bailarino clássico apaixonado por uma artista de cabaret. Os melhores momentos vão para os bailados ao som de «They Can't Take That Away From Me», «They All Laughed» e, sobretudo, «Let's Call The Whole Thing Off», dançado pelo par em patins!

Sábado, 11.45, TV 2

Fuga para Atenas

«Escape to Athena», (Gr.Br./1979). Realização de George Pan Cosmatos. Interpretação de Roger Moore, Telly Savalas, David Niven, Claudia Cardinale, Richard Roundtree, Stefanie Powers, Sonny Bono, Elliot Gould, William Holden. Cor, 101 minutos.

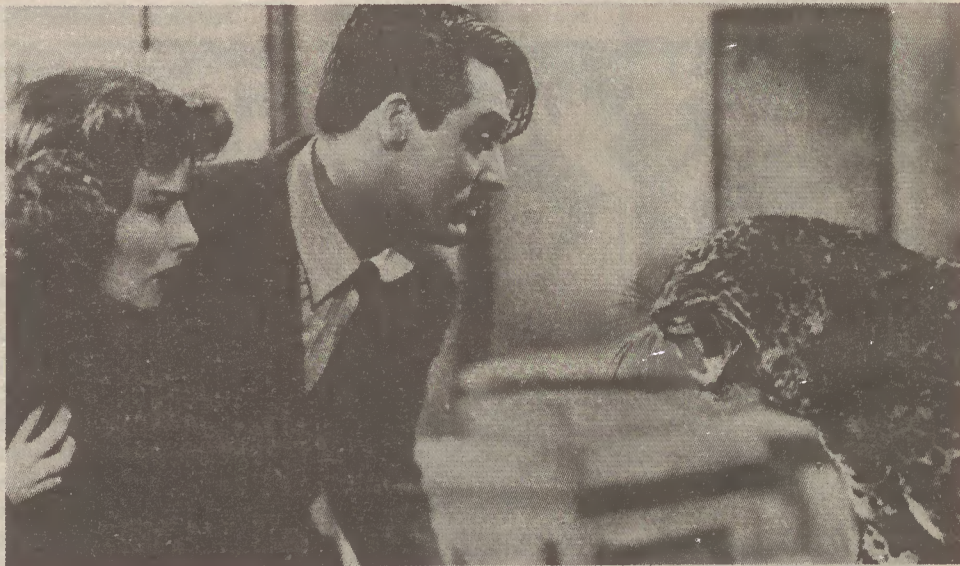
O elenco faria imediatamente pensar em filmes de aventuras, mais ou menos em forma de comédia, com roubos de jóias passados em meios sofisticados e com o título a dar-lhe um tom «exótico». Mas, neste caso, os indícios não batem certo, já que se trata de uma aventura, sim, mas a do planeamento de uma arriscada fuga para Atenas levada a cabo por um grupo de prisioneiros de um campo de concentração durante a II Grande Guerra. Para suspender a respiração e entreter. Mas, também, para sorrir, já que contém momentos de algum humor.

Sábado, 15.00, SIC

O Prémio

«The Prize», (EUA/1963). Realização de Mark Robson. Interpretação de Paul Newman, Edward G. Robinson, Elke Sommer, Diane Baker, Micheline Presle, Gérard Oury, Sacha Pitoeff. Cor, 130 minutos.

Mais uma notável parêntese de actores, numa semana que, pelos vistos, está a dar a primazia aos grandes elencos. Aqui trata-se de um caso de espionagem, explorando de forma por vezes totalmente inverosímil as velhas temáticas da guerra-fria, que se desenrola nas vésperas da cerimónia de entrega



«As Duas Feras» (Hepburn e Grant)... e uma terceira, o leopardo «Baby»

do Prémio Nobel, em Estocolmo, e com um cientista ocidental a ser raptado por agentes secretos soviéticos e substituído por um sócia.

Sábado, 15.40, Canal 1

A Mansão do Poder Oculto

«Baffled», (EUA/1972). Realização de Phillip Leacock. Interpretação de Leonard Nimoy, Susan Hampshire, Vera Miles, Rachel Roberts, Jewel Branch, Christopher Benjamin. Cor, 90 minutos.

Um telefilme de acção e de atmosfera fantástica, naturalmente desconhecido, com o famoso Dr. Spock (Leonard Nimoy) no papel de um piloto às voltas com visões sobrenaturais...

Sábado, 23.05, SIC

Polícia a Abater

«In The Line of Duty: A Cop For The Killing», (EUA/1990). Realização de Dick Lowry. Interpretação de James Farentino, Charles Haid, Stephen Weber, Susan Walters, Harold Silvester, Dan Laurie. Cor, 99 minutos.

Este telefilme insere-se na série *In The Line of Duty*, de que a RTP já apresentou recentemente um bom exemplar, então com Rod Steiger na pele de um fanático da extrema-direita a tentar escapar ao FBI. Desta vez, a história (verídica, como todas as que servem de base à série) tem como ponto de partida o assassinato de um dos membros da brigada do FBI encarregada do combate à droga. A conferir.

Sábado, 23.30, Canal 1

A Noite Fatal

«Prom Night», (Can./1980). Realização de Paul Lynch. Interpretação de Leslie Nielsen, Jamie Lee Curtis, Casey Stevens, Eddie Benton, Antoinette Bower, Michael Tough. Cor, 80 minutos.

Nada de confusões: com Jamie Lee Curtis a dar os primeiros passos no cinema, este filme, ao contrário do seu *Um Peixe Chamado*

Wanda que recentemente passou na televisão, não apresenta qualquer motivo para rir ou, sequer, sorrir. No centro do argumento deste filme de terror, está um crime involuntário levado a cabo por quatro crianças que, passados seis anos, já adolescentes, são perseguidos por um assassino em busca de vingança. O Boletim de Informação da RTP chama a atenção para a «engenhosa e fascinante luta de machados» no final do filme. Interessante, como se pode calcular...

Sábado, 01.15, Canal 1

A Nova Cinderela

«La Nueva Cenicienta», (Esp./1964). Realização de Luis Lucia. Interpretação de Marisol, Fernando Rey, Antonio Casal. Cor, 90 minutos.

Fernando Rey em bolandas com a Marisol, a fazer de Gata Borralheira...

Domingo, 15.05, SIC

O Computador de Sapatos de Ténis

«The Computer Wore Tennis Shoes», (EUA/1969). Realização de Robert Butler. Interpretação de Kurt Russell, Cesar Romero, Joe Flynn, William Scharllert. Cor, 86 minutos.

Produção dos Estúdios Disney, trata-se de uma comédia que tem como principal protagonista um aplicado estudante que sofre uma descarga eléctrica de um computador doado à sua universidade, ficando com o banco de memória do mesmo armazenado no cérebro.

Domingo, 16.45, Canal 1

A Fúria do Herói

«The First Blood», (EUA/1982). Realização de Ted Kotcheff. Interpretação de Sylvester Stallone, Richard Crenna, Brian Dennehy, David Caruso, Jack Starrett. Cor, 97 minutos.

É aqui que tudo começou, para mal dos nossos pecados. Sylvester «Rambo» Stallone, ao nível do seu «melhor», saltando de uma montanha para cima de um monte de rochas e saindo dali apenas com um arranhão! E o valente ex-Barrete Verde do Vietname despachando, sozinho, tudo e todos à bordoadada e iniciando uma série em que cada episódio consegue ser mais idiota que o anterior. Não perca tempo!

Domingo, 21.00, SIC

Brigadas Vermelhas

«Year of The Gun», (EUA/1990). Realização de John Frankenheimer. Interpretação de Andrew McCarthy, Valeria Golino, Sharon Stone, John Pankow, George Murcell. Cor, 107 minutos.

Um dos últimos filmes de um rotineiro do cinema de acção. Aqui, como o título português solitamente esclarece, trata-se de uma história que faz mergulhar um jornalista americano no mundo romano do terrorismo político, da morte e da violência dos anos 70. Com o confusionismo do costume, é caso para desconfiar.

Domingo, 22.30, TV 2

Noite na Alma

«Experiment Perilous», (EUA/1944). Realização de Jacques Tourneur. Interpretação de Hedy Lamarr, George Brent, Paul Lukas, Albert Dekker, Margaret Wycherly, Julia Dean. P/B, 91 minutos.

Uma bela mulher é ameaçada por seu marido. Um excelente melodrama, realizado por um grande autor do cinema clássico e desperdiçado num horário totalmente desadequado.

Segunda, 15.30, Canal 1

Rambo III

«Rambo III», (EUA/1988). Realização de Peter MacDonald. Interpretação de Sylvester Stallone, Richard Crenna, Marc de Jonge, Kurtwood Smith, Spiros Focas, Sasson Gabai, Doudi Shoua, Randy Raney. Cor, 101 minutos.

E a SIC insiste: saltando «incompreensivelmente» por cima do *Rambo II*, apresenta-nos hoje mais um episódio, mas o terceiro, do herói predilecto de Reagan & Cia, agora no Afeganistão. Afinal, não se trata, ao que parece, de um ciclo com as «obras completas» de Stallone. Valha-nos isso!

Segunda, 21.40, SIC

Epidemia

«Epidemic». Realização de Lars von Trier.

Segunda, 23.20, TV 2

O Penitente

«The Penitent», (EUA/1988). Realização de Cliff Osmond, Raul Julia, Armand Assante, Rona Freed, Julie Carmen, Lucy Reina. Cor, 94 minutos.

Segundo as referências, trata-se de uma simpática fábula em que um ex-condenado, de regresso à terra onde nasceu, tenta seduzir a mulher do seu melhor amigo.

Segunda, 01.20, Canal 1

Gigantes da Floresta

«The Big Trees», (EUA/1952). Realização de Felix Feist. Interpretação de Kirk Douglas, Eve Miller, Patrice Wymore, Edgar Buchanan. Cor, 89 minutos.

História de contornos ecológicos, focando a compra de terras na Califórnia do Norte, parte do seu material filmado já fora utilizado numa versão anterior de 1938, a qual, por sua vez, se inspirara em duas outras versões, de 1927 e 1919.

Terça, 15.20, Canal 1

Queda do Abismo

«La Curée», (Fr./1965). Realização de Roger Vadim. Interpretação de Jane Fonda, Michel Piccoli, Peter McEnery, Jacques Monod, Tina Marquand. Cor, 100 minutos.

«Baseado» no romance homónimo de Émile Zola, este filme de Roger Vadim, um realizador sofrível vivendo à sombra do prestígio da «nouvelle vague», é um triste



Burl Ives, Elizabeth Taylor e Paul Newman em «Gata em Telhado de Zinco Quente» de Richard Brooks

exemplo do seu cinema tornado puro comércio. Um banqueiro descobre que o filho que nascera do seu primeiro casamento é, afinal, amante da sua segunda mulher e elabora um plano maquiavélico para se vingar. Jane Fonda (então, companheira de Vadim) e Michel Piccoli também andam por ali desperdiçando o seu talento. Para esquecer.

Terça, 22.40, TV 2

Ritmo Louco

«Swing Time», (EUA/1936). Realização de George Stevens. Interpretação de Fred Astaire, Ginger Rogers, Victor Moore, Helen Broderick, Eric Blore, Betty Furness. P/B, 103 minutos.

Terceiro filme da semana com a dupla Astaire-Rodgers, desta vez acompanhados de dois grandes actores (Victor Moore e Helen Broderick), e terceiro exemplo da sua maravilhosa arte de dançar. E sua maravilhosa arte de dançar. E sua maravilhosa arte de dançar. E sua maravilhosa arte de dançar.

Quarta, 15.10, Canal 1

Star 80, A Tragédia

«Star 80», (EUA/1983). Realização de Bob Fosse. Interpretação de Mariel Hemingway, Eric Roberts, Cliff Robertson, Carroll Baker, Roger Rees, David Clennon, Josh Mostel, Sidney Miller, Jordan Christopher, Keenan Ivory Wayans, Stuart Damon, Ernest Thompson. Cor, 102 minutos.

Tratando-se de um filme intenso e excelentemente representado, nesta última obra realizada por Bob Fosse há, contudo, algo de mau gosto e de desagradável

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	★★★	★★★
B Homens Simples	★★	-	-
C O Jogador	★★★	★★★★	★★★★
D Os Livros de Próspero	★★★★	★★★★	★★★★
E Uma Questão de Honra	★★	-	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30), Quarteto/4 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Hal Arley — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Robert Altman — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- D — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. Rob Reiner — Alfa/Club, Amoreiras/6, Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Terminal/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

voyeurismo na forma como ele encena a história, aliás verídica, de Dorothy Stratten, uma jovem e inocente modelo que um homem sem escrúpulos leva a posar para a Playboy, para depois a matar num acesso de ciúmes. Antes de morrer, o realizador remontou o filme para televisão, pelo que não se sabe qual a versão que a RTP vai transmitir.

Quarta, 21.05, Canal 1

Nobreza de Campeão

«The Set-Up», (EUA/1949). Realização de Robert Wise. Interpretação de Robert Ryan, Audrey Totter, George Tobias, Alan Baxter, James Edwards, Wallace Ford. P/B, 72 minutos.

Sem dúvida, o melhor filme da semana: o apoderado de um *boxeur* de carreira arruinada, Jim Thompson, combina com o seu homólogo do adversário, Tiger Nelson, que o resultado do com-

bate seria favorável a este, já que Thompson se deixaria bater. Mas este, num assomo de orgulho provocado pelo facto de a sua mulher, que contrariava a profissão do marido, não querer presenciar o massacre, decide furar o arranjo e derrota o opositor sem margem para dúvidas. É então que os capangas do apoderado de Nelson se vingam da falta ao compromisso e agridem violentamente Thompson, estropeando-lhe uma das mãos e impossibilitando-o de voltar a combater. Este é, sem dúvida, um dos filmes maiores do cinema negro e, ao mesmo tempo, um dos mais belos jamais rodados sobre o mundo do boxe, aliás com argumento adaptado a partir de um poema de Joseph Moncure March. Robert Wise, fabuloso montador, confirma-se aqui um grande director de cinema e põe de pé um filme intenso e comovente, com um inesquecível desempenho

de Robert Ryan. Uma curiosidade, e um receio: a duração do filme (72 minutos) é precisamente a mesma do tempo real (sem tempos mortos) da acção, pelo que seria de desejar que a RTP desta vez não o interrompesse com os costumados intervalos para a publicidade ou, na sua ausência, para intervalos de promoção à sua própria programação (!), hábito praticado pela TV2 mesmo quando não há blocos publicitários - o que, mais ainda neste caso, seria um autêntico crime! Um crime quase tão inqualificável quanto é projectar este filme à uma e dez da manhã!

Quarta, 01.10, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. Sala Nova - De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna. Café-Teatro - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto, Rua de Camões. Tel. 698570. De 3ª a dom. 21.30, dom. também às 16.00. FELIZ ANO VELHO, de Marcelo Rubens Paiva, encenação de Júlio Cardoso.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTENS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e convidados.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. VASSA GELEZNOVA, de

Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: O PAI TIRANO, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

TIL - TEATRO INFANTIL DE LISBOA

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do texto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 — Universidade americana em New Haven; cidade crimeia; antigamente Tóquio chamava-se assim. 2 — Carta de uma só folha; fizera a sementeira; grande quantidade. 3 — Rabiscos; Inferno. 4 — Prep.; amarre; aquela de que falamos. 5 — Entregar; assexuado; composição poética. 6 — Frívolas; rio da Rússia; aqui; exclamação de agrado. 7 — Pref. neg.; peixe que abunda no mar dos Açores; ilha do mar Egeu para onde Tétis mandou o seu filho Aquiles para o subtrair à morte diante de Tróia; sexto. 8 — Sobrinho de Abraão; art.; alternativa; cabelos brancos. 9 — Astro-rei; cordilheira da América do Sul; defeito. 10 — Escarneça; número só divisível por si; rio que banha Leiria. 11 — Expulsa; dívida não paga. 12 — De que se fala; lançais; solteirona. 13 — Rio que passa por França, Bélgica e Holanda; acometo; a 15 de Dezembro há a sua missa.

Verticais: 1 — Cidade do Reino Unido; miserável; rezem. 2 — Marido de Fátima e genro de Maomet; prejuízos; anel de cadeia. 3 — Estilhaços; desonestos. 4 — Rubor; ligue. 5 — Ruído; base aérea; ica. 6 — Sim em Inglaterra; exorbita; grupo terrorista basco (sigla). 7 — Americio (símb.); Prata (símb.); despido; fita sem extremos. 8 — Bácoro de mama; contempla com deleite. 9 — Basta; prep.; leal sem éles; Actínio (símb.). 10 — Altar de sacrifícios; lazeres; apetite sexual dos animais. 11 — Passaro; sapo do Amazonas; tecidos feitos com pêlo de carneiro. 12 — Argola de cadeia; um milhar. 13 — Enganado; casebre. 14 — Meio donzel; cidade alentejana; sinal ortográfico. 15 — Discursos; aqui está; o rei da floresta.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Pôncio Pilatos. 2 — Ena; risada; ares. 3 — Açor; raça; amara. 4 — Ra.; óbolo; anis. 5 — Itu; alas; mi. 6 — Açor; era; aiar. 7 — Cós; oráculo; aio; 8 — Adia; ato; ora. 9 — Na; bote; cré. 10 — Bule; Tudor; Dr. 11 — Carta; soco; Euro. 12 — Agir; ricaço; mas. 13 — América; Eurico.

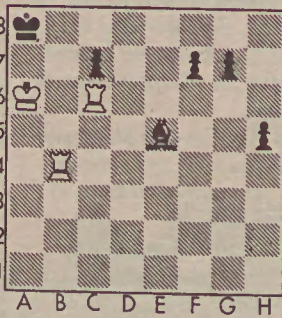
Verticais: 1 — Pears; caneca. 2 — Onça; boda; agá. 3 — Não; si; brim. 4 — Rota; abutre. 5 — Ir; buço; ola. 6 — Oiro; orate; ri. 7 — Sala; até; sic. 8 — Paço; eco; toca. 9 — Ida; aru; nuca. 10 — Lá; alalo; doce. 11 — Ana; orco; ou. 12 — Tamisa; arre. 13 — Oras; ia; uni. 14 — Ser; mais; Drac. 15 — Sátiro; iroso.

XADREZ

CCCXCII
7 de Janeiro de 1993

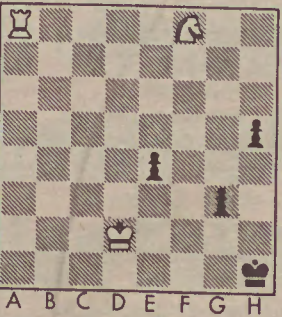
PROPOSIÇÃO
N.º 1992X093 bis
Por: SIEGFRIED BREHMER
Die Schwalbe, 1950

Pr: [6]: Ps. ç7, f7, g7, h5-B65-Ra8
Br: [3]: Tsb4, ç6-Ra6



Mate em 4 lances
PROPOSIÇÃO
N.º 1992X103

Por: V. & M. PLATOV
Schachmatny Journal, 1924
Pr: [4]: Ps.ç4, g3, h5-Rh1
Br:[3]: Cf8-Da8-Rd2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCII

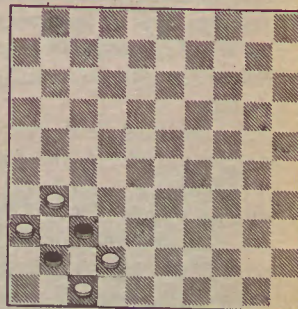
N.º 1992X093 bis [S.B.]: 1. Tç3!, f6; 2. Tçb3, ç5; 3. Tç7, -; 4. Ta7/b8xx
N.º 1992X103 [V.& M.P.]: 1. Ta5, h4; 2. Th5, g2; 3. T: h4+, Rg1; 4. Rç1, ç3; 5. Th8, e2; 6. Ch7, Rh2; 7. Cf6+, Rg1; 8. Ch5... e ganha

DAMAS

CCCXCII
7 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO
N.º 1992 D075 bis
Por: GÉOJ.A. van DAM
1001 Miniaturen, Londres, 1938

Pr: [2]: 37-41
Br: [4]: 31-36-42-47

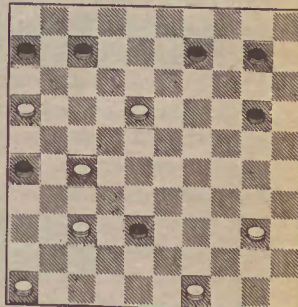


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992 D069 bis

Por: Louis DALMAN
La Marseillaise, 22.X.1971

Pr: [7]: 6-7-9-10-20-25-38
Br: [7]: 15-18-27-37-40-45-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCII

N.º 1992D075 bis [G.J.A. van D.]: 1. 42-38!, e 2. 35-31, e 3. 47x36+
N.º 1992D069 bis [L. D.]: 1. ..., 18-12 e 2. 27-21 e 3. 49-43 e 4. 16X11!, (49x35); 5. 11X24, (35x41); 6. 46x3++

Tempo



Céu nublado. Possibilidade de chuviscos. Arrefecimento nocturno. Vento em geral fraco.

«Ritmo Louco», um dos três filmes da semana com Fred Astaire e Ginger Rodgers

a talhe de FOICE

A tática do mouco

Há evidências tão excessivas que nem damos por elas. É o caso do génio político de Cavaco Silva. Que o homem havia de ter algum, era admissibilidade que a lei das probabilidades nos impunha: afinal de contas, não se galga duas vezes a fasquia da maioria absoluta só porque se é bom a trepar coqueiros.

Cavaco Silva tem génio porque, como chefe do Executivo, faz como alguns surdos e só toma conhecimento do que lhe convém. Ideologicamente, pode não saber a que mesa social-democrata se há-de sentar. Politicamente, tornou-se um criador: inventou a tática do mouco.

Há reboliço no Ensino? Os alunos estão em polvorosa com o aumento das propinas, os professores inquietos com as carreiras, as escolas públicas a esvaír-se nos cortes orçamentais? A culpa é do ministro da Educação. O homem que resolve ou vai outro para o lugar dele - não metam é o Primeiro-Ministro nessas embrulhadas.

Os médicos protestam? Os doentes queixam-se? As urgências fecham? Os medicamentos sobem? Os hospitais transbordam? A Saúde degrada-se? O ministro é que sabe, e quando já não for capaz de saber, rua.

Os agricultores agonizam? A produção agrícola desce? Os campos desertificam-se? O desemprego alastra? A Comunidade inunda-nos? O ministro da Agricultura que explique ser tudo mentira e que a única verdade está nos milhões que a CEE para cá manda - esses, por acaso, conseguidos pelo próprio Primeiro-Ministro, que só voltou de lá não sei donde na Europa depois de obrigar os ricos a largar o pilim.

A produção industrial diminui? Os despedimentos crescem? As falências multiplicam-se? O S. Carlos fecha? Os juízes protestam? Os tribunais abarrotam? As "secretas" abusam? Os polícias queixam-se? A Função Pública indigna-se? A oposição denuncia? Os sindicatos ameaçam? A pobreza alastra? A especulação galopa? A corrupção multiplica-se? A economia degrada-se? Os ministros que desmintam, desmontem, desbastem e descalcem as botas todas para que foram escolhidos, que o Primeiro-Ministro não tem nada a ver com isso. O que ele sabe é das estradas que se fizeram, das pensões que se aumentaram, dos hospitais que se abriram, dos empregos que se criaram, dos fundos que se distribuíram, das reformas que se implementaram, do rigor que se usou, do desenvolvimento que se promoveu. Sabe e tem obrigação disso, até porque foi ele quem tratou de tudo.

Até a mastaba de Belém, com que Cavaco Silva quis passar à História, se transformou num sorvedouro faraónico de que o faraó não tem culpa - o buraco é da construção civil.

Ou os aumentos principescos agora reclamados para os mesmos políticos que querem impôr austeridade ao País se transformaram num escândalo apenas absurdamente defendido por deputados e ministros do PSD e pelo próprio presidente da Assembleia da República, parecendo deixar de fora da ideia um Primeiro-Ministro que até tem a obsessão de ser o político que mais ganha em Portugal.

Chegamos assim a um quadro sem dúvida original no contexto da governação do País: o de um Executivo onde o Primeiro-Ministro só assume os sucessos da sua liderança, cabendo aos ministros os insucessos de liderados.

Um Governo em que o chefe apenas toma conhecimento do bom trabalho dos subordinados, apropriando-se dele, e ignora os desaires, chutando quem os encabeçou.

É a tática do mouco a todo o vapor. O génio de trás da orelha que produz o insólito de um Primeiro-Ministro que só sabe de coisas boas e não tem nada a ver com as más.

Um Primeiro-Ministro que lidera o arruinamento do País e, simultaneamente, demonstra que não tem nada a ver com isso.

Um Primeiro-Ministro sábio que desconhece os males que ordena.

O que nos leva a outra genialidade do homem. A de que a sabedoria de Cavaco Silva assenta na ignorância.

HC

CGTP reafirma ao Governo oposição aos salários baixos

Após a audiência de segunda-feira com Cavaco Silva, o coordenador da central alertou os trabalhadores para a necessidade de «lutar muito» em 1993 para defenderem o poder de compra

salários reais (como é o caso dos aumentos que o Governo pretende impor na Função Pública), para a ameaça

Pública não devem ser encarados como uma questão encerrada, Carvalho da Silva revelou aos jornalistas

Em 9 de Dezembro, no contexto da discussão do Orçamento do Estado, a Intersindical Nacional solicitou ao primeiro-ministro uma audiência. A resposta tardou, mas Cavaco Silva acedeu.

Na passada segunda-feira o chefe do Governo e o ministro do Emprego receberam uma delegação da CGTP-IN, encabeçada por Manuel Carvalho da Silva. José Ernesto Cartaxo, Emídio Martins, Maria do Carmo Tavares e Jerónimo Rodrigues, da Executiva da central, acompanharam o coordenador da Inter.

Depois de quase duas horas de audiência, Carvalho da Silva disse aos jornalistas que o primeiro-ministro «fez um esforço para não se mostrar tão fechado como de costume» às propostas sindicais.

Quando o ministro Silva Peneda foi questionado pela imprensa sobre a possibilidade de o Governo modificar as suas posições quanto a aumentos salariais em 1993, veio a resposta: os salários deverão estar «obrigados ao quadro de recessão para este ano».

Por esta amostra se compreende que a CGTP considere que «o Governo não dá garantias de poder assegurar o desenvolvimento do País com as políticas que anuncia como as mais adequadas»,



Só pela luta será possível conquistar aumentos salariais justos em 1993 (foto de arquivo)

como disse Carvalho da Silva, que criticou a actual política assente na contenção dos salários e nas pressões sobre as condições de vida dos trabalhadores. Para a central os salários baixos não podem ser os primeiros e grandes suportes da superação dos problemas económicos do País.

Face a uma política orientada para a diminuição dos

de mais desemprego e a diminuição da função social do Estado, sem garantias quanto ao desenvolvimento do País, o coordenador da CGTP considerou as perspectivas para 1993 como preocupantes, sublinhando que «os trabalhadores terão que lutar muito» para defenderem os seus interesses e direitos.

Considerando que os aumentos para a Função

tas outras reivindicações que a CGTP apresentou ao Governo, nomeadamente: fixação do salário mínimo nacional em 55 contos, redução do horário máximo de trabalho semanal, uma política fiscal mais justa, mais benefícios em segurança social e saúde, e uma «postura dinâmica» do Governo incentivando a negociação colectiva directa.

Despejos agrícolas na Batalha

Batata, vinho, fruta e leite pelas ruas da amargura

Um desfile de máquinas agrícolas e camionetas pelas ruas da Batalha, a distribuição pela população de 300 quilos de maçãs, uma tonelada de batata e 100 litros de vinho, o despejo na via pública de fruta, batata, vinho e leite deteriorados marcaram exuberantemente a manifestação de centenas de agricultores que responderam a um apelo da Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura num protesto contra «a invasão de produtos agrícolas estrangeiros», enquanto a produção nacional «não tem escoamento».

A iniciativa contou com o apoio da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria (FADL) sendo a distribuição e despejo de produtos na Batalha uma forma de assinalar simbolicamente as dezenas de toneladas de bens agrícolas que os agricultores da região não conseguem vender, nem a preço de produção.

A agricultura de Leiria atravessa «a mais grave crise das últimas décadas devido à falta de apoios», afirmou António Ferraria, da FADL, que denunciaria o facto de «o país estar a ser invadido por produtos agrícolas estrangeiros, de má qualidade, criados artificialmente».

A manifestação na Batalha ocorreu após, há algumas semanas, uma similar ter acontecido em Óbidos, estando já agendada uma terceira para Pombal no próximo dia 18 e prevendo-se para dentro de algumas semanas a realização de uma grande manifestação promovida a nível distrital.

Entoando palavras contra a Política Agrícola Comum e exigindo do Governo a defesa da agricultura nacional, os manifestantes da Batalha entregariam ao presidente da

Câmara Municipal um documento onde solicitam ao autarca que comunique ao Ministério da Agricultura as preocupações ali manifestadas.

Os agricultores de Leiria querem a intervenção imediata no escoamento do vinho, ajudas aos fruticultores, a abertura de uma linha de crédito bonificado para os agricultores, a protecção da produção de gado e o início de um diálogo há muito solicitado pela FADL e nunca aceite com o Ministério da tutela.

A burocracia, que complica a vida dos pequenos agricultores, a política governamental a favorecer unicamente os grandes proprietários, com o exemplo referido por António Ferraria à LUSA dos subsídios comunitários para a seca: «vieram da CEE 20 milhões de contos para obviar os prejuízos da seca, que também afectou a região de Leiria, mas o dinheiro foi só para os grandes lavradores do sul do país», diria o dirigente da FADL.

A calibragem da fruta, a produção da carne, a abertura dos nossos mercados «a carne criada com hormonas» ou outros produtos «de má qualidade, criados artificialmente» foram outros protestos escutados segunda-feira na Batalha.

Particularmente destacado foi o problema de suínos - nesta região existem inúmeras pequenas unidades de exploração desta carne - dado o Governo ter recentemente aprovado legislação que atribui um subsídio até 350 contos por animal para a reinstalação de grandes pecuárias, sem que tenha tomado a iniciativa de propor qualquer tipo de solução similar para as pequenas explorações, familiares ou de complemento agrícola.